CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

PRÁTICAS AMBIENTAIS NA PRODUÇÃO DO TABACO: UM ESTUDO A PARTIR DAS INTERAÇÕES ENTRE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E PRODUTORES

Mariela Cristina Sell

Lajeado, maio de 2009

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

PRÁTICAS AMBIENTAIS NA PRODUÇÃO DO TABACO: UM ESTUDO A PARTIR DAS INTERAÇÕES ENTRE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E PRODUTORES

Mariela Cristina Sell

Dissertação apresentada ao Programa de Pós–graduação em Ambiente e Desenvolvimento do Centro Universitário Univates, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ambiente e Desenvolvimento.

Orientadora: Dra. Jane Márcia Mazzarino
Co-orientador: Dr. Glauco Schutz

Lajeado, maio de 2009

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

A sobrevivência ou a catástrofe, a aceitação dos limites ou a sua superação, são nossa responsabilidade. Não basta entregar-se à natureza, é preciso optar por ela, com maior empenho cultural e conscientização, com uma capacidade de presença que tem seu início no espaço e no tempo cotidianos.

Melucci, 2004, p. 37

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não se realizaria sem a importante contribuição dos fumicultores, que abriram seus lares e suas vidas para me receber. A eles, figuras tão importantes na história do desenvolvimento do município de Venâncio Aires, terra onde nasci, o meu *muito obrigada.* Com vocês, estimados produtores, aprendi muito, principalmente, que ainda tenho muito a aprender!

Aos representantes da empresa CTA – Continental, da Afubra, do SindiTabaco e da Emater, agradeço pela disponibilidade de um bem muito precioso: o tempo que me foi dedicado. Agradeço pelas informações, pelos materiais fornecidos e pela cordialidade no atendimento a tantas perguntas. Suas respostas me fizeram compreender melhor o mundo que me cerca.

À todos os professores do Programa de Pós Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, mas em especial à minha orientadora, professora Jane Márcia Mazzarino, que muito me ensinou. Que me guiou pelos caminhos da pesquisa, que me apresentou à interessantes obras e autores e me incentivou a buscar mais, a querer mais, a poder mais. Sua energia me estimulou nos momentos de dificuldade e seu conhecimento me fez seguir adiante.

À minha família, que eu tanto amo, obrigada pelo apoio de sempre, por compreender minhas ausências em função dos estudos e por me incentivar a seguir adiante. E um agradecimento especial à minha amiga especial, Cátia Inês Schuh, que foi quem me serviu de inspiração para iniciar essa jornada. Em nossas conversas habituais, ela me fez perceber que havia um mundo de conhecimentos ao meu alcance, bastava eu buscá-lo. E assim iniciei este projeto, contando sempre com apoio desta amiga que muito admiro.

Agradeço ainda ao meu bom Deus, que com sua luz eterna, iluminou meus caminhos.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Afubra	- Associação dos Fumicultores do Brasil
CM	- Cultivo Mínimo
EPI	- Equipamento de Proteção Individual
HP	- Hermenêutica de Profundidade
PASA	- Programa de Ação Socioambiental
PSA	- Programa de Sensibilização Ambiental
SindiTabaco	- Sindicato das Indústrias de Tabaco
SIPT	- Sistema Integrado de Produção de Tabaco
SPD	- Sistema de Plantio Direto

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....13

1.1. Problematização.....16

2. MÉTODO.....30

2.1. Caracterização dos atores sociais envolvidos na produção de tabaco. .35

2.1.1. O produtor de tabaco.....36

2.1.2. A indústria fumageira CTA – Continental Tobaccos Alliance S/A.....39

2.1.3. Sindicato da Indústria do Tabaco (SindiTabaco).....42

2.1.4. Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra).....42

2.1.5. Emater.....43

3. CONTEXTUALIZAÇÃO.....45

3.1. O surgimento da cultura do tabaco.....45

3.2. O movimento de imigração alemã para o Rio Grande do Sul.....47

3.3. A colônia de Santa Cruz do Sul e os processos de cultivo e cura do tabaco.....49

4. PRODUÇÃO DE TABACO NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO.....53

4.1. Aspectos e práticas ambientais desenvolvidas na fumicultura.....56

4.2. Materiais impressos para orientação ambiental dos fumicultores.....62

4.2.1. Materiais impressos pelo SindiTabaco em nome de suas associadas....63

4.2.2. Material impresso por iniciativa do SindiTabaco e Afubra, com apoio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Governo do Estado do Rio Grande do Sul.....65

4.2.3. Material impresso em conjunto pelo do SindiTabaco, Afubra, Prefeituras Municipais, FATMA, IBAMA e outros órgãos ambientais.....67

4.2.4. Materiais impressos em conjunto pelo do SindiTabaco, Afubra e Emater.. 68

4.2.5. Material impresso pela empresa CTA – Continental Tobaccos Alliance

SA.....71
4.2.6. Materiais impressos pela EMATER.....72
4.3. Ações e projetos ambientais.....80
4.3.1. Manejo e conservação do solo através dos sistemas de plantio do tabaco 80
4.3.2. Projeto Verde é Vida – Afubra.....84
5. INTERAÇÕES ENTRE OS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS NA PRODUÇÃO DO TABACO.....90
6. APROPRIAÇÕES DOS PRODUTORES DE TABACO SOBRE OFERTA DE INFORMAÇÃO AMBIENTAL.....95
6.1. Apropriações e construções de sentidos e conceitos relacionados ao meio ambiente.....102
7. INTERPRETAÇÃO/REINTERPRETAÇÃO DOS DADOS: APONTAMENTOS CONCLUSIVOS.....104
8. REFERÊNCIAS.....113
ANEXOS.....117
Anexo 1 - Perguntas a serem feitas à Indústria fumageira CTA – Continental – Orientador Agrícola e Direção:.....117
Anexo 2 - Entrevistado: Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra)..119
Anexo 3 - Entrevistado: Sindicato da Indústria do Tabaco (SindiTabaco)...121
Anexo 4 - Entrevistado: Emater.....121
Anexo 5 - Entrevistado: Produtor de tabaco em relação à indústria fumageira CTA – Continental – Orientador Agrícola.....122
Anexo 6 - Entrevistado: Produtor de tabaco em relação à Afubra.....123
Anexo 7 - Entrevistado: Produtor de tabaco em relação à Secretaria Municipal da Agricultura (SMA), Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) e Emater:.....123
Anexo 8 - Entrevistado: Produtor de tabaco em relação ao SindiTabaco:. .123
Anexo 9 -Entrevistado: Produtor de tabaco:.....124

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - O que você faz com as embalagens vazias de agrotóxicos é muito importante.....63

FIGURA 2 - Insumos recomendados: utilize somente insumos recomendados e garanta a preferência pelo fumo brasileiro no mercado internacional.....64

FIGURA 3 - Manual de Reflorestamento: Preservar o meio ambiente é compromisso de todos.....65

FIGURA 4 - Bracatinga (Mimosa scabrella): características e manejo sustentável.....67

FIGURA 5 - Água limpa: um bem para todos. Reduza a contaminação, a natureza agradece.....68

FIGURA 6 - Mantenha e amplie as matas ciliares, ajude a conservar o solo e a água, participe desta ação.....70

FIGURA 7 - Manejo integrado de pragas: Só aplicar o agrotóxico mais indicado quando o inseto-praga atingir nível de dano.....71

FIGURA 8 - Higiene da casa: use uma fossa séptica.....73

FIGURA 9 - A água no meio rural.....74

FIGURA 10 - Lixo no lugar certo é saúde.....75

FIGURA 11 -Sugestões técnicas para os plantios.....76

FIGURA 12 - Segurança alimentar e sustentabilidade.....77

FIGURA 13 - Preserve o agroecossistema conservando o solo e a água.....78

FIGURA 14 - Melhore a qualidade do solo.....79

FIGURA 15 - Sistema de plantio convencional.....82

FIGURA 16 -Cultivo mínimo.....82

FIGURA 17 -Sistema de plantio direto.....83

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

QUADRO 1 - Informações sócio-econômicas das propriedades rurais fumicultoras do Sul do Brasil.....38

GRÁFICO 1 - Distribuição dos produtores da CTA no município de Venâncio Aires.....40

GRÁFICO 2 - Consumo de agrotóxicos no Sul do Brasil.....58

GRÁFICO 3 - Volume de embalagens recebidas.....61

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

RESUMO

O presente trabalho apresenta a evolução da fumicultura no Rio Grande do Sul, mais especificamente no município de Venâncio Aires, verificando aspectos históricos que envolvem a colonização alemã e a ocupação do território, as mudanças no processo de cultivo do tabaco e as ações desenvolvidas pelos diversos atores em relação à produção de tabaco e às práticas de preservação ambiental.

Neste estudo contextualizamos como se dá a troca de mensagens com cunho ambiental, identificando os principais agentes emissores de informação ambiental, que tem como receptor o produtor de tabaco.

O objetivo geral da pesquisa é compreender como as interações sociais e as informações ambientais emitidas pelas diversas organizações se refletem nas práticas produtivas dos produtores de tabaco do município de Venâncio Aires, e como se relacionam com o contexto socioeconômico destes sujeitos.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de viés empírico e discursivo, onde realizamos uma análise sócio-histórica baseada no método da Hermenêutica de Profundidade (HP). Os dados foram levantados por documentos e entrevistas, e tratados por meio da análise textual qualitativa.

As diversas organizações sociais envolvidas neste ramo do agronegócio demonstram empenho na busca pela sustentabilidade e boas práticas ambientais na produção do tabaco, ofertando orientações neste sentido. E, embora existam alguns conflitos e resistências nas apropriações feitas pelos fumicultores em relação ao que lhes é ofertado, percebemos também mudanças em algumas práticas produtivas.

Palavras-chave: tabaco, sistema integrado de produção, contextualização histórica, meio ambiente

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

ABSTRACT

This paper presents the evolution of fumicultura in Rio Grande do Sul, especially in the municipality of Venâncio Aires, checking historical aspects involving the colonization and occupation of German territory, changes in the process of growing tobacco and the actions taken by various actors for the production of tobacco and the practice of environmental preservation.

In this study we analyze how to give the message exchange with environmental slant, identifying the main agents of environmental information transmitter, which is receiving the producer of tobacco.

The general objective of the research is to understand how social interactions and environmental information issued by various organizations are reflected in the practices of producing tobacco production in the municipality of Venâncio Aires, and how they relate to the socioeconomic context of these subjects.

This is a qualitative research, the empirical bias and discursive, where perform an analysis based on socio-historical method of hermeneutics of depth (HP). The data were collected by documents and interviews, and processed through qualitative textual analysis.

The various social organizations involved in the agribusiness industry demonstrate commitment to the quest for sustainability and good environmental practices in the production of tobacco, offering guidance in this regard. And though there are some conflicts and resistance in the appropriations made by fumicultores for what they are offered, also noticed some changes in production practices.

Keywords: tobacco, integrated system of prodution, historical contextualization, environment

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

1. INTRODUÇÃO

Questionamentos quanto à relação do homem com o meio, com a cultura, com seu modo de produção e de vida, as ligações entre os sentidos e entre os elementos da terra e do cosmos, motivam a busca pela compreensão das práticas do produtor de tabaco de Venâncio Aires. A figura deste produtor constitui-se num personagem importante para o desenvolvimento econômico do município, onde ele interage com organizações que compõem o cenário produtivo do tabaco: instituições de assistência técnica, indústrias e sindicatos que, por sua vez, constituem-se em fontes de informação ambiental, a partir da estreita ligação que resulta da natureza do trabalho do fumicultor e da orientação ao homem do campo.

Este cenário é marcado por sentimentos, conceitos e comportamentos definidos a partir do fluxo de informações e processos comunicativos onde as apropriações feitas pelo agricultor das mensagens ofertadas pelas diversas organizações sociais são ainda pouco estudadas. Estas apropriações se refletem nas práticas cotidianas do produtor de tabaco, no seu relacionamento com o ambiente onde vive e de onde tira seu sustento. Segundo Melucci:

> As experiências cotidianas parecem minúsculos fragmentos isolados da vida, tão distantes dos vistosos eventos coletivos e das grandes mutações que perpassam a nossa cultura. Contudo, é nessa fina malha de tempos, espaços, gestos e relações que acontece quase tudo o que é importante para a vida social (Melucci, 2004, p.13).

A vida social que se tece cotidianamente no campo deixa entrever lógicas sobre interações sociais a partir das orientações ambientais, que buscamos compreender através desta pesquisa que usa a metodologia qualitativa. Interessa-nos saber: como o produtor de tabaco reproduz, nas suas práticas produtivas, as orientações ambientais que lhe são ofertadas pelas organizações sociais, levando em conta o contexto socioeconômico que foi se moldando ao longo dos anos e sofrendo influências diversas, entre elas a cultura própria dos imigrantes alemães?

A partir deste problema de pesquisa, coloca-se como objetivo geral, identificar as práticas ambientais dos produtores de tabaco do município de Venâncio Aires, considerando as interações sociais que ocorrem com as diversas organizações emissoras de informação e o contexto sócio-histórico.

Os objetivos específicos são:

- Caracterizar o processo de interação entre os fumicultores e as organizações sociais com as quais interage;
- Caracterizar como estas organizações atuam enquanto produtoras e/ou mediadoras de informação ambiental para o produtor de tabaco, e compreender como estas organizações sociais relacionam-se entre si;
- Investigar quais apropriações os produtores estão realizando sobre as representações ambientais que lhe são ofertadas pelos organizações sociais com as quais interage, e de que forma estas apropriações se refletem nas suas práticas produtivas.

Para realizar estes objetivos específicos contextualizamos o cenário socioeconômico da produção de tabaco no Rio Grande do Sul, especificamente no Vale do Rio Pardo e em Venâncio Aires, e a relação histórica do grupo étnico alemão com o meio ambiente, especificamente em relação às práticas de cultivo da terra e do tabaco.

No cenário de interações que envolvem o produtor de tabaco, encontramos diversas organizações que atuam como fonte de informação ambiental, utilizando-se especialmente de materiais midiáticos, visitas técnicas e treinamentos. Neste sentido, nos questionamos como o produtor de tabaco reproduz nas suas práticas produtivas, as orientações ambientais que lhe são ofertadas pelas organizações sociais? Através de quais formas de comunicação o produtor de tabaco está sendo informado sobre as práticas ambientais ideais para a produção de tabaco? Quais resistências, e baseadas em quê, os produtores de tabaco deixam transparecer nas suas práticas produtivas e nos seus discursos, em relação à informação ambiental ofertada pelas organizações? Por que as organizações sociais demonstram hoje, tanto empenho em relação às questões ambientais na produção de tabaco?

Esta pesquisa limita-se às interações observadas, no período de março de 2007 a dezembro de 2008, no município de Venâncio Aires por ser considerado,

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

atualmente, o maior produtor de fumo em folha do Brasil e, dentre as indústrias fumageiras foi escolhida a empresa CTA – Continental Tobaccos Alliance S/A considerada, sob o critério de geração de impostos estaduais (ICMS), como a segunda maior indústria do município e como uma das principais fontes de empregos diretos e indiretos no município, desempenhando papel de destaque na economia local.

As organizações sociais abrangidas nesta pesquisa são a indústria fumageira já indicada, a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), o Sindicato da Indústria do Tabaco (SindiTabaco) e a Associação Riograndense de Empreendimento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). Não serão incluídos como fonte de orientação ambiental os sindicatos dos trabalhadores rurais, por termos identificado que estes realizam atividades mais voltadas para a área de assistência à saúde dos agricultores, bem como por não ter suas atividades focadas na cultura do tabaco, mas sim em outras.

Este estudo se justifica porque contribui para uma melhor compreensão do universo produtivo do tabaco em relação às questões de preservação ambiental, pois através da análise das práticas produtivas dos fumicultores poderemos identificar os impactos ambientais da cultura, através do uso de agroquímicos e do sistema de colheita e secagem das folhas, e de que forma estão sendo minimizados a partir da oferta de informação ambiental. Assim como também proporcionará uma maior compreensão da relação entre as organizações sociais, enquanto emissoras de orientações ambientais, e os produtores, enquanto receptores da informação. Através da análise das informações ofertadas pelas diversas organizações e das apropriações feitas pelos produtores, buscamos compreender como se dá o processo comunicacional, identificando conflitos e contradições e apontando sugestões de melhorias.

Iniciamos este trabalho abordando o surgimento do pensamento ambiental e sua construção ao longo dos anos, evoluindo para o conceito de desenvolvimento sustentável. Citamos dois importantes documentos: a Carta da Terra e a Agenda 21, especialmente os capítulos que norteiam as ações produtivas e de desenvolvimento através da indicação de práticas sustentáveis na agricultura. Por entendermos que as relações entre os diversos atores presentes neste estudo são permeadas e construtoras de cultura, discutimos brevemente este conceito.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Apresentamos a história do surgimento da cultura do tabaco, o movimento de imigração alemã para o Rio Grande do Sul e como o processo de cultivo e cura do fumo foi feito por estes imigrantes ao longo dos anos.

Em seguida abordamos os aspectos da produção de tabaco no contexto contemporâneo, a partir do estudo realizado em Venâncio Aires, relacionando as interações entre os atores sociais envolvidos na produção do tabaco e suas ofertas de informação ambiental.

A partir daí, vamos apresentar as relações que o fumicultor faz com o meio ambiente, através da apropriação das informações ambientais que lhe são ofertadas pelos diferentes atores sociais. Em seguida relacionamos a diversidade de dados levantados pela pesquisa, respondendo as questões colocadas.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de viés empírico e descritivo, onde realizamos uma análise sócio-histórica, baseada no método da Hermenêutica de Profundidade (HP), conforme exposto por Thompson (1995).

Ao longo deste estudo consideramos como práticas produtivas todas as práticas realizadas pelos produtores de fumo, enquanto entende-se por práticas ambientais apenas aquelas que estão sendo realizadas de forma a tornar o cultivo do fumo mais sustentável do ponto de vista ecológico.

Os dados foram levantados a partir de documentos (orientações técnicas das organizações sociais, normas para produção de tabaco, leis, regulamentos, etc...) e de entrevistas com os atores sociais envolvidos (produtores de tabaco, técnicos da área fumageira, representantes de indústria, do sindicato, da associação de fumicultores). Estes dados foram tratados por meio da análise textual qualitativa.

1.1. Problematização

Historicamente podemos perceber que os povos vivem de formas diferentes, que usufruem os recursos naturais e se relacionam com o meio de maneiras diversas. Apesar disto, parece ser consenso entre as culturas que todas dependem – em maior ou em menor grau – dos recursos naturais disponíveis. Neste sentido, a preservação da biodiversidade para continuação da espécie humana é tão importante quanto a conservação das diferentes culturas, pois uma homogeneização de costumes e "necessidades", além de anular a individualidade do sujeito, poderia, no âmbito tecnológico, por exemplo, gerar um caos nas fontes energéticas,

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

causando uma total escassez de recursos, sendo insustentável para o planeta e para a humanidade (Giddens, 2002). A preservação e o respeito por outros estilos de vida e pela diversidade cultural de cada povo é fundamental para a preservação da biodiversidade e harmonização dos objetivos sociais, econômicos e ambientais.

Para alguns autores, a noção de preservação ambiental está enraizada à noção de sobrevivência da espécie. Fernandez (2005, p. 2) afirma que "a ecologia tem sido um dos maiores árbitros da ascensão e da decadência das civilizações [...] Em muitas ocasiões, a decadência das civilizações foi acontecendo à medida que cada uma destruiu seu ambiente e esgotou a base de recursos dos quais dependia". A história nos aponta diversos exemplos ilustrativos desta afirmação, como as migrações tribais e até as navegações. Hoje até mesmo o sistema de importação/exportação de alguns produtos está baseado na idéia de recursos limitados.

Para algumas culturas a terra é a grande mãe provedora, mantendo com ela uma relação sagrada. Historicamente sabe-se que as antropossociedades arcaicas não sentiam necessidade de explicar, e muito menos, dominar a natureza (Soffiati, 2002). Pelo contrário, a natureza era adorada, porque era vista como um grande mistério, povoada por deuses ou espíritos, onde o homem e o ambiente eram parte do cosmos, com igual importância e valor.

A invenção da agricultura e da pecuária caracteriza o que Soffiati (2002) denomina como o primeiro passo de dessacralização do mundo, o que ocorre em torno de 3.500 anos a.C. Segundo o autor,

> A realização de grandes obras hidráulicas, como barragens e canais de drenagem e irrigação, provoca uma fratura na concepção sacralizada de mundo. Impunha-se uma regressão do sagrado a fim de que as primeiras civilizações pudessem justificar intervenções mais profundas na natureza (Soffiati, 2002, p. 34).

As técnicas agrícolas e científicas permitiram ao homem não apenas manipular a natureza, mas também dominá-la e assim, de certa forma, equiparar-se ao sagrado seio provedor. Pensemos em um sistema de irrigação por exemplo: o homem, através de um feito seu habilita a terra seca a produzir frutos, o que a natureza sagrada não possibilitou. O simples ato de plantar, ainda que em solo fértil, demonstra a percepção do homem de que, sozinha, a grande deusa terra, não fará nada. Em muitas culturas o plantio da terra é visto como uma forma de troca,

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

sagrada e mística, festejada por meio de manifestações religiosas como a festa da colheita.

Paralelo a isto, desde a Grécia Antiga, temos registros de pensadores ou físicos, empenhados nas reflexões em torno da origem da vida, dos elementos e do significado da natureza, centralizados no desenvolvimento do homem e, de certo modo, questionando o caráter divino da terra enquanto deusa provedora (Morin, 1995).

É assim que, desde a antiguidade, pode-se observar contínuos movimentos de ruptura na relação entre ser humano e meio ambiente, que se exacerbam com a influência capitalista e com o processo de industrialização ocorrido em fins do século XVII e início do século XVIII quando inicia o processo do êxodo rural, a partir da idéia de que a vida no campo não é civilizada. Este sentimento de ruptura da relação do homem com a natureza atinge o seu auge com a Revolução Industrial (Herculano, 1992; Drummond, 2006; Fernandez, 2005).

> Tanto o capitalismo comercial quanto o mecanicismo aplainam o terreno para a eclosão da Revolução Industrial, em fins do século XVIII, que nutrirá a atitude instrumentalizadora ocidental ante a natureza [...] caminhos, assim, para a crise ambiental da atualidade. (Soffiati, 2002, p. 40).

O projeto de expansão urbano e produtivo, movido pela Revolução Industrial, conforme Lima (2002), inspira à ideologia do progresso, à busca galopante pelo crescimento econômico, a valorização dos bens materiais, a transformação de cenários naturais em urbanos, o uso indiscriminado dos recursos ambientais, a disputa internacional por territórios e mercados e, por fim, a disputa por poder que acaba impulsionando as duas grandes guerras mundiais.

Paradoxalmente, segundo Carvalho (2001), a experiência urbana, impulsionada pelas Revoluções Francesa e Industrial, também fez surgir um outro sentimento, de valorização da natureza não transformada pelos humanos. Assim, em sintonia com o romantismo do século XIX, surge o que a autora chamou de "novas sensibilidades". Trata-se de uma nova representação sobre o meio ambiente que "idealizava a natureza como uma reserva de bem, beleza e verdade" (Carvalho, 2001, p.46), criticando as distorções da vida nas cidades, da apropriação abusiva dos recursos naturais, da ação do homem contra a natureza.

Os movimentos de consciência ecológica do século XX têm no romantismo sua origem histórica, mas a compreensão contemporânea do que é "ambiental" se

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

forma num contexto histórico mais abrangente, quando se analisa a questão sob uma ótica global e levando em consideração os diversos âmbitos que permeiam a vida humana, o que leva o ser a perceber a emergência da problemática ambiental (Carvalho, 2001).

Dois fatos históricos contribuíram para a emergência do pensamento ambiental no século XX. Um aconteceu em 1945, o outro em 1962. Em 1945, no final de segunda guerra mundial e com a explosão das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, o homem assusta-se com sua capacidade destrutiva. A *Bomba de Hiroxima* foi uma demonstração de uma catástrofe não natural, cujos efeitos o homem não podia conter. Assim, surgem os movimentos pacifistas e antinucleares, movidos pelo sentimento de insegurança e vulnerabilidade que atinge a humanidade. O outro fato ocorre em 1962, quando a bióloga norte-americana Rachel Carlson publica o livro *Silent Spring*, denunciando a extinção de espécies de pássaros pelo uso indiscriminado dos modernos pesticidas, herbicidas e fungicidas agrícolas, com grande repercussão nos Estados Unidos, e também, em outros países.

Conforme Drummond (2006, p.13):

> "Silent Spring desencadeou um movimento social que, entre outras coisas, levou ao banimento do DDT [1] e ao controle sobre outros agrotóxicos e substâncias tóxicas nos Estados Unidos, um dos primeiros casos de controle público sobre atividades produtivas modernas".

Estes dois fatos históricos, narrados por Drummond (2006) e Herculano (1992), contribuíram na formação de um pensamento ambientalista que emerge a partir dos anos 70, como o surgimento do movimento hippie, o qual concebe a natureza como sagrada, dá ênfase à vida comunitária e campestre, recusa a guerra dos EUA contra o Vietnã e dissemina o lema "paz e amor".

Assim como os hippies, pensadores de diversas partes do mundo começam a levantar questionamentos em relação aos efeitos da intervenção humana sobre os recursos naturais do planeta. Os ambientalistas vão criticar a ciência moderna, que via a natureza como um mecanismo a ser controlado, investigado, dominado e subjugado. Este mecanismo foi visto como a causa da separação entre a cultura humana e natureza, mostrando o homem como um ser totalmente independente do

1 DDT: Dicloro – Difenil – Tricloroetano: primeiro inseticida moderno, largamente utilizado após a Segunda Guerra Mundial para combater mosquitos causadores da malária, tifo e dengue.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

meio. Ao demonstrarem o quanto este pensamento era equivocado, os movimentos ambientais acabaram por despertar a consciência de que o ser humano vive e interage com o meio ambiente, desfruta de seus recursos de forma indisciplinada, consome e gera resíduos de forma descontrolada, precisando rever estilos de vida, participar da vida pública e questionar as políticas de desenvolvimento do Estado. Assim, começa a se recriar a percepção que natureza e seres humanos fazem parte um do outro (Drummond, 2006; Herculano, 1992).

Como conseqüência deste pensamento emergente, em 1972 acontece a Conferência Internacional para o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo. Nesta oportunidade são criados vários programas de cunho socioambiental, entre eles, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Esta comissão criaria em 1987 o “Relatório Brundtland” ou “Nosso Futuro Comum”, documento que analisou a situação da degradação ambiental e econômica do planeta, servindo para a elaboração de propostas que seriam debatidas na RIO/92 ou Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como ECO/92. O Relatório Brundtland trouxe à baila dois conceitos: o de “desenvolvimento sustentável” e o de “uma nova ordem econômica internacional”.

O conceito de desenvolvimento sustentável, apresentado no relatório Brundtland pressupõe uma forma de desenvolvimento que atenda às necessidades das gerações presentes, sem comprometer as necessidades das gerações futuras, a partir dos princípios da eqüidade, solidariedade, sustentabilidade, redução do ritmo de exploração da natureza, conectando os problemas propriamente ecológicos decorrentes da ação humana (como a poluição, contaminação, aquecimento global, entre outros) e aos problemas sociais, dentre os quais destacam-se a doença, a fome, a pobreza, etc...

Herculano (1992) afirma que, apesar de maciçamente divulgado, na prática o Relatório Brundtland acabou gerando poucos resultados, e sendo visto mais como uma fonte de “conselhos” quanto a atitudes de prudência para manutenção de gerações futuras, de pouca fundamentação técnica e científica.

Independente das críticas, o fato é que o Relatório Brundtland levantou a questão de "uma nova ordem econômica internacional", ao trazer à tona questionamentos sobre o ritmo acelerado de crescimento e dos índices de consumo,

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

defendendo o eco-capitalismo, que “se traduz na confiança no avanço tecnológico capaz de produzir uma industrialização limpa e controlar a fecundidade das mulheres do Terceiro Mundo” (Herculano, 1992, p. 26). Sob o ponto de vista de Herculano, o desenvolvimento sustentável tem dois significados subjacentes:

> É uma expressão que vem sendo usada como epígrafe de boa sociedade, quando na verdade os termos desenvolvimento e/ou sustentável não são sinônimos de sociedade [...} o termo desenvolvimento prende o debate ao campo restrito da economia e reafirma sua hegemonia num momento em que o mais importante é reduzi-la àquilo que ela tão-somente é, um mero instrumental, que deve estar subordinado às questões éticas mais substantivas (Herculano, 1992, p. 30).

Herculano (1992, p. 30) defende o conceito de desenvolvimento sustentável como "um conjunto de mecanismos de ajustamento que resgata a funcionalidade da sociedade capitalista. É um desenvolvimento suportável, que dá para levar, que não resgata o homem da sua alienação diante de um sistema de produção formidável". Enfim, o autor aponta para a necessidade de equilíbrio entre crescimento e conservação, entre necessidade e consumo, entre qualidade de vida e controle populacional.

Já para a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em l948, desenvolvimento sustentável é um processo técnico, no qual o meio ambiente é um meio econômico para assegurar o alcance do objetivo último do desenvolvimento, que passa a ser pessoa como um capital humano (Herculano, 1992). Enfim, vemos que o conceito de desenvolvimento sustentável está em construção, onde aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e materiais surgem com diferentes pesos para os autores. No entanto, pode-se afirmar que a tendência é centralizar o olhar na dinâmica entre os aspectos econômicos e os recursos naturais.

De modo geral, pode-se afirmar que os modelos de desenvolvimento são, em última instância, resultado do que diferencia o homem de outros seres vivos: a cultura. É a partir da cultura que o ser humano se relaciona com a natureza e desencadeia processos de desenvolvimento mais ou menos sustentáveis. Esta pesquisa propõe-se a aprofundar justamente a compreensão dos aspectos culturais que definem as práticas produtivas dos fumicultores em sua relação com o ambiente e com os modelos de desenvolvimento. Por hora, cabe-nos apenas destacar o aspecto cultural como parte do panorama sócio-histórico a ser compreendido. Em

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

outras palavras, analisando sócio-historicamente as condições dos produtores de tabaco, deparamo-nos com a cultura da sociedade contemporânea, onde os temas ambientais passam a ter finalmente seu merecido espaço como pauta nas discussões públicas. A crise ambiental atual mostra, segundo Leff (2001):

> A necessidade de incorporar uma "dimensão ambiental" ao campo do planejamento econômico, científico, tecnológico e educativo, induzindo novos valores no comportamento dos agentes sociais e problematizando todo um conjunto de disciplinas científicas que são o suporte da racionalidade econômica e tecnológica dominantes (Leff, 2001, p.100).

Assim, atualmente aceita-se a necessidade de uma abordagem holística e multidisciplinar nas questões de desenvolvimento que, no seu sentido mais amplo, envolve conhecimentos das diversas áreas do saber. Além disso, para atingir um patamar de desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento, conforme Sachs (2002, p. 35) precisamos "atender simultaneamente os critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica", dando real valor às questões éticas e de sobrevivência da espécie humana.

Sachs (2002) relaciona alguns critérios para o alcance da sustentabilidade: social, cultural, ecológico, territorial e econômico. O âmbito social refere-se à busca por um patamar razoável de distribuição de renda, homogeneidade social, igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais e emprego com qualidade de vida. O âmbito cultural está relacionado ao equilíbrio entre respeito à tradição e inovação. No âmbito ecológico deve prever limites no uso dos recursos não-renováveis, preservando-se o potencial dos recursos renováveis. No âmbito territorial deve melhorar o ambiente urbano e rural, superando disparidades inter-regionais e criando estratégias de desenvolvimento para áreas ecologicamente frágeis. No âmbito econômico deve proporcionar um desenvolvimento intersetorial equilibrado, investindo em segurança alimentar e na contínua modernização dos instrumentos de produção e em pesquisas científicas e tecnológicas.

Em relação à política nacional, Sachs (2002) destaca a importância do desenvolvimento da capacidade do Estado, em parceria com outros empreendedores para a implantação de projetos e a busca por um nível razoável de coesão social. Um destes aspectos é a implementação de uma política internacional que, através da Organização das Nações Unidas (ONU), possa garantir a paz e a cooperação internacional, assim como um controle efetivo do sistema financeiro e de negócios a nível internacional. Políticas estas que, agindo com precaução na gestão

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

do meio ambiente e dos recursos naturais, são capazes de proteger a diversidade biológica e cultural e criar um sistema de cooperação de informações científicas e tecnológicas, ao mesmo tempo que compreendem todos os sistemas de conhecimentos "como propriedade da herança comum da humanidade" (Sachs, 2002, p. 88). O autor salienta ainda, que o conceito de desenvolvimento sustentável deve envolver ações conjuntas dos poderes público e privado, assim como a participação ativa do sujeito.

Quando se discute a relação entre desenvolvimento e sustentabilidade no contexto brasileiro, pode-se tomar por base os princípios de dois documentos que norteiam os caminhos para o meio rural: a Carta da Terra e Agenda 21 Global. Estes dois documentos servem como parâmetros para pensar a busca pela sustentabilidade no campo.

A Carta da Terra começou a ser discutida mundialmente durante a Rio 92 (ou Eco 92), e após um processo de construção e amadurecimento, que envolveu amplos debates e discussões com representantes de diversas áreas do conhecimento e de diversos países, foi ratificada em março de 2000. O documento traz em seu corpo o desejo de um mundo mais justo e coerente, baseado em princípios éticos e de valorização de todas as formas de vida. Longe de ser um documento utópico, a Carta da Terra foi construída em forma de princípios para nortear o progresso humano. Especialmente em relação ao âmbito rural, está especificado no item dois de seu princípio primeiro que "*com o direito de possuir, administrar e usar os recursos naturais vem o dever de impedir o dano causado ao meio ambiente e de proteger os direitos das pessoas"*. (Carta da Terra, http://mma.gov.br).

Os princípios da Carta da Terra servem para problematizar a relação do fumicultor com o ambiente natural. Questionamos-nos se a produção de fumo busca *"a justiça econômica e social, propiciando à todos a consecução de uma subsistência significativa e segura, que seja ecologicamente responsável"* (Princípio 3b)? O agricultor, a indústria e as instituições de orientação técnica adotam *"padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário"* (Princípio 7)? Estes atores reconhecem e preservam "*os conhecimentos tradicionais e a sabedoria espiritual em todas as culturas que contribuam para a proteção ambiental e o bem-estar humano"*

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

(Princípio 8)? Estes questionamentos nortearam nossas análises e auxiliam na interpretação do dados e apontamentos conclusivos.

Assim como a Carta da Terra, Agenda 21 global começou a ser elaborada dois anos antes da Eco 92, envolvendo durante dois anos governos e instituições da sociedade civil de 179 países, entre eles o Brasil, onde a Agenda 21 nacional começou a ser construída em 1996, passando para a fase de implantação em 2003, adotando referenciais importantes como a Carta da Terra. O objetivo do documento é orientar padrões de desenvolvimento para o século XXI, baseados na busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica, envolvendo governo e sociedade (Brasil, Agenda 21 Global).

As ações previstas no capítulo 14 da Agenda 21 Global, relacionam atividades e posturas necessárias para a promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável. O documento menciona a importância da participação popular na conservação e reabilitação da terra, da água, dos recursos energéticos, entre outros. O uso consciente e parcimonioso dos recursos é salientado no capítulo 19, onde se destaca a necessidade de manejo ecologicamente saudável das substâncias químicas tóxicas, incluída a prevenção do tráfego internacional ilegal dos produtos tóxicos e perigosos. Um de seus objetivos é acelerar a avaliação internacional dos riscos químicos, o que pode ser feito através de um intercâmbio de informações sobre os produtos, da harmonização da classificação e da padronização na rotulagem dos mesmos ou, ainda, por meio da implantação de programas para a redução dos riscos e a prevenção do tráfego internacional ilegal (Brasil, Agenda 21 Global).

No capítulo 32, a Agenda 21 Global vai tratar do fortalecimento do papel dos agricultores salientando a importância dada ao homem do campo. O texto prevê o estímulo de práticas e tecnologias de agricultura sustentável, a introdução ou fortalecimento de políticas de auto-suficiência na busca de baixos consumos de insumos e energia, com incentivo a participação de agricultores de ambos os sexos na elaboração e implementação de políticas sustentáveis, fortalecendo organizações locais que deleguem poder e responsabilidade aos usuários primários dos recursos naturais (Brasil, Agenda 21 Global).

A partir dos princípios da Carta da Terra e da Agenda 21 Global, questiona-se como se caracteriza o papel que o produtor de fumo assume neste contexto de

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

globalização econômica e de crescente necessidade de sustentabilidade dos processos de desenvolvimento. Segundo Sachs (2000) um dos caminhos para promover estratégias para alcançar o desenvolvimento sustentável é saber o que as populações sabem e como se relacionam com seu meio e, a partir daí, buscar soluções que possam ser construídas e assimiladas como algo natural pela sociedade envolvida. Para o autor é necessário:

> Identificar o conhecimento que as populações locais têm do seu meio para usá-los como pontos de partida para soluções que devem ao mesmo tempo incorporar todo o conhecimento científico moderno. O problema não está em opor o saber prático ao conhecimento. O problema é: como casar o saber prático com o conhecimento (Sachs, 2000, p. 9).

O pensamento de Sachs (2000) respeita o saber prático e, portanto, tem relação com a idéia de terra como algo sagrado, apresentado logo ao início deste capítulo, e com a teoria de Mourão (2005), autora que destaca a importância do resgate do sentimento de "pertencimento". Para Mourão (2005) o sujeito precisa sentir-se realmente parte de algo maior, o universo, e não dono ou ser onipotente do universo. O pertencimento refere-se à ligação do humano com o cosmos, à necessidade de harmonia do sujeito com o meio onde ele existe, consciente de que suas ações se refletem, positiva ou negativamente, neste ambiente, onde o homem é o principal ator de mudança das condições naturais do meio. A autora afirma que:

> Somos pertencentes ao mundo físico, parentes de todos os seres vivos, mas ao mesmo tempo distanciados e estranhos a eles; somos profundamente enraizados em nossos universos culturais que ao mesmo tempo nos abrem e nos fecham as portas de outros possíveis conhecimentos (Mourão, 2005, p. 5).

A perda desse sentimento de pertencimento pela espécie humana, segundo Mourão (2005), têm registrado momentos críticos, em que se romperam os limites de sustentabilidade da vida. Podemos exemplificar esta afirmação com a questão das queimadas, quando se incendeia a mata na intenção de “limpar” terras para o plantio. Nesta prática, está se pensando apenas no sustento do grupo humano, sem levar em conta o ambiente de diversas espécies de fauna e flora. Com esta prática o homem demonstra se enxergar como um ser *fora* do eco-sistema, onde suas ações interfeririam apenas em seu modo de vida.

Esta situação agrava-se pelo fato de que somente os seres humanos são capazes de anular a autonomia de outros seres vivos e do ecossistema, sem ter a consciência da importância sublime de seus atos para a preservação de outras

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

espécies vivas. Muitas vezes os seres humanos não se sentem responsáveis por sua própria existência, não se percebendo como parte do ambiente. Segundo Mourão:

> A ideologia individualista da cultura industrial capitalista moderna construiu uma representação da pessoa humana como um ser mecânico, desenraizado e desligado de seu contexto, que desconhece as relações que o tornam humano e ignora tudo que não esteja direta e imediatamente vinculado ao seu próprio interesse e bem-estar (Mourão, 2005, p. 1).

É neste sentido que nos propomos, como objeto de estudo, conhecer o saber prático de populações locais, como aponta Sachs (2002), e como este sentimento de pertencimento, como aborda Mourão (2005), tem se refletido nas práticas socioambientais do produtor de tabaco. Em outras palavras, o que queremos investigar é até que ponto a relação do produtor com indústria, que é mediada pelo sindicato e pela associação dos fumicultores, interfere na relação do homem com o meio. Existe ainda o sentimento de pertencimento deste homem à terra que lhe rende frutos? Como é a relação deste agricultor com o ecossistema natural? Em que sentido a interação entre fumicultor e o meio ambiente atende aos princípios da Carta da Terra e da Agenda 21 Global? Entendemos que estas relações são permeadas e construtoras da cultura do produtor de tabaco, que forja-se cotidianamente a partir de interações sociais, as quais são, por sua vez, formadoras de cultura.

O conceito de cultura, apesar de não ser consenso, apresenta pistas interessantes para sua compreensão. Cuche (2002) nos mostra que a origem da idéia de cultura começou a ser construída no início do século XVI, estando ligada ao ato de cultivar a terra. Um sentido que não foi perdido, pois até hoje nos referimos “a cultura da erva mate” ou “a cultura do fumo”. Este sentido porém, foi se expandindo, e somente no século XVIII começa a ganhar um sentido figurado, sendo incorporada no Dicionário da Academia Francesa em 1718, geralmente seguido de um complemento, como “cultura das letras”, “cultura das ciências”, “cultura das artes”. Já na edição de 1798 do Dicionário da Academia, cultura ganha um sentido de soma de saberes, e é no decorrer do século XVIII, na França, que a palavra é associada à idéia de progresso, de educação, de evolução, de civilização, ou seja, um conceito mais próximo ao seu atual significado.

Outra definição é a germânica. Nela*, Kultur* aparece na língua alemã no século XVIII, com a idéia de que tudo o que contribui para o crescimento intelectual

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

e espiritual vêm da cultura, e se opõe à idéia de civilização, que no entendimento da época representava "somente aparência brilhante, leviandade, refinamento superficial" (Cuche, 2002, p. 25). Para Thompson (1995, p. 170) o conceito de cultura utilizado no final do século XVIII por filósofos e historiadores alemães, pode ser descrito como uma concepção clássica, definida assim, de uma maneira ampla "cultura é o processo de desenvolvimento e enobrecimento das faculdades humanas, um processo facilitado pela assimilação de trabalhos acadêmicos e artísticos e ligado ao caráter progressista da era moderna".

Já no século XIX, o conceito alemão de cultura passa a ser fortemente ligado ao sentido de nação, valorizando somente talentos da própria pátria. Neste mesmo século, na França, o sentido de cultura ganha uma dimensão coletiva, designando um conjunto de práticas de uma comunidade. Conforme Cuche "O debate franco-alemão do século XVIII ao século XX é arquetípico das duas concepções de cultura, uma particularista, a outra universalista, que estão na base das duas maneiras de definir o conceito de cultura nas ciências sociais contemporâneas" (Cuche, 2002, p.31).

Em 1871, rompendo com definições restritivas e individualistas, Edward Burnett Taylor, defende que a cultura tem uma dimensão coletiva, expressando a totalidade da vida social do homem, que a adquire ao longo de sua existência. Franz Boas vai além, defendendo que as diferenças entre os grupos humanos não são de ordem racial, mas sim cultural. Considerado o inventor da etnografia, Boas acredita que um costume particular só pode ser compreendido, se analisado dentro do seu contexto cultural. Daí a importância de se conhecer cada cultura, para entender a coerência existente em seu interior segundo Cuche (2002).

Conforme Thompson (1995, p. 171), o trabalho desenvolvido por E.B. Taylor em 1871 apresenta uma concepção descritiva de cultura, identificando-a como "o conjunto inter-relacionado de crenças, costumes, formas de conhecimento, artes, etc [...], que são adquiridos pelos indivíduos enquanto membros de uma sociedade [...] e que podem ser estudados cientificamente".

Já a abordagem interacionista da cultura, que inspira-se em Sapir, considera a cultura como um sistema de comunicação interindividual, ao afirmar que o lugar da cultura são as interações individuais. Os interacionistas insistem na produção de

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

sentidos a partir das interações entre os indivíduos. Para Gregory Bateson e a Escola de Palo Alto:

> A comunicação não é concebida como uma relação de emissor e receptor, mas segundo um modelo orquestral, ou seja, como resultante de um conjunto de indivíduos reunidos para tocar juntos e que se encontram em situação de interação durável. Todos participam solidariamente, mas cada um à sua maneira, da execução de uma partitura invisível. A partitura, isto é, a cultura, existe apenas através da ação interativa dos indivíduos. Todos os esforços dos antropólogos da comunicação consistem em analisar os processos de interação que produzem sistemas culturais de troca. Não basta, no entanto descrever estas interações e seus efeitos. É preciso considerar o 'contexto' das interações. Cada contexto impõe as suas regras e suas convenções, supõe expectativas particulares entre os indivíduos. A pluralidade dos contextos de interação explica o caráter plural e instável de todas as culturas e também os comportamentos aparentemente contraditórios de um mesmo indivíduo que não está necessariamente em contradição (psicológica) consigo mesmo. Por esta abordagem, torna-se possível pensar a heterogeneidade de uma cultura ao invés de nos esforçarmos para encontrar uma homogeneidade ilusória (Cuche, 2002, p. 106 e 107).

As interações são permeadas por conflitos, tensões e disputas sobre os sentidos em jogo. Desta forma nos questionamos quais disputas surgem na interação entre os saberes do produtor rural que cultiva tabaco e as organizações sociais com as quais se relaciona em função do seu trabalho? Como esta interação tem se refletido na interação do fumicultor com o meio ambiente? Quais choques culturais estas interações impõem?

Segundo Cuche (2002), em contato as culturas se desestruturam e reestruturam. O que dá dinamicidade e faz evoluir o sistema cultural são as lutas que travam entre si os diferentes grupos sociais em interação. Nos tempos atuais, observa-se que a cultura industrial capitalista moderna atinge diretamente o produtor de tabaco, que direciona sua forma de produção e, conseqüentemente suas maneiras de relacionar-se o meio ambiente, para atender a critérios estabelecidos pela indústria fumageira, a qual absorve a produção gerada pela propriedade agrícola, mas impõem uma série de exigências quanto à forma de plantio, de manutenção, de colheita e tratamento do fumo em folha, orientando o produtor a seguir os padrões culturais da indústria em lugar dos padrões culturais do homem que, tradicionalmente, vive do trabalho com a terra. Trata-se de uma relação de trabalho, onde a margem de liberdade do produtor de tabaco está em jogo, e se reflete diretamente na sua construção enquanto indivíduo.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Levando em conta estes pressupostos teóricos, realizamos um estudo empírico a fim de compreender como as interações sociais e as informações ambientais emitidas pelas diversas organizações se refletem nas práticas produtivas dos produtores de tabaco do município de Venâncio Aires, e como se relacionam com suas práticas sócio-históricas.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

2. MÉTODO

Para o desenvolvimento desta dissertação utilizamos o método de pesquisa qualitativa. Trata-se de uma investigação empírica e descritiva. A pesquisa qualitativa, conforme Bauer e Gaskell (2002), busca em sua análise a interpretação de dados, através da entrevista em profundidade, realizada numa quantidade *soft* de amostras. Esta metodologia difere da pesquisa quantitativa, que busca resultados através da análise estatística e uma quantidade *hard* de amostras. Para Mirian Goldenberg "na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória, etc." (1998, p. 14). Optamos por uma amostra pequena de produtores, buscando conhecer suas histórias de vida, costumes e valores relacionados ao trabalho e às práticas ambientais decorrentes dele.

A pesquisa de campo se deu por meio do contato direto com os informantes, além da coleta de documentos e materiais produzidos pelas organizações sociais, tendo como receptor o produtor de tabaco. Conforme Vergara (2005, p. 48) a investigação empírica ou pesquisa de campo é o meio de investigação realizada no local onde está o objeto de estudo e "pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não". Para o desenvolvimento desta pesquisa optamos pela observação não participante onde, conforme Richardson (1999), o investigador se posiciona como um espectador atento e interessado em conhecer todas as ocorrências relacionadas ao tema da pesquisa. Esta técnica e diferente da observação participante onde o pesquisador se insere na vida do grupo e passa a fazer parte dele, não apenas como um espectador, mas como um ser integrante do cotidiano.

Quanto aos fins, a pesquisa caracteriza-se como exploratória, tendo como objetivo proporcionar maior familiaridade com o fenômeno, a fim de torná-lo mais

explícito ou construir hipóteses (Gil, 2007). Foi utilizada a técnica de entrevistas semi-estruturadas, a fim de estabelecer uma relação inicial com o produtor entrevistado passando, num segundo momento, para uma coleta mais focada de dados, direcionada às questões e objetivos da pesquisa.

Foram realizadas quatro entrevistas com cada um dos três produtores rurais escolhidos como fontes de pesquisa. A escolha dos produtores se deu da seguinte forma: foi solicitado à empresa CTA, a indicação de trinta produtores. Dez produtores residentes na localidade de Vila Arlindo, dez residentes em Linha Tangerinas e outros dez residentes em Linha Hansel. Estas localidades foram as escolhidas por apresentarem o maior número de produtores da CTA.

Após a indicação destes trinta nomes, solicitamos as seguintes informações sobre cada um dos trinta produtores: nome, localidade em que reside, idade, sistema de plantio utilizado (convencional, plantio direto ou cultivo mínimo), há quanto tempo planta fumo (para CTA ou qualquer outra fumageira), se o produtor tem filhos em idade escolar.

Após esta primeira coleta de informações, escolhemos um produtor de cada localidade, a fim de incluir produtores com relações em diferentes comunidades e atendidos por diferentes Orientadores Agrícolas, embora todos da empresa CTA – Continental.

Todos os produtores selecionados para amostra estão na faixa etária entre 40 e 50 anos de idade e plantam o tabaco há mais de 20 anos. Este critério de escolha está relacionado ao fato de buscarmos referências para uma análise sócio-histórica e, desta forma entendemos que a experiência de duas décadas destes produtores no cultivo do tabaco pode contribuir para um conhecimento mais profundo destas questões.

Em relação ao sistema de plantio utilizado, optamos por selecionar um produtor que usa plantio direto, um convencional e o terceiro que realiza o cultivo mínimo. Esta escolha se justifica pois temos como objetivo conhecer e comparar os sistemas existentes, considerando seus impactos ao meio ambiente.

Por fim, cabe ainda informar, que todos os produtores escolhidos têm filhos em idade escolar, pois desta forma buscou-se verificar se estes contribuem com informações ambientais que por ventura tenham recebido na escola ou através de qualquer outra fonte, bem como levantar, de forma muito breve, as expectativas em

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

relação ao futuro da fumicultura através desta nova geração, tendo em vista que a maioria dos produtores informa ter aprendido o ofício do tabaco com seus antepassados. Ressaltamos que os produtores escolhidos tiveram sua identidade preservada, pois usamos nomes fictícios.

Cabe esclarecer que a fumageira CTA foi escolhida como empresa-fonte da pesquisa por seu destacado papel na economia do município de Venâncio Aires e região, e também pelo acesso facilitado às informações, já que é onde atualmente realizo minhas atividades profissionais. A existência do vínculo empregatício não afetou a realização da pesquisa, tendo em vista que em minhas atividades não tenho contato com produtores, pois atuo no setor de Recursos Humanos, mesmo assim mantive-me atenta ao fato do necessário distanciamento para um bom resultado da pesquisa.

Em relação às organizações do segmento fumageiro, centramos nossa atenção na relação do produtor de fumo com a Afubra, com a indústria fumageira CTA – Continental, com Emater e SindiTabaco, pois percebemos, no decorrer da coleta dos materiais midiáticos produzidos pelas organizações que atuam no município e nas entrevistas, que estas são as instituições que mais se destacam no cenário produtivo do tabaco e na emissão de informações ambientais sobre esta cultura.

Além dos documentos midiáticos que as organizações citadas usam na sua interação com os produtores de tabaco, e as entrevistas semi-estruturadas com os três produtores, a coleta de dados incluiu entrevistas semi-estruturadas com dirigentes das organizações envolvidas no estudo e com os orientadores agrícolas da empresa.

O tratamento dos dados foi realizado a partir do método da Hermenêutica de Profundidade (HP), levando em consideração três dimensões de análise: a análise sócio-histórica, a análise discursiva do produtor de tabaco e a interpretação/reinterpretação dos dados.

> Como eu entendo, a HP é um referencial metodológico amplo que compreende três fases ou procedimentos principais. Essas fases devem ser vistas não tanto como estágios separados de um método seqüencial, mas antes como dimensões analiticamente distintas de um processo interpretativo complexo (Thompson, 1995, p. 365).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Conforme Thompson (1995), o enfoque da HP é elucidar como as formas simbólicas (falas, ações, textos, etc.) são compreendidas e interpretadas pelas pessoas que as produzem, resgatando o significado atribuído por elas aos fenômenos investigados, podendo ser através de entrevistas, da observação participante ou outros tipos de técnicas. O autor propõe que sejam traçadas as seguintes análises acerca do objeto de estudo:

- análise sócio-histórica
- análise formal ou discursiva
- interpretação/reinterpretação

A análise sócio-histórica, conforme Thompson (1995, p. 366), tem como objetivo "reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas", identificando e descrevendo as situações espaços-temporais em que são produzidas, os campos de interação em que ocorrem e as instituições sociais envolvidas. Sendo que "instituições sociais podem ser vistas como conjuntos relativamente estáveis de regras e recursos, juntamente com relações sociais que são estabelecidas por eles" (Thompson, 1995, p. 367).

Após a análise sócio-histórica, Thompson (1995) sugere que seja feita uma análise formal ou discursiva, onde menciona que "existem várias maneiras de se conduzir a análise formal ou discursiva, dependendo dos objetos ou circunstâncias particulares da investigação" (Thompson, 1995, p. 370). No caso desta pesquisa utilizamos a análise textual qualitativa como método de interpretação das formas simbólicas presentes nas entrevistas e materiais impressos. Conforme Moraes "análises textuais são modos de aprofundamento e mergulho em processos discursivos, visando a atingir aprendizagens em forma de compreensões reconstruídas dos discursos" (Moraes, 2007, p. 86). O autor baseia-se nas propostas de Bardin, autor reconhecido na área da Análise de Conteúdo. Utilizamo-nos da Análise de Conteúdo qualitativa, conforme abordagem de Moraes.

Moraes (2007) ainda afirma que materiais que são transformados em documentos escritos podem ser submetidos à análise textual. E complementa afirmando que "toda leitura de um texto é uma interpretação" (Moraes, 2007, p.88).

> Sintetizando, podemos afirmar que a análise textual qualitativa é um processo integrado de análise e de síntese, que se propõe a fazer uma leitura rigorosa e aprofundada de conjuntos de materiais textuais, visando descrevê-los e interpretá-los no sentido de atingir uma compreensão mais

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> elaborada dos fenômenos e dos discursos no interior dos quais foram produzidos (Moraes, 2007, p. 89).

Para este processamento utilizamos como unidades de análise textual frases das entrevistas em relação aos temas abordados nas entrevistas semi-estruturadas e nos materiais impressos. Quando focamos as apropriações feitas pelos produtores sobre os discursos das organizações sociais, selecionamos como categorias os temas mais recorrentes sobre os quais as organizações ofertam informação: recebimento de embalagens de agrotóxicos, armazenamento de agroquímicos, uso de Equipamento de Proteção Individual, uso de insumos recomendados, reflorestamento, conservação do solo e diversificação de culturas.

Assim, após realizada a análise sócio-histórica e a análise textual qualitativa, voltamo-nos a terceira fase da HP, chamada por Thompson (1995) de Interpretação ou Re-interpretação, e que consiste no cruzamento das duas fases anteriores, a sócio-histórica e a análise textual qualitativa, formando uma interpretação dos dados, “um movimento novo de pensamento” (Thompson, 19965, p. 375).

> O processo de interpretação pode ser mediado pelos métodos da análise sócio-histórica, como também pelos métodos da análise formal ou discursiva. Os métodos podem ajudar o analista a ver a forma simbólica de uma maneira nova, em relação aos contextos de sua produção e recepção e à luz dos padrões e efeitos que a constituem (Thompson, 1995, p. 375).

Thompson (1995) destaca ainda que a interpretação vai além da contextualização sócio-histórica e da análise discursiva, pois as formas simbólicas por si só dizem algo, e essa característica transcendente é que deve ser compreendida na interpretação. Para o autor, devemos estar cientes de que toda interpretação é na verdade uma reinterpretação do que as formas simbólicas representam para quem as descreve ou descreveu. Assim:

> Ao desenvolver uma interpretação que é a medida pelos métodos do enfoque da Hermenêutica de Profundidade, estamos reinterpretando um campo pré-interpretado, estamos projetando um significado possível, que pode divergir dos significados construídos pelos sujeitos que constituem o mundo sócio-histórico (Thompson, 1995, p. 376).

Ao colocarmos em prática esta última dimensão nos guiamos pelas questões postas na problematização. Estas questões problematizadas apontam como categorias de análise as interações entre os atores e as apropriações feitas pelos produtores de tabaco sobre as informações ambientais que lhes são ofertadas.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Estaremos atentos nestas análises aos conflitos, resistências, choques culturais e disputas que os discursos expõem.

A seguir caracterizamos os atores sociais envolvidos na produção de tabaco e o papel desempenhado por cada um no contexto produtivo contemporâneo de Venâncio Aires.

2.1. Caracterização dos atores sociais envolvidos na produção de tabaco

Como ponto inicial para esta pesquisa, identificamos e entrevistamos os principais agentes sociais que compõem o cenário produtivo do tabaco. Muitos são os envolvidos, com os mais diversos interesses e afins. Uma análise inicial apontou como atores principais o produtor de tabaco, a indústria fumageira, a indústria cigarreira, os Sindicatos das indústrias e dos trabalhadores rurais, a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), a Emater e o poder público municipal, através das Secretarias da Agricultura e Meio Ambiente.

Dos atores identificados acima, selecionamos como fonte para esta pesquisa os agentes mais atraentes em relação à problemática da pesquisa: 1) produtor de tabaco, como personagem principal a ser estudado, buscando compreender sua relação com meio ambiente; 2) uma indústria fumageira do município de Venâncio Aires, por ser importante como fonte de informação ambiental e podermos comparar de que forma os produtores recebem e assimilam a informação recebida desta única empresa; 3) a Afubra, por percebermos seu destacado trabalho de conscientização ambiental em diversos cenários da comunidade; 4) o Sindicato das Indústrias do Tabaco, por canalizar e disseminar as iniciativas e ações do setor fumageiro; 5) a Emater, por ter relação direta de orientação técnica com os trabalhadores rurais em geral e também por ser parceira das indústrias em trabalhos de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e técnicas de plantio, além de ser um agente que reproduz diretrizes do poder público para a produção rural.

Desta forma não contemplamos neste estudo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Venâncio Aires, pois no estudo exploratório percebemos que as ações deste órgão não apresentam uma frente destacável no campo ambiental, o que também observamos em relação às Secretarias Municipais da Agricultura e Meio Ambiente.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Passamos agora à caracterização de cada informante, como forma de clarear a composição e as fontes do material empírico analisado.

2.1.1. O produtor de tabaco

Produtor de tabaco ou fumicultor é identificado neste estudo como o agricultor dedicado ao cultivo, colheita e processo de secagem do fumo. O fumicultor é classificado em misto, inteiro ou independente, em função de sua forma de participação no chamado Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT). Para especificarmos os tipos de produtores, cabe primeiro um breve esclarecimento sobre o funcionamento do SIPT.

Por meio do SIPT, estabelecido em 1920, o produtor recebe da indústria fumageira a assistência técnica e os insumos utilizados na lavoura, e se compromete, mediante assinatura em contrato, a entregar a sua produção de tabaco como forma de quitação da dívida dos insumos que foram financiados inicialmente pela indústria, recebendo a orientação para a condução da lavoura através da figura do Orientador Agrícola, sendo que a diferença do valor total do fumo produzido descontado o valor devido, é pago ao fumicultor no momento da entrega do produto à indústria. Este sistema de compra é adotado pelas fumageiras nos três estados da região Sul do Brasil.

Em relação à classificação dos produtores, considera-se como produtor inteiro aquele que assina o contrato de financiamento da lavoura e se compromete a entregar sua produção para somente uma empresa fumageira.

O produtor misto assina contratos de financiamento da lavoura com mais de uma empresa fumageira e se compromete a entregar uma parte de sua produção para cada uma delas. Isto ocorre quando o produtor tem uma lavoura de tabaco de maior porte, embora não deixe de ser considerada uma estrutura familiar. A diferença é que o produtor busca, através da negociação com duas empresas, a melhor avaliação do seu produto. Ou ainda, pode acontecer da indústria não ter interesse ou capacidade em adquirir toda a produção. Ocorre também do produtor misto financiar uma parte de sua produção com determinada indústria fumageira e produzir e comercializar de forma independente, outra parte de sua produção, buscando sempre melhores valores de compra.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Já o produtor independente não financia os insumos com indústrias fumageiras, usando geralmente recursos próprios ou financiamentos bancários, e escolhe livremente para quem vender sua produção.

Embora não tenhamos números exatos de quantos produtores se classificam como mistos, inteiros ou independentes no município de Venâncio Aires, sabe-se, através de informações da CTA e Afubra, que o percentual de produtores independentes é muito pequeno, em função do elevado valor dos juros cobrados pelos financiamentos bancários, quando é conhecida as dificuldades financeiras do meio rural em relação aos custeios da lavoura.

Conforme a Afubra, os produtores de tabaco caracterizam-se por serem agricultores minifundiários, já que 63% deles possuem uma área de terra menor que 20 hectares, e em torno de 20% não possui terra própria, desenvolvendo a cultura em regime de parceria ou arrendamento. (Afubra, 2008).

Em função do cultivo do tabaco demandar muita mão-de-obra, e esta representar em torno de 50% do custo da produção, os agricultores utilizam apenas em torno de 15% da propriedade para o plantio do fumo, sendo o restante da área ocupada com outras culturas, voltadas a subsistência, conforme demonstrado a seguir:

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

QUADRO 1 - Informações sócio-econômicas das propriedades rurais fumicultoras do Sul do Brasil

DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO PROPRIEDADE FUMICULTORA SUL-BRASILEIRA Safra: 2006/07				
CULTURA	Hectares plantados	%	Produção kg	Valor R$
Arroz	0,087	0,5	361	123,00
Batatinha	0,063	0,4	184	90,00
Cebola	0,023	0,1	101	53,00
Feijão	0,487	3,0	497	308,00
Fumo	**2,496**	**15,1**	**5.246**	**22.296,00**
Horti-frutigranjeiros	0,092	0,6	691	359,00
Mandioca	0,172	1,0	1.841	387,00
Milho	2,724	16,5	6.162	1.725,00
Soja	0,368	2,2	581	267,00
Outras	0,193	1,2	516	268,00
Açudes	0,144	0,9	Fumo = 72%	
Área em descanso	1,737	10,5		
Mata nativa	2,671	16,2		
Mata reflorestada	1,797	10,9		
Pastagens	3,446	20,9		
SUB-TOTAL	**16,5**	**100**	**16.180**	**25.876,00**
CRIAÇÕES		**Qtde**	**kg**	**R$**
Aves, bovinos, suinos, peixes		450	6.110	5.240,00
Total Geral			**22.290**	**31.116,00**

Fonte: Afubra, 2008

O quadro anterior aponta para uma grande variedade de culturas cultivadas na propriedade rural e demonstra que a maior fonte de recursos financeiros, em uma pouca extensão de terra, é proveniente da cultura do tabaco. As demais culturas são voltadas para a alimentação familiar, destacando-se ainda a área destinada à mata nativa, à mata reflorestada e a área utilizada para pastagens e grãos, fontes de alimentação animal.

Em relação à formação dos produtores, segundo a Afubra (2008), estima-se que em torno de 90% deles não completou o ensino fundamental. Os dados indicam que a escola não é a principal fonte de informação dos produtores de tabaco, os quais recebem orientações voltadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento da lavoura, principalmente das indústrias fumageiras, através de seus orientadores

agrícolas, e da Afubra em parceria com o SindiTabaco, por meio de palestras e encontros específicos sobre os temas.

Nas propriedades 53,9% das casas são de alvenaria, apresentando em média 7,2 peças por casa, para famílias constituídas pela média de 4,6 pessoas. A energia elétrica está presente em 97,9% dos lares (Afubra,2008).

2.1.2. A indústria fumageira CTA – Continental Tobaccos Alliance S/A

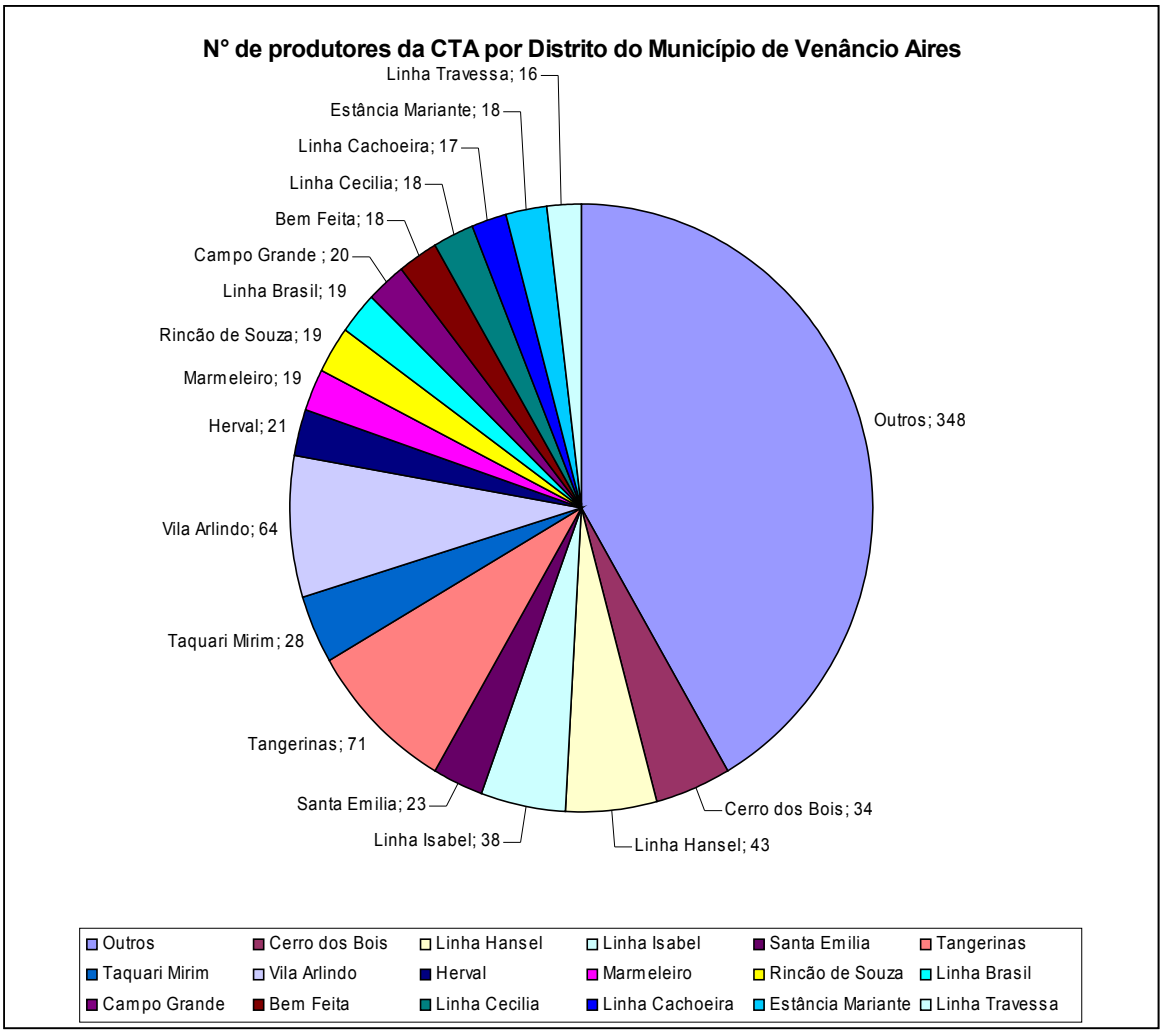
A CTA – Continental Tobaccos Alliance é uma empresa nacional, com participação de capital estrangeiro, fundada em 14 de junho de 1994, com matriz em Venâncio Aires (RS) e filiais em Araranguá, Ituporanga e Papanduva (SC) e Irati (PR). O seu parque industrial total ocupa uma área de 46 hectares, com construções em torno de 170 mil metros quadrados e uma capacidade de processar, aproximadamente, 120 milhões de quilos de fumo por safra, contando com mais de 3.500 colaboradores sazonais e efetivos.

Cerca de 90% de sua produção é voltada ao mercado mundial, exportando para mais de 50 países, abrangendo os mercados Norte Americano, Comum Europeu, Leste Europeu, África, Oriente Médio, América Latina e Extremo Oriente.

Atualmente a CTA tem registrado como fornecedores 18.416 produtores de tabaco nos três Estados do sul (RS, SC e PR), sendo 834 somente em Venâncio Aires, divididos em 218 produtores mistos (plantam para CTA e para outras fumageiras também) e 616 produtores inteiros (plantam somente para a CTA), que juntos ocupam uma área total de 1.668 hectares cultivados com tabaco no município. Os 834 produtores atrelados à CTA estão distribuídos em 81 distritos de Venâncio Aires, conforme gráfico a seguir:

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

GRÁFICO 1 - Distribuição dos produtores da CTA no município de Venâncio Aires[2]



Fonte: CTA/autora

Para atender os fumicultores do Estado do Rio Grande do Sul, conforme informações do gerente de campo, a empresa conta com um quadro de 115 Orientadores Agrícolas, sendo que 08 atendem somente o município de Venâncio Aires, prestando assistência em todas as fases da cultura, quais sejam:

- Semeação: ocorre entre os meses de maio e junho, e consiste na produção de mudas.

2 Distritos com menos de quinze produtores estão agrupados na categoria “outros”.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

- Adubação de base: ocorre durante o mês de julho, sempre uma semana antes do transplante das mudas para a terra, e consiste no preparo do solo para receber a planta.

- Transplante: logo após a adubação de base até os primeiros 15 dias de setembro, o fumicultor transfere a muda para o solo.

- Adubação de cobertura: é feita 15 dias após o transplante da muda, ocorrendo entre o final de setembro e início de outubro, e faz-se duas ou três aplicações por lavoura.

- Desponte: ocorre quando a planta atinge em torno de 1,5 metros de altura, e consiste na capação da flor que abre no topo da planta. Esse procedimento é feito com o objetivo de canalizar a energia do pé de tabaco para suas folhas e não para sua flor.

- Colheita e cura do tabaco: a colheita se inicia, geralmente, no final de outubro podendo se estender até o final de janeiro. À medida que as folhas do tabaco são colhidas vão sendo curadas nas estufas (ou fornos) de fumo, que proporcionam a cor e a qualidade desejadas. Na seqüência, após a cura, o tabaco é estocado em paióis, sendo em seguida classificado conforme a espessura das folhas, passando a ser manocado (amarrado em pequenos montes de 20 folhas), enfardado e vendido.

O agricultor recebe a visita do Orientador Agrícola, no mínimo, uma vez por mês, e o tempo de duração de cada visita de orientação varia conforme alguns fatores: localização da lavoura próxima ou distante da residência, disponibilidade do produtor, esclarecimento de dúvidas e desempenho da planta. Assim, quanto melhor estiver a qualidade da planta menos orientação requer o produtor.

Dependendo do desenvolvimento da lavoura, das dúvidas do fumicultor, das condições do tabaco e da possibilidade de entrega do produto para a empresa, podem ocorrer até doze visitas por safra, por iniciativa do Orientador ou por chamado do produtor. E nestas visitas técnicas é que são repassadas aos produtores as orientações sobre boas práticas ambientais, envolvendo a entrega de materiais impressos explicativos.

As visitas aos produtores não são previamente agendadas, mas o Orientador Agrícola segue uma rota de trabalho, além de atender chamados e acompanhar

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

casos específicos, como novos agricultores ou dúvidas pontuais sobre o desenvolvimento da lavoura, uso de agroquímicos, controle de pragas, etc.

2.1.3. Sindicato da Indústria do Tabaco (SindiTabaco)[3]

O Sinditabaco é uma entidade sindical, fundada em 24 de junho de 1947, e que até dezembro de 2008 se intitulava Sindicato da Indústria do Fumo (SindiFumo). A alteração na nomenclatura ocorreu por entender que a grande maioria das empresas associadas levam em seu nome a palavra “tabaco” e não “fumo”, e também pelo fato da palavra “tabaco” ser conhecida mundialmente, o que dará maior visibilidade e referência ao setor.

Criada a partir da necessidade de organização e representação das indústrias fumageiras junto aos trabalhadores do setor e aos órgãos governamentais, o SindiTabaco atua em negociações e acordos com representações dos trabalhadores da indústria e, também, com entidades representativas dos produtores rurais que cultivam fumo nos três Estados do Sul do Brasil, defendendo os interesses comuns das fumageiras.

Elaborar projeções e analisar os resultados de cada safra, participar das negociações que envolvem os custos de produção e preço do fumo, representar o tabaco como um agronegócio bem sucedido perante governo, clientes e instituições nacionais e internacionais, também são algumas das atividades do SindiTabaco.

No campo socioambiental, o SindiTabaco apóia programas de conscientização junto aos fumicultores, por meio das empresas associadas e em parceria com a Afubra, destacando-se o Programa de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos e o programa O Futuro é Agora, os quais serão apresentados no decorrer deste estudo.

2.1.4. Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra)[4]

A Afubra é uma entidade representativa dos produtores de tabaco dos três Estados do Sul. Fundada em 21 de março de 1955, sua matriz é no município de Santa Cruz do Sul e tem 18 filiais nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O principal propósito da organização é oferecer aos seus produtores associados os benefícios que compõem o chamado Sistema Mutualista, englobando

3 As informações deste subtítulo foram obtidas em http://www.siditabaco.com.br
4 As informações deste subtítulo foram obtidas em http://www.afubra.com.br

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

o auxílio sobre danos provocados nas lavouras de fumo em função de granizo e/ou tufão, além do auxilio para reconstrução de estufas, em caso de queimadas, e auxílio funeral para o produtor e sua família.

A Afubra conta também com um Departamento Comercial, atuando no fornecimento de sementes, insumos, implementos agrícolas e orientação técnica para o cultivo e desenvolvimento de outras culturas que não seja o tabaco, incentivando a diversificação na pequena propriedade. O quadro técnico da Afubra não atua diretamente na orientação da cultura do fumo devido ao Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT), caracterizado anteriormente. Para tornar-se associado o agricultor deve, necessariamente, cultivar o tabaco, em qualquer quantidade, e pagar uma anuidade fixada em 3 quilogramas de fumo tipo BO1.

A Associação dos Fumicultores conta ainda com o Departamento Agroflorestal, que presta assistência técnica gratuita a seus associados e desenvolve atividades de pesquisa em sua estação experimental agropecuária.

Dentre as atividades com foco ambiental e educacional, merece destaque o Projeto Verde é Vida, a manutenção e assistência em viveiros de mudas para reflorestamento, o programa de recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos para reciclagem e o programa de erradicação do trabalho infantil na zona rural.

2.1.5. Emater[5]

Fundada em 02 de junho de 1955, a instituição se tornou uma representante do serviço oficial de extensão rural do Estado, tendo como missão “promover ações de assistência técnica e social, de extensão rural, classificação e certificação, cooperando no desenvolvimento rural sustentável” (Emater, 2008).

A Instituição, com atuação em 483 municípios do RS, têm como público alvo agricultores familiares, pescadores artesanais, quilombolas, indígenas e assentados, prestando serviços de assistência técnica e extensão rural. O escritório de Venâncio Aires conta, atualmente, com dois técnicos em tempo integral e um em tempo parcial, para atender cerca de oito mil famílias agricultoras do município.

Conforme informações do Engenheiro Agrônomo, Vicente João Sin, a Emater não atua só e especificamente junto aos fumicultores mas com todos produtores que procuram por orientação em relação as mais diversas culturas. Quando a Emater

5 As informações deste subtítulo foram obtidas em http://www.emater.tche.br

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

visita uma propriedade faz uma análise geral do todos os procedimentos adotados pelo agricultor e oferece orientações sobre temas como conservação do solo, matas ciliares, reflorestamento, implantação e conservação de esterqueiras, isolamento de galinheiros e cercamento de pomares, bem como orientações específicas sobre o tratamento de pragas e como obter melhores resultados produtivos.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1. O surgimento da cultura do tabaco

Alguns autores defendem que o tabaco surgiu em uma ilha do Caribe ou com os índios Arawak, no Haiti. Mas, segundo Etges (1991) há autores que defendem o termo tabaco já era conhecido na Ásia desde o século IX, originando da palavra árabe Tabbaq..

Conforme Nardi (1985) a planta de fumo (*nicotina tabacum)* surgiu nos Andes bolivianos e foi trazida ao Brasil pelos movimentos de migração dos índios Tupi-Guarani, muito antes da chegada dos europeus. O fumo era utilizado para a iniciação dos pajés e nas cerimônias tribais. A fumaça era considerada purificadora e a planta como medicinal pois acreditavam que curava feridas, enxaquecas e dores de estômago.

Com a chegada dos europeus ao Brasil, o fumo passou a ser conhecido entre os marinheiros e soldados e, posteriormente, foi difundido pelo mundo pelas cortes portuguesa e francesa, conforme relato de Jean-Baptiste Nardi:

> Em 1530, após a expedição de Martin Afonso de Souza no sul do país, um donatário português, Luiz de Góis, em 1542, levou a planta para Portugal. Por seu aspecto ornamental (como planta exótica) e por suas virtudes medicinais, foi cultivada no quintal da infanta D. Maria, e em 1560, Jean Nicot, então embaixador da França em Portugal, a conheceu. Ouvindo dizer que a planta curava enxaquecas, das quais padecia a rainha da França, Catherina de Medicis, ele a enviou a Paris. A rainha começou a pitar e imediatamente foi imitada pelos nobres de sua corte e logo pelos das cortes européias, dando nascimento ao mercado de fumo em pó (Nardi, 1985, p. 6).

Ainda conforme Nardi (1985), com o aumento do consumo e da busca pela iguaria surgem as primeiras lavouras de fumo no Brasil, localizadas no chamado Recôncavo Baiano, entre Salvador e Recife, regidas pelo monopólio português

através da chamada Junta de Administração do Tabaco, criada em 1674, que regulamentava os impostos e os contratos originados das negociações do fumo. Já em 175l, com as reformas criadas pelo Marquês de Pombal, surgem novas legislações e regulamentos, que vigoraram até alguns anos após a Independência do Brasil. O hábito de fumar o tabaco foi evoluindo e tornou-se comum entre os povos, perdendo seu valor religioso. Segundo Nardi:

> Ao passar pela Europa e pelo mundo, o fumo não levou seu valor religioso e ficou para os povos pelo puro prazer. O sociólogo cubano Fernando Ortiz diz que com o fumo ocorreu um dos maiores fenômenos de transculturação no mundo (Nardi, 1985, p. 13).

De 1680 a 1730, a Bahia atravessava a crise do açúcar e muitos senhores de engenho passaram a se dedicar ao cultivo do tabaco, tendo a produção atingido em torno de 3.750 toneladas por ano. A abolição dos escravos, no fim do século XIX, não afetou a produção, e as lavouras continuaram prosperando com o consumo crescendo no mundo todo. “A partir do fim do período colonial (1808) até o início do século XX, o fumo brasileiro diversificou-se tanto a nível da agricultura como da indústria e do comércio” (Nardi, 1985, p. 8).

Uma política de desenvolvimento instituída na época permitiu a criação de novas áreas fumageiras. Assim o tabaco passou a ser cultivado em Minas Gerais, Goiás, São Paulo e, em 1824, com a chegada dos imigrantes alemães, no Rio Grande do Sul. No século XIX, o comércio ganha força através do desenvolvimento das comunicações internas do país, como novas estradas, ferrovias e companhias de navegação.

É no período de 1900 a 1930 que o cultivo do tabaco e as condições de industrialização e de comércio se estabelecem e formam as estruturas atuais, sendo que somente o Rio Grande do Sul e a Bahia continuaram investindo na cultura, embora com tipos diferentes da planta. Na Bahia se cultiva o fumo escuro para charutos, produzidos de forma artesanal, enquanto no Rio Grande do Sul o cultivo é de fumo claro, para cigarros, seguindo um sofisticado processo industrial.

Um fato marcante na disseminação do tabaco foi a II Guerra Mundial, que proporcionou o aumento no consumo de cigarros e, conseqüentemente, dos volumes plantados e exportados pelo Brasil, aumentando também a procura no mercado interno, movido pelo processo de urbanização e participação das mulheres no consumo. Ainda assim, conforme Nardi (1985), até 1970 a Europa absorvia

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

quase 80% do fumo brasileiro, e a cadeia produtiva local foi uma das grandes beneficiárias do Acordo Monetário europeu de 1955, que tornou o dólar, a partir de 1959, a moeda de intercâmbio internacional, aumentando ainda mais a lucratividade do negócio.

> Por sua antiqüíssima presença no país, o fumo é, talvez, de todos os produtos brasileiros, o mais genuíno. Se houve, outrora, produtos mais valiosos como o açúcar, o ouro ou o café, todos foram vítimas das conjunturas e das crises. O fumo prevaleceu sobre as tempestades. Devagar, pacientemente, encaminhou-se para os primeiros lugares, esperando sua hora [...] a luz dos tempos passados nos ensina que o fumo foi sempre um valor seguro para o país. Sem idéia preconcebida, podemos afirmar que o fumo, por sua estabilidade e seu progresso regular, é talvez, o verdadeiro ouro do Brasil (Nardi, 1985, p. 37).

Assim, o tabaco conquistou seu espaço na história da Brasil, e principalmente do Rio Grande do Sul, onde o desenvolvimento desta cultura se funde à trajetória da imigração alemã no sul do país, à conquista das terras e à evolução industrial e comercial.

3.2. O movimento de imigração alemã para o Rio Grande do Sul

Desde o descobrimento a cultura alemã têm deixado suas marcas no Brasil. Inicialmente de forma individual mas, a partir de 1817 com o casamento de Dona Leopoldina, da Áustria, com o Príncipe D. Pedro, aumentou consideravelmente a vinda de imigrantes, principalmente colonos, encaminhados para a Bahia, e chegando ao Rio Grande do Sul, em 1824, na recém fundada cidade de São Leopoldo, berço da colonização da alemã no Estado (Martin, 1979).

Segundo Roche (1969) os imigrantes alemães vieram para o Brasil sem a intenção de retorno. Entre os motivos que os trouxeram para cá está o malogro dos movimentos liberais da Alemanha de 1848, a influência da unificação da Alemanha na vida destes imigrantes, a transformação de sua economia ocorrida em 1870 e a implantação do novo regime nacional, o socialismo, em 1933. Além destes fatores Etges (1991) destaca que “a propaganda exercida pelas Companhias de Colonização em torno da concessão de terras do Novo Mundo, com afirmação de que todos seriam proprietários, sem qualquer referência às dificuldades que no futuro teriam de enfrentar” (Etges, 1991, p. 62), serviu como estímulo para o movimento de imigração.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

O processo de imigração dos europeus só foi possível, conforme Etges (1991), após o fim do regime de escravidão existente no Brasil, pois havia na época medidas oficiais, impostas pela Inglaterra, que proibiam a coexistência de estrangeiros e escravos numa mesma colônia. Assim, com o fim da escravidão surge a necessidade de se "importarem" homens livres para o trabalho.

A maior parte destes imigrantes provinha da Alemanha Ocidental e Meridional. De 1824 a 1830 registrou-se a entrada de 5.350 alemães no Rio Grande do Sul (RS), em sua maioria instalados na cidade de São Leopoldo. Até 1873 estes imigrantes continuaram chegando ao Estado, mas entre os anos de 1874 a 1888 diminui a entrada de alemães e começa a vinda dos italianos. De 1889 a 1914 a imigração alemã volta a se intensificar, tendo sido recebidos no Brasil 17.751 imigrantes, sendo 79% agricultores (Roche, 1969).

> A Segunda Guerra Mundial suspendeu quase totalmente a imigração alemã, em virtude do estado de beligerância entre os dois países. Podemos, pois, restringir-nos ao número de entradas registradas de 1842 a 1939, 75.000 no máximo, as únicas que tiveram importância demográfica, visto que dois terços são anteriores a 1914 (Roche, 1969, p. 161).

Conforme um censo realizado em 1872, um décimo dos habitantes do RS eram estrangeiros, sendo que o Estado estava em terceiro lugar em relação ao volume de ocupação por imigrantes, ficando atrás somente do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em 1890 o número de estrangeiros diminui no Rio Grande do Sul e aumenta em São Paulo, em função da criação de incentivos do governo paulista. A partir de 1914 o RS deixa de ser um Estado de forte imigração. Mas, mesmo tendo reduzido o ritmo de imigração, pode-se constatar que a ocupação do Estado continuou a progredir, merecendo destaque a alta taxa de natalidade das famílias alemãs, considerando que cada casal teve em média 10 filhos (Roche, 1969).

> Enfim, a influência da imigração alemã continuou a fazer-se sentir mesmo após seu afrouxamento, pois os imigrantes, graças à alta natalidade das famílias que fundaram, contribuiram para o impulso demográfico que elevou a população total do Rio Grande do Sul de 106.196 habitantes, em 1822, para 4.161.821, em 1950 (Roche, 1969, p.162).

Um dos destinos dos imigrantes alemães no RS, foi o lugar conhecido hoje como Vale do Rio Pardo, onde muitos descendentes adotaram o cultivo do tabaco nas suas propriedades.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

3.3. A colônia de Santa Cruz do Sul e os processos de cultivo e cura do tabaco

Conforme Martin (1979), em 1849 os imigrantes alemães chegavam em Santa Cruz do Sul, cidade vizinha a Venâncio Aires, para encontrar terras pouco habitadas na região serrana, e ocupar as terras devolutas, ou seja, as terras não requeridas por outros, tendo em vista que não eram terras planas, mas sim terras altas e disformes, exigindo braços fortes e vigorosos, que encontraram na cultura do tabaco sua sobrevivência. Tomamos a colonização de Santa Cruz do Sul como base para a colonização de Venâncio Aires, devido à dificuldade de encontrar bibliografia específica e, principalmente, pela proximidade geográfica e histórica do desenvolvimento destes municípios.

> Se a São Leopoldo os primeiros colonos chegaram via Rio dos Sinos, a Santa Cruz vieram de Porto Alegre a Rio Pardo pelo Rio Jacuí, e da cidade histórica aos lotes coloniais, na Picada de Santa Cruz, em carretas de duas rodas, puxadas por várias juntas de bois [...] Depois de horas de viagem, passando por campos e pelo Faxinal de João de Faria, iniciam a subida da Serra e finalmente chegam [...] às terras devolutas, ao novo lar a ser erguido em plena mata virgem (Martin, 1979, p. 17).

Roche (1969, p. 109) explica que o fato de Santa Cruz do Sul ficar distante cerca de 40 quilômetros do rio Jacuí acabou dificultando o começo do desenvolvimento. No entanto "seu solo era fértil, e a colônia prosperou graças à cultura do fumo", emancipando-se de Rio Pardo em 1872.

Martin (1979) relata que os primeiros anos na colônia de Santa Cruz foram de trabalho árduo, quando estes imigrantes puderam contar apenas com a ajuda uns dos outros, sem o auxílio do governo brasileiro. "Talvez esteja aí o ponto inicial do costume de realizar tudo por conta própria, pedir só se deve aquilo que as próprias forças realmente não permitem alcançar", aposta Martin (1979, p. 25).

Sem saber falar português, no início os imigrantes alemães usaram o trabalho para progredir, empregando os conhecimentos e a cultura trazidos da Europa, como as danças e as canções populares da Alemanha, que alegravam as festas tradicionais (Martin, 1979).

Segundo Martin (1979, p. 96) o principal produto cultivado na época no Rio Grande do Sul era a erva mate, mas já existiam registros de exportação de fumo e de outros produtos num ofício expedido em 15 de setembro de 1854, apontando a seguinte relação de exportações provindas de Santa Cruz do Sul no período de janeiro a setembro daquele ano: "feijão: 218 sacos, milho: 1.000 sacos, fumo: 256

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

arrobas". A cultura do fumo esteve, assim, diretamente ligada aos imigrantes alemães, sendo considerada uma das mais importantes contribuições deste povo à economia gaúcha (Roche, 1969). Segundo este autor, o uso de cartilhas voltadas para os produtores de tabaco é uma prática histórica.

> O Governo preocupava-se com a separação das folhas por qualidade, e bem assim com a seleção das sementes, e mandava distribuir aos plantadores livretos que continham conselhos redigidos em alemão e português. A cultura do fumo é favorável à economia rural, primeiro, porque comporta o emprego de adubo e permite uma rotação racional das culturas, mas principalmente porque fornece um produto compensador, mesmo nas regiões de difíceis meios de ligação: seu preço é, em média, de cinco a sete vezes mais alto que o dos outros produtor agrícolas (Roche, 1969, p. 251).

Harnisch (1941, p. 389) relata que os colonizadores que chegaram a Santa Cruz do Sul constataram, logo de início, "que o solo brando da mata virgem das encostas dos morros daquela região se prestava muito bem para o cultivo do fumo". Os colonizadores plantaram diversas espécies de fumo com sementes importadas de Cuba e do Chile, mas sem bons resultados. Por volta de 1870 importaram sementes chinesas, cujas folhas, após a secagem, ganhava uma coloração muito mais amarela que as outras variedades, o que deu origem ao fumo "Amarelo". E foi com o cultivo desta variedade que o fumo começou a ganhar importância econômica para o RS e Brasil. Naquele tempo conhecia-se um único processo de produção, deixando a cargo da própria natureza a fase de crescimento da planta e secagem das folhas.

> Escolhe o colono o solo fofo, rico em húmus, de preferência terra de mata recém-desbastada. Neste solo é que a planta cresce e amadurece. Há uns três meses, aproximadamente, entre a sementeira e a colheita. Então o colono corta a planta rente ao chão, dá-lhe um entalho e a dependura num arame, por debaixo dum galpão ou telheiro. Destarte seca o fumo como planta. Ou, então, desfolha o caule, folha por folha, passa-as por um barbante reforçado ou por uma taquara, estendendo-as por debaixo do galpão. O fumo seca lentamente, aos poucos, pela ação do ar, durando essa fase uns dois meses. O colono classifica as folhas, segundo cor e tamanho, amarra-as em feixes de vinte e vinte-e-cinco unidades e leva-as ao comprador (Harnisch, 1941, p. 390).

Conforme Harnisch (1941), a próxima fase era a fermentação, realizada no armazém do comprador, que consiste no empilhamento dos feixes de fumo em montes quadrados de 500 a 800 arrobas. No meio deste monte enfia-se uma vara de madeira lisa ou um termômetro e, de tempos em tempos, verifica-se se a temperatura interna da pilha está muito quente. Em caso positivo, torna-se a empilhar tudo ao inverso. Este processo é repetido de três a quatro vezes, num

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

período que dura em torno de dois meses, até que desapareça o calor, quando diz-se que o fumo parou de fermentar. Após, classificam-se novamente todas as folhas, segundo cor e tamanho, e utilizam-se máquinas especiais para comprimir os fardos em tamanhos uniformes, com peso em torno de 66 quilos. Este fumo é conhecido como fumo-de-galpão.

Por volta de 1895 os norte-americanos descobriram uma outra forma de processar o tabaco que consiste "em transformar a planta do fumo, de natural em artificial" (Harnisch, 1941, p. 391). Este novo processo consistiu na implantação do uso de agroquímicos, com o objetivo de acelerar o crescimento da planta e alterar o tamanho das folhas, e na construção de fornos para a secagem do tabaco:

> Preliminarmente, prepara-se o solo com determinados adubos, compostos de fósforo, cal, oxigênio e outros produtos químicos, tudo em proporções tais que resultem duas coisas: O adubo faz com que a planta atinja a plenitude do crescimento em dois meses apenas, diminuindo, portanto, de um terço o seu período vegetativo. Com isso diminui, também, a consistência das folhas, ou, por outra, tornaram-se muito mais leves. Depois, as folhas ficam muito menores, de modo que se pode plantar em fileiras mais cerradas. E, em segundo plano, o fósforo e outros ingredientes do adubo fazem com que certos tipos de fumo, durante a secagem artificial subseqüente, obtenham cores particularmente claras. E a cor clara é a qualidade de cigarros que toda gente, neste hemisfério, mais aprecia [...] e melhor paga! (Harnisch, 1941, p. 39l).

Os fornos eram semelhantes à casa de tijolos dos colonos, mas com o dobro da altura, e dentro deles havia uma porção de canos de folha-de-flandres, que iam de uma das paredes laterais terminando por cima da fornalha, o calor era distribuído nos vãos livres do interior do forno, onde estavam armazenadas as varas com o fumo pendurado, passando por três fases distintas: amarelamento, secagem da folha e secagem das nervuras, cada fase exigindo uma determinada temperatura e devendo durar períodos rigorosamente determinados. Este tipo de fumo passou a ser chamado de fumo-de-forno (Harnisch, 1941).

O processo continua com o que os norte-americanos chamaram de "ressecagem". Após sair do forno, o fumo é exposto, em câmaras especiais, ao calor de 80 graus centígrados durante duas a quatro horas, conforme a grossura da folha, visando a destruição de bactérias putrefícantes, passando ainda por um outro processo, que volta a umedecê-lo através de vapores quentes, passando finalmente a ser enfardado e expedido para a indústria (Harnisch, 1941).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Em 1920, a Companhia Brasileira de Fumo em Folhas fez com que os colonos se dedicassem ao citado processo norte-americano, dividindo as zonas produtivas e contratando instrutores que iniciaram um processo de acompanhamento e orientação junto aos produtores, distribuindo gratuitamente as sementes e fornecendo adubos a serem pagos (descontados) no momento da entrega da safra, assumindo o colono o compromisso moral de entregar o fumo à Companhia (Harnisch, 1941). Nasce aí o chamado “Sistema Integrado”, que será abordado no seu contexto atual no próximo capítulo.

Assim a cultura do tabaco foi ganhando força e espaço nas áreas urbanas e rurais. As mudanças nos processos de cultivo e secagem da folha, utilizando agroquímicos e fornos de tijolos, mudaram a relação do colono com a terra, visto que o sistema de plantio passou por uma aceleração e por alterações significativas, como o acompanhamento constante de instrutores, e o fornecimento de sementes e agroquímicos por parte das indústrias.

Além do fumo, cultura que focamos neste estudo, os colonos alemães voltaram-se também para outras culturas, tendo como objetivo a subsistência. Entre elas o trigo, o milho, o arroz, o amendoim, o feijão preto, a mandioca, batata inglesa, a cana de açúcar, cebola e outros hortifrutigranjeiros. Também voltaram-se para a criação de gado e suínos.

Nestes cultivos as práticas tradicionais incluíam as queimadas, técnica que aprenderam com os cablocos, os quais haviam aprendido com os indígenas. No entanto, as queimadas deixaram seqüelas como o esgotamento da terra e surge o uso de adubos (químicos e orgânicos). No próximo capítulo vamos abordar aspectos da produção de tabaco no contexto atual.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

4. PRODUÇÃO DE TABACO NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

No contexto contemporâneo a produção de tabaco aponta para importância econômica deste produto no mercado mundial, destacando a cidade de Venâncio Aires, localizado a cerca de 130 km da capital gaúcha. Por volta de 1850 chegam a Venâncio Aires seus primeiros colonizadores alemães, com quem teve início o cultivo do tabaco no município que, atualmente, é considerado o maior produtor de fumo em folha do Brasil.

A abundância de terras e as condições climáticas favoráveis fizeram com que a produção do tabaco fosse se aprimorando e o negócio tornou-se próspero. Conforme estimativas apresentadas pela Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), hoje o município de Venâncio Aires têm cerca de 4.880 famílias produtoras de tabaco, o que representa o envolvimento de cerca de 20.500 pessoas no trabalho do campo, com uma produção de cerca de 24.600 toneladas de fumo por ano (ANUÁRIO BRASILEIRO DO FUMO, 2006).

Assim como em Venâncio Aires, a cultura do tabaco está desenvolvida em quase 800 municípios dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e hoje caracteriza-se por ser uma das atividades agroindustriais de maior importância econômica para região Sul do país. Conforme dados do Sindicato da Indústria do Tabaco (SindiTabaco), a safra 2007/2008 no sul do Brasil alcançou uma produção de 720 mil toneladas de fumo, que foram cultivadas numa área de 354 mil hectares por mais de l80 mil famílias de produtores integrados (A CULTURA DO FUMO NO SUL DO BRASIL 2008)

A produção da safra 2007/2008 baseou-se em três variedades do produto: o fumo Virgínia responsável por 608 mil toneladas, o Burley por 100 mil toneladas e o fumo de Galpão Comum com 12 mil toneladas. O Rio Grande do Sul se destaca com 50% do total produzido na região Sul, seguido de Santa Catarina com 33% e Paraná

com l7%, gerando o total de 3,8 bilhões de reais em renda aos fumicultores. (A CULTURA DO FUMO NO SUL DO BRASIL, 2008)

Cerca de 85% do fumo processado pela indústria brasileira destina-se ao mercado internacional, abastecendo em torno de 100 países. Dentre os principais compradores de tabaco destaca-se a União Européia/Europa absorvendo 45% das exportações, seguido pelo Extremo Oriente com 16%, o Leste Europeu com 14%, América do Norte com 13%, África/Oriente Médio absorvendo 7% e América Latina 5%. Com esta produção, o Brasil ocupa a posição de segundo maior produtor mundial, ficando atrás somente da China que apresenta uma produção de 2 milhões 350 mil toneladas (ANUÁRIO BRASILEIRO DO FUMO 2006 e 2007).

> As vendas de fumo ao exterior representam 6,4% do total exportado pela Região Sul e 1,4% pelo Brasil. No Rio Grande do Sul, este percentual chega a 11% e em Santa Catarina 7,3%**.** Com este desempenho, o fumo continua sendo o terceiro produto agrícola na pauta das exportações primárias do país. (A CULTURA DO FUMO NO SUL DO BRASIL 2008, 2008, p. 11).

Embora ocupe a segunda posição no ranking mundial em volume de produção de tabaco, o Brasil se destaca como o primeiro maior exportador de fumo do mundo, seguido da Índia, China, Estados Unidos, Itália e Turquia. Grécia, Zimbabwe, Malawi e Argentina também aparecem bem posicionados (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO 2008).

Estes dados positivos devem-se em grande parte à forma de organização de produção do tabaco no Brasil, baseada especialmente no que se denomina Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT).

> O Sistema Integrado de Produção entre produtores e empresas fumageiras é a base do fortalecimento da fumicultura brasileira a cerca de 90 anos e tem servido de modelo para outras culturas e outros países. (A CULTURA DO FUMO NO SUL DO BRASIL 2008, 2008, p. 7.)

O Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT) consiste, basicamente, numa parceria entre empresa e produtor onde, de um lado a empresa fornece insumos agrícolas, orientações técnicas e a garantia de compra de toda a produção, e o produtor se compromete a entregar seu produto para a empresa parceira. Este sistema surgiu da necessidade de introdução de técnicas para que o tabaco nacional fosse aceito mundialmente. O Sistema envolve desde o tipo de semente a ser cultivada até os insumos utilizados na lavoura e o processo de cura do tabaco. O

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Sistema foi implantado em l9l8 pela primeira vez no Brasil e no mundo pela empresa Souza Cruz do Rio Grande do Sul.

Com o aumento do volume de tabaco produzido pela região Sul do Brasil, o SIPT foi se aprimorando, deixando de ser um contrato verbal e passando a ser, a partir de 1990, um contrato formal entre as partes, indústria e produtor, estabelecendo as respectivas responsabilidades. Conforme o SindiTabaco, o Sistema Integrado oferece algumas vantagens como a assistência técnica e financeira gratuita, feita através dos Orientadores Agrícolas, que acompanham e auxiliam em todas as fases da cultura, e através das empresas, que facilitam os financiamentos de crédito rural junto aos bancos, avalizando as operações.

Outra vantagem deste sistema, citada pelas empresas, é a garantia de compra total oferecida pelas empresas que se comprometem em assumir toda a produção contratada, além de coordenar e custear o transporte do produto da propriedade rural até a usina de beneficiamento. Além disto, o planejamento de safras também é um benefício para os fumicultores que optam pelo sistema integrado, pois com base no cenário comercial mundial de tabaco, as empresas definem o volume de fumo a ser produzido, conforme sua capacidade de processamento, firmando, com o produtor, um contrato de compra e venda de fumo em folha.

O Sinditabaco aponta como outras vantagens do SIPT o uso de insumos de qualidade, já que as sementes de tabaco usadas pelos produtores do Sistema Integrado são registradas e certificadas, além de aprovadas pelos clientes. Os agrotóxicos, repassados pelas empresas são registrados no Ministério da Agricultura, e os fertilizantes são todos testados, apresentando níveis de nutrientes adequados para o cultivo de tabaco. As empresas e entidades representativas dos produtores fazem também, anualmente, um levantamento dos custos de produção, e negociam o preço do tabaco.

Entre as desvantagens do SIPT está o fato do produtor ficar comprometido em entregar seu fumo para a empresa e, assim, corre o risco de endividar-se caso ocorra uma má condução ou perda da lavoura. Além disso, existem divergências no valor do produto e na avaliação por parte do produtor e do comprador da indústria, o que gera dificuldades na negociação e fixação do preço da arroba, criando um descontentamento no fumicultor.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Outro aspecto importante da produção de tabaco no contexto atual é a Convenção-quadro, movimento de erradicação do tabaco que busca a diversificação da cultura como estratégia para os fumicultores nas propriedades, dada a tendência de contrapropaganda ao uso do fumo no mundo. Em novembro de 2005 o Brasil ratificou sua participação na Convenção-Quadro para Controle do Tabaco, tratado internacional da Organização Mundial da Saúde (OMS), que prevê restrições ao consumo do produto e, conseqüentemente, redução da área plantada. Conforme o documento, a redução deve ser gradual e obedecer a critérios internacionais. A Convenção já foi assinada por mais de 168 países produtores, ficando de fora, até o presente momento, um dos maiores produtores mundiais, os Estados Unidos.

Desde então, o governo brasileiro trabalha na construção do Programa de Diversificação Produtiva das Áreas Cultivadas com Fumo, com o objetivo de encontrar outras alternativas tão rentáveis quanto o tabaco, possibilitando a permanência das famílias nas atividades rurais.

Nas entrevistas realizadas com os produtores, com Afubra e com empresa, ficou evidente que na prática, por enquanto, nada mudou. Mas todos acreditam que os efeitos serão sentidos daqui a alguns anos, quando se deve observar uma baixa considerável na produção.

Além do Brasil assumir um papel importante como produtor e exportador mundial, da formalização do Sistema Integrado (SIPT) e da diversificação, pode-se também observar no contexto atual a proliferação de programas, projetos e iniciativas de cunho ambiental desenvolvidas pelo setor fumageiro como um todo, envolvendo indústria, SindiTabaco, Afubra e Emater. Percebe-se que as atividades, de modo geral, buscam melhorar as condições econômicas e ambientais da cadeia produtiva. A seguir vamos descrever alguns projetos ativos, destacando aqueles que já foram implantados a longa data. Em capítulo específico vamos analisar a apropriação que os produtores de tabaco fazem sobre estas informações ambientais que lhes ofertadas.

4.1. Aspectos e práticas ambientais desenvolvidas na fumicultura

O atual desenvolvimento da cultura do tabaco aponta para a incorporação de novas práticas, voltadas para uma relação mais sustentável com o meio ambiente. Basicamente as práticas ambientais mais importantes que se pode observar hoje,

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

referem-se à rotação de culturas, redução no uso de agroquímicos, recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos, reflorestamento e manejo e conservação do solo e dos recursos hídricos.

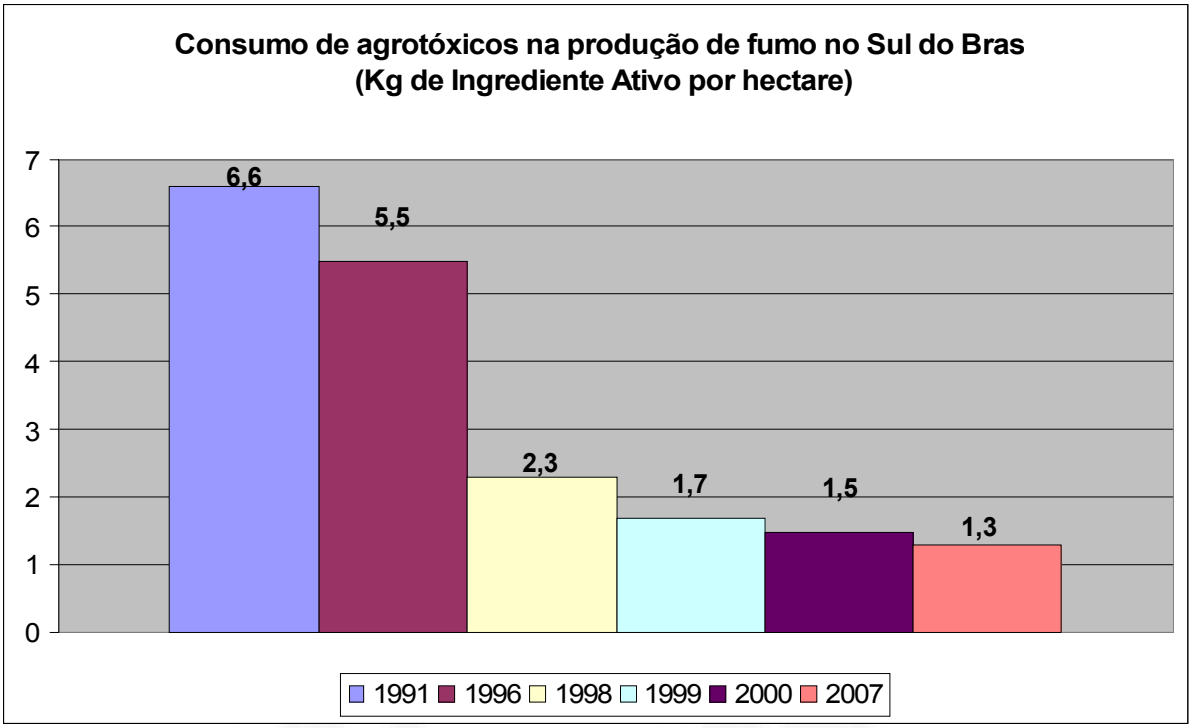
Como vimos as lavouras de tabaco ocupam em média 16% da propriedade, sendo o restante da terra destinada a outras culturas, ao reflorestamento/manutenção de mata nativa, criação de animais e às dependências domiciliares (Afubra, 2008). Neste sentido rotação de culturas têm sido uma alternativa aliada à diversificação. O cultivo do tabaco, envolvendo todo o processo desde o plantio de sementes, a colheita e a cura da planta, ocupa normalmente o período de seis meses, geralmente entre julho e dezembro, ou de agosto a janeiro. Este ciclo curto da lavoura do tabaco permite que a mesma terra seja ocupada novamente com outra cultura durante o ano. Conforme Frey (2006) "é possível, após a colheita do fumo, o plantio do milho e do feijão de safrinha, aproveitando o resíduo da fertilização, o que resulta numa cultura com baixo custo de produção".

Neste contexto, uma questão que se coloca refere-se aos resíduos de agroquímicos nas culturas que participam deste processo de rotação. Com o objetivo de identificar resíduos de pesticidas nos alimentos produzidos nas áreas de cultivo de tabaco, o químico industrial, doutor em Ciência do Alimento, Nadir Hermes realizou uma pesquisa, na safra 2000/2001, e concluiu que os alimentos cultivados nas áreas de canteiros de tabaco "não apresentaram contaminação por resíduos dos pesticidas acefato, metamidofós, disulfoton, clorpirifós, mancozev e etilenotiouréia" (Hermes, 2006, p. 110).

Além da rotação de culturas, outra prática ambiental é a redução no uso de agroquímicos nas lavouras de tabaco. Conforme dados divulgados pelo SindiTabaco, a quantidade de agrotóxicos utilizados nas lavouras de tabaco vem diminuindo gradualmente, graças aos investimentos das indústrias fumageiras em pesquisas e no desenvolvimento de tecnologias seguras e eficazes para uma melhor qualidade e produtividade (A CULTURA DO FUMO NO SUL DO BRASIL 2007), o que pode-se avaliar a partir do gráfico a seguir.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

GRÁFICO 2 - Consumo de agrotóxicos no Sul do Brasil



Fonte: SindiTabaco 2007 – A cultura do fumo no Sul do Brasil

Além dos constantes investimentos na busca por alternativas para a redução do consumo de agrotóxicos nas lavouras de tabaco, as indústrias fumageiras realizam um trabalho de acompanhamento dos produtos utilizados através de seus Orientadores Agrícolas, que realizam visitas às propriedades durante todas as fases da cultura, disponibilizando, inclusive, materiais impressos que abordam a importância do controle do uso de agroquímicos, evitando aplicações desnecessárias e impróprias, e fiscalizando o correto alojamento dos produtos e o uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI) por parte dos agricultores.

Ainda em relação à redução do uso de agrotóxicos, podemos citar a eliminação do uso do Brometo de Metila na cultura do tabaco. O produto, que era utilizado como inseticida no controle de pragas e para “limpar” o solo de qualquer espécie viva, apresentava um grande poder de destruição da camada de ozônio. Cientes de seus efeitos, representantes de 46 países assinaram, em 16 de setembro de 1987, um acordo para eliminação gradual do uso do Brometo de Metila, documento conhecido como o Protocolo de Montreal. Os países desenvolvidos tiveram até 2005 para eliminar o uso do Brometo, e os países em desenvolvimento até 2015, com destaque para o setor do tabaco do Brasil que aboliu o uso em 2003.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Em abril de 2000, após um período de testes buscando alternativas para substituir o uso do Brometo de Metila na produção do tabaco, o setor produtivo optou, com base em estudos de viabilidade econômica e produtiva, utilizar a alternativa de produção de mudas em bandejas de poliestileno preenchidas com substrato do solo e colocadas em lâminas de água.

> Para substituir o Brometo de Metila, o setor fumageiro desenvolveu tecnologias alternativas, como o sistema Float [...] Segundo declarações divulgadas pelo setor, o fumo é uma das culturas de interesse econômico que menos utiliza agrotóxicos, resultado de um intenso trabalho para reduzir a quantidade de ingrediente ativo, tanto na produção de mudas como na própria lavoura (Frey, 2006, p. 110).

Assim, o sistema *float* foi desenvolvido numa ação conjunta do setor fumageiro tendo sido implantado no ano de 2000 e apresentando, atualmente, conforme informações da indústria fumageira CTA – Continental, uma abrangência de 95% dos seus produtores do Rio Grande do Sul. Neste sistema, o cultivo das mudas é feito em bandejas de isopor com substrato, as quais são mantidas sobre uma fina lâmina de água de 8 centímetros. O substrato é uma mistura de materiais orgânicos, como casca de pinus ou fibra de coco, que são misturados com uma espécie de argila que se expande quando submetida ao contato com a água. A função do substrato é servir de sustentação para as raízes das plantas e posteriormente para o crescimento das mesmas. Num prazo de 70 a 80 dias após a semeadura, a muda adquire o tamanho desejado e pode ser transplantada para a terra, quando o agricultor deve utilizar o óxido cuproso para desinfectar o que resta de químico nas bandejas, e prosseguir com a limpeza e armazenamento das mesmas, que poderão ser reutilizadas por cinco anos.

Atualmente, o desafio da indústria fumageira é encontrar um descarte adequado das bandejas de isopor, proporcionando a reciclagem do produto e livrando o agricultor de sua armazenagem por longa data. No projeto que está em fase de análise, a intenção é remunerar os fumicultores, comprando as bandejas usadas e estimulando o correto tratamento dado ao produto, evitando que o mesmo seja abandonado no meio ambiente.

Outra prática produtiva no cultivo do tabaco que enquadra-se como ambiental é o recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos, uma iniciativa do SindiTabaco em parceria com a Afubra, que foi implantada no Rio Grande do Sul em 2000. O programa que tem o objetivo de recolher e dar a correta destinação a este

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

material, vai ao encontro do que determina o Artigo 53 do Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002, disponível no site do Ministério da Agricultura e Meio Ambiente.

> Art. 53 Os usuários de agrotóxicos e afins deverão efetuar a devolução das embalagens vazias, e respectivas tampas, aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, observadas as instruções constantes dos rótulos e das bulas, no prazo de até um ano, contado da data de sua compra. (Ministério da Agricultura e Meio Ambiente, 2007).

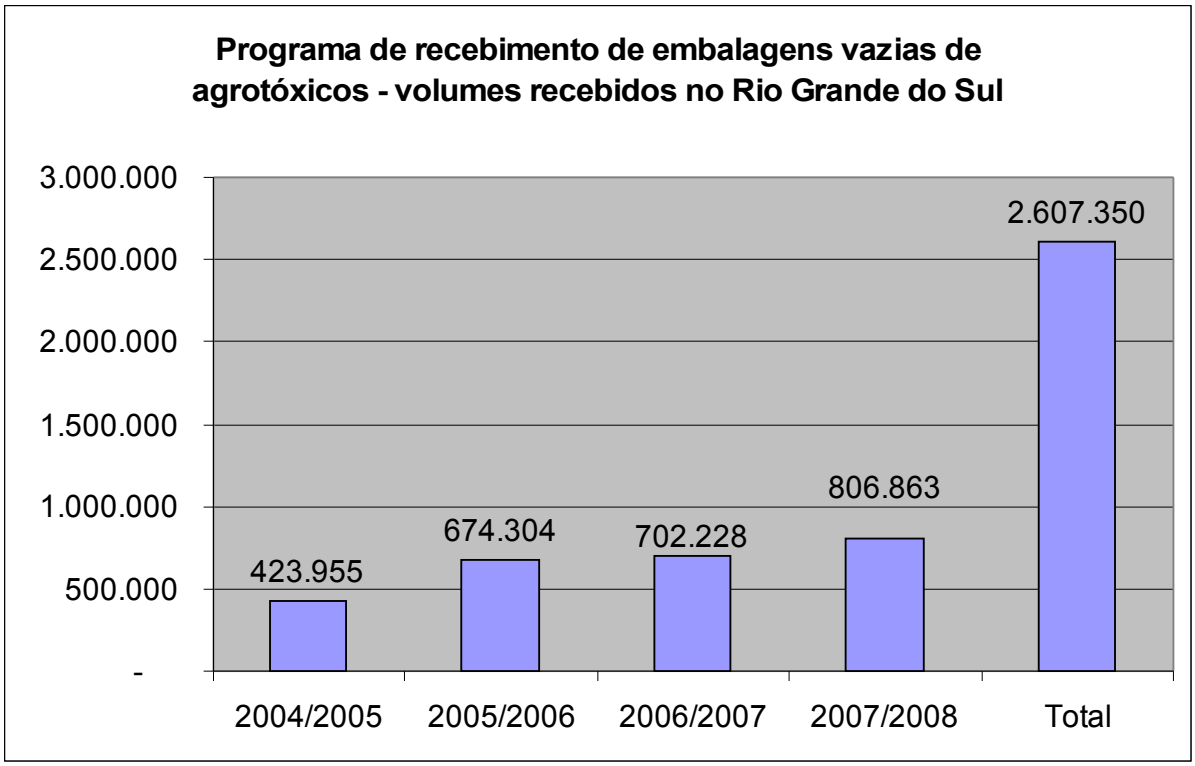
Representantes da indústria e do SindiTabaco informaram, em entrevistas, que o programa de recebimento de embalagens segue um cronograma previamente estabelecido e divulgado pelos orientadores agrícolas das empresas associadas ao SindiTabaco, e também nos veículos de comunicação locais, entre eles o programa semanal de rádio da Emater. Assim, em data, horário e local determinado, a empresa contratada para a operacionalização recolhe as embalagens em pontos centrais das localidades rurais, emitindo recibo de entrega para os produtores que aderem ao programa, o que serve como garantia de regularidade perante órgãos de fiscalização ambiental.

Esta iniciativa visa facilitar aos produtores o correto descarte das embalagens, evitando que as mesmas sejam armazenadas por longa data nas propriedades, reutilizadas como recipientes para outros materiais ou ainda, abandonadas no ambiente. Conforme o SindiTabaco, o programa conta com o apoio do Consórcio Intermunicipal de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos (Cinbalagens), de Passo Fundo (RS) e do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (Inpev).

A seguir apresentamos o volume de embalagens recebidas pelo Programa nos últimos anos, no Rio Grande do Sul, conforme informações repassadas em entrevista com o SindiTabaco:

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

GRÁFICO 3 - Volume de embalagens recebidas



Fonte: SindiTabaco, março de 2009.

Pelo gráfico percebe-se que houve um aumento gradual no volume de embalagens entregues pelos fumicultores. Conforme entrevistas com representantes do SindiTabaco e da empresa CTA, isso ocorreu devido ao fato do programa de recebimento estar recolhendo todos os tipos de embalagens existentes nas propriedades, e não somente as utilizadas na cultura do tabaco, ocasionando um aumento no volume recolhido, mesmo tendo havido uma redução no uso de agrotóxicos nas lavouras de tabaco. Compreendemos que pode estar havendo um movimento de conscientização por parte dos produtores de tabaco que estariam entregando suas embalagens antigas nos postos de recolhimento.

Em relação ao reflorestamento, manejo e conservação do solo e recursos hídricos, as práticas ambientais referem-se à produção de materiais informativos que servem de base para o trabalho de orientação técnica. Estes materiais serão analisados a seguir.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

4.2. Materiais impressos para orientação ambiental dos fumicultores

A utilização de materiais impressos pelas organizações que cercam os produtores de tabaco contribui com o intuito de transmitir informações ambientais. Nestes materiais, geralmente, encontramos em destaque o tema central a ser abordado, complementado com demais informações em menor destaque e utilizando-se de figuras, desenhos ou fotos como forma de ilustrar o que se pretende informar.

O trabalho de orientação desenvolvido pelo setor fumageiro junto aos produtores de tabaco utiliza-se de diversos materiais impressos com foco ambiental. Estes materiais são entregues pelos Orientadores Agrícolas das indústrias, que fazem também uma explanação do assunto. A Afubra distribui nas escolas em que realiza atividades do projeto Verde é Vida, cartilhas e manuais com informações sobre assuntos que fazem parte da rotina da propriedade rural, como manutenção de hortas e pomares, matas e reflorestamento, rios e lagos, etc.

Assim, no decorrer desta pesquisa solicitamos a todos os entrevistados os impressos utilizados por eles no ano de 2008, independente do ano de sua primeira publicação, mas que continuam sendo distribuídos aos produtores de tabaco, os quais passaremos a descrever em seguida, organizados por ator emitente.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

4.2.1. Materiais impressos pelo SindiTabaco em nome de suas associadas

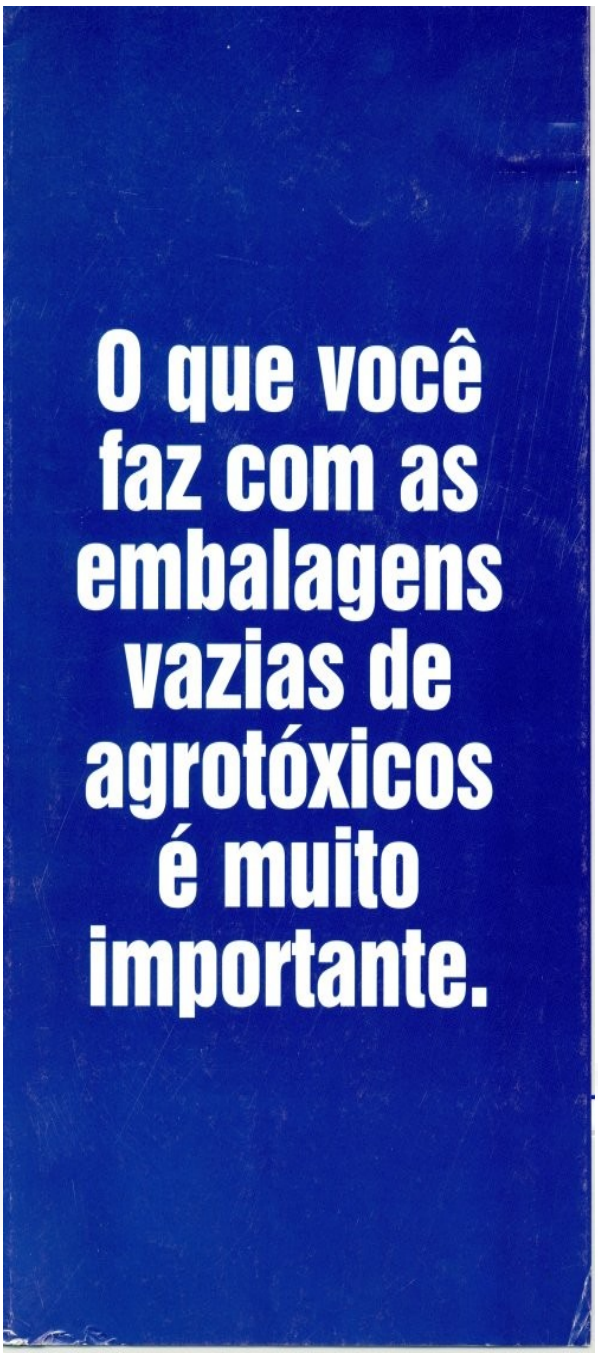


FIGURA 1 - O que você faz com as embalagens vazias de agrotóxicos é muito importante

Sob este título, o material impresso pelo SindiTabaco aborda os tipos de embalagens encontradas nas propriedades rurais provenientes do uso de agrotóxicos, e orienta como proceder o correto descarte das mesmas. Classificando-as em laváveis e não laváveis, o impresso ensina o que fazer com cada uma delas, orientando também como realizar, passo a passo, a tríplice lavagem, necessária

para que as embalagens laváveis contaminadas possam ser recolhidas, conforme determina o Artigo 53, § 5º, do Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002:

> § 5º As embalagens rígidas, que contiverem formulações miscíveis ou dispersíveis em água, deverão ser submetidas pelo usuário à operação de tríplice lavagem, ou tecnologia equivalente, conforme orientação constante de seus rótulos, bulas ou folheto complementar (Ministério da Agricultura e Meio Ambiente, 2007).

Com a frase de destaque “Para você, para sua família e para o meio ambiente”, o material encerra destacando boas razões para o correto destino das embalagens, além de alertar que, conforme a lei, quem usa agrotóxico é responsável pelo correto descarte da embalagem.

> Você tem boas razões para dar um destino correto para as embalagens de agrotóxicos que você usa em sua propriedade. Uma delas é porque fazendo tudo certo você está se protegendo e protegendo sua família de qualquer risco de contaminação. Outra é que assim você está ajudando a preservar o meio ambiente. E, finalmente, porque agindo corretamente você fica dentro da lei. (Insumos Recomendados)

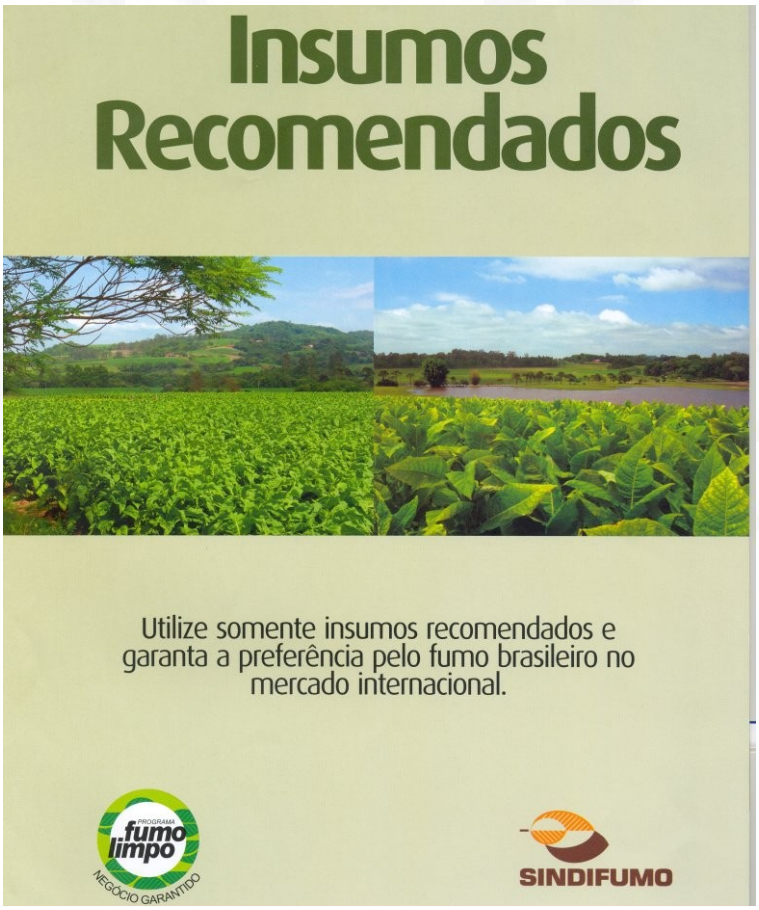


FIGURA 2 - Insumos recomendados: utilize somente insumos recomendados e garanta a preferência pelo fumo brasileiro no mercado internacional

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Este impresso alerta sobre a importância do uso de fertilizantes e agrotóxicos recomendados pelas indústrias, explicando porque os produtos similares com preços mais baixos não devem ser utilizados.

> Todos os agrotóxicos recomendados são produtos registrados no Ministério da Agricultura para uso na cultura do fumo. Esses produtos causam baixo impacto para o meio ambiente e atendem as exigências internacionais quanto à tolerância de resíduos. (Insumos Recomendados)

Além do aspecto ambiental, também é abordada a questão da qualidade do tabaco, pois agrotóxicos e fertilizantes não recomendados podem alterar o aroma e as características do fumo, afetando a sua aceitação no mercado internacional.

4.2.2. Material impresso por iniciativa do SindiTabaco e Afubra, com apoio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Governo do Estado do Rio Grande do Sul



FIGURA 3 - Manual de Reflorestamento: Preservar o meio ambiente é compromisso de todos

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Este manual foi publicado pela primeira vez em 2005, por iniciativa do SindiTabaco e Afubra, e com o apoio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. O referido manual é destinado a todos os fumicultores do Sul do Brasil, partindo do princípio de que preservar o meio ambiente é compromisso de todos.

> [...] o que se pretende neste manual é demonstrar a possibilidade de continuar desenvolvendo as atividades agrícolas, principalmente a fumicultura, sem prejudicar nossas florestas. Por certo, com o reflorestamento estabelece-se uma relação harmoniosa entre a agricultura e a natureza, que resulta no equilíbrio ambiental, social e econômico, contribuindo para um futuro melhor para nós e para nossos filhos. (Manual de Reflorestamento, 2006, p. 3)

Citando itens da legislação estabelecida pelo Código Florestal Federal, o material aborda a importância de manutenção das áreas de preservação permanente e de reserva legal, bem como orienta sobre a necessidade de licença para cortes, apresentando aspectos legais e ambientais, e destacando os benefícios do reflorestamento também sob o aspecto econômico, já que pode ser considerada uma "reserva" para o futuro. Segundo o manual:

> Ao longo da história da humanidade há inúmeros exemplos de que nenhuma comunidade se desenvolveu e prosperou sem a presença das florestas. Por quê? Porque nas florestas encontramos alimentos, água, abrigo, lenha para cozinhar e aquecer. Além dos aspectos econômicos que podem representar, as florestas proporcionam inúmeros benefícios ao meio ambiente e ao homem. Elas servem de alimento e refúgio para a fauna silvestre, auxiliam na infiltração das águas da chuva no solo, controlam a erosão e colaboram na manutenção dos mananciais de água, entre outros. As florestas também protegem nossas casas e lavouras contra a força dos ventos, ajudam a purificar o ar que respiramos e a regular o clima e, principalmente, são responsáveis pelo equilíbrio ecológico. (Manual do Reflorestamento, 2006, p. 3)

O Manual de Reflorestamento apresenta várias espécies nativas e exóticas indicadas para o reflorestamento, incluindo as necessidades, quanto ao solo e ao clima de cada região, para o desenvolvimento de plantas como o Eucalipto Cereja, o Eucalipto Branco, Acácia Negra, Bracatinga, entre outros. Além disso, o material informa, de maneira resumida, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que financia todos os custos provenientes da implantação e manutenção do plantio de florestas.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

4.2.3. Material impresso em conjunto pelo do SindiTabaco, Afubra, Prefeituras Municipais, FATMA, IBAMA e outros órgãos ambientais

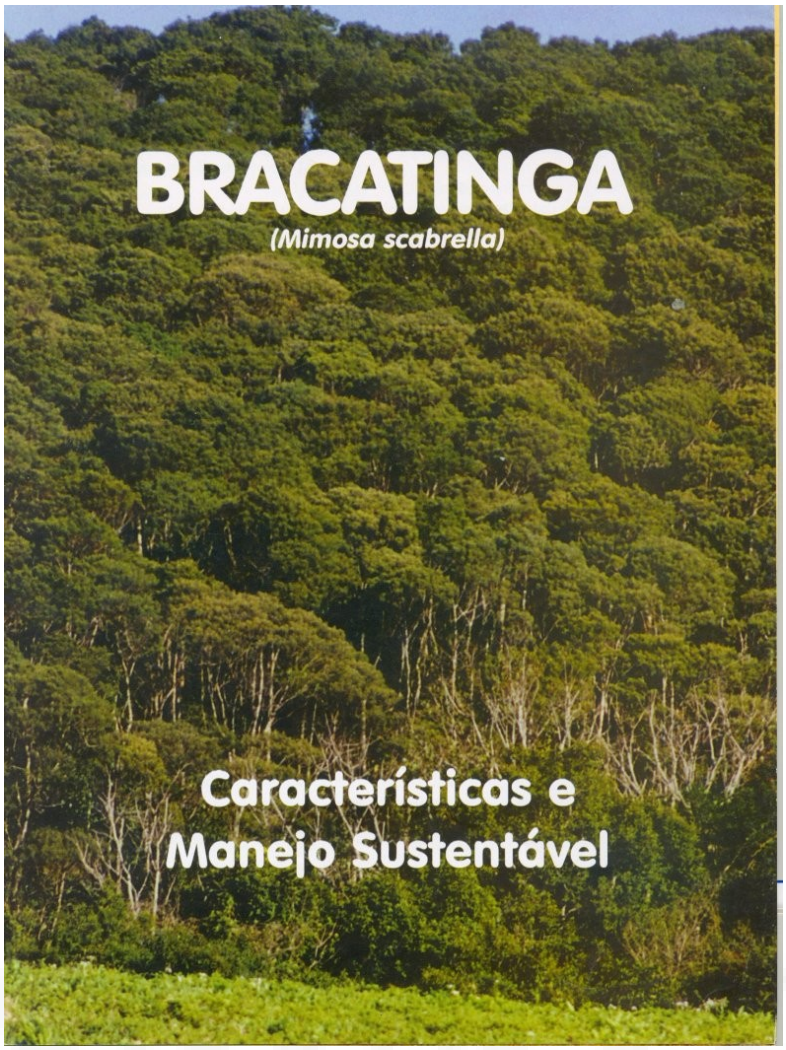


FIGURA 4 - Bracatinga (Mimosa scabrella): características e manejo sustentável

Impresso numa parceria entre diversos atores sociais como Afubra, SindiTabaco, e outros órgãos ligados à preservação ambiental em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e distribuído para os fumicultores nos três Estados do Sul, o material destaca a importância das florestas para o clima, para a preservação e recuperação de solos, para garantir a biodiversidade, produzindo alimentos e abrigo aos animais, para proteger encostas e margens de rios, regular o abastecimento de água das fontes e ressalta sua importância para o equilíbrio do meio ambiente e para a qualidade de vida da humanidade.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> A Bracatinga é uma espécie da família das leguminosas que ocorre nas regiões altas, acima de 300 metros de altitude. É uma espécie pioneira, de desenvolvimento rápido, que pode chegar a 20 metros de altura e 50 centímetros de diâmetro. (Bracatinga, 01)

O material apresenta ainda as principais características da espécie Bracatinga, formas de manejo e plantio, e as vantagens de seu cultivo para o solo, o meio ambiente e para o sustento da propriedade rural.

> A Bracatinga protege e contribui para a recuperação do solo, especialmente em áreas degradadas. Com a queda das folhas e galhos, além de estruturar o solo, são incorporados fósforos e outros nutrientes, fundamentais para o crescimento das plantas. Como é uma leguminosa, suas raízes enriquecem o solo com nitrogênio. (Bracatinga, 02)

> Por apresentar um tronco muito reto, pode ser utilizada como varas para horticultura, vigas para a construção civil, madeiramento para construções rurais. E até móveis finos podem ser produzidos com sua madeira. Além disso, tem alto potencial energético, podendo servir como fonte de lenha e carvão. (Bracatinga, 02)

4.2.4. Materiais impressos em conjunto pelo do SindiTabaco, Afubra e Emater

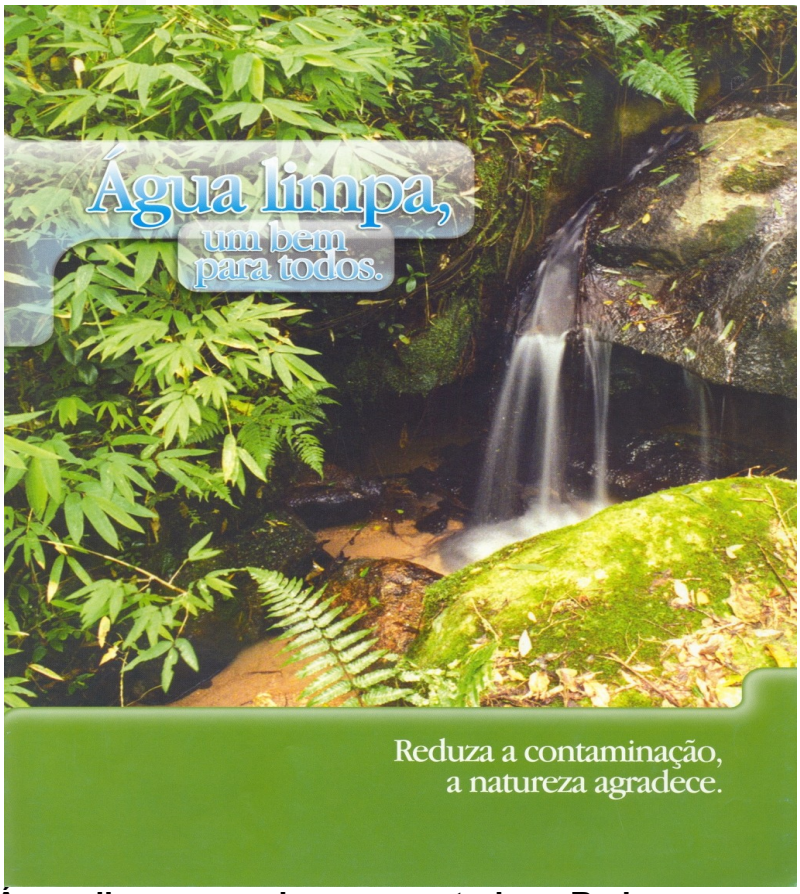


FIGURA 5 - Água limpa: um bem para todos. Reduza a contaminação, a natureza agradece

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Este material apresenta algumas formas de contaminação da água no meio rural, abordando o perigo dos dejetos de animais lançados sobre o solo sem barreiras de contenção, e ressaltando que se deve evitar o contato de fontes de água com estrumeiras, lixo, esgoto domiciliar e embalagens de agrotóxicos.

> A contaminação da água das fontes das residências e dos rios ocorre através do escorrimento superficial (erosão) e infiltração da água da chuva, carregando sedimentos, adubos, agrotóxicos e coliformes fecais. (Água limpa: um bem para todos, 02)

Este material de informação ambiental alerta que o manejo inadequado do solo pode causar erosão e contaminação da água, redução do armazenamento de água no solo e nas fontes, perda de matéria orgânica e nutrientes pelo escoamento, além da acidificação e compactação do solo.

O impresso ainda destaca os efeitos da água contaminada sobre a fauna e flora e sobre a saúde humana, indicando um conjunto de ações que contribuem na redução da poluição e na preservação da qualidade da água, dada a sua importância para a humanidade.

> Os adubos químicos e os estercos contêm nitrogênio, fósforo e potássio. Quando eles estão em grande quantidade na água causam proliferação de algas, consequentemente, diminuindo o oxigênio e aumentando a morte de peixes. Os agrotóxicos presentes na água intoxicam o homem e matam os peixes. Assim como matam as aves que se alimentam dos peixes intoxicados. Quando a água for contaminada por esgoto domiciliar, esterco, coliformes fecais, lixo, resíduos culturais e insumos das lavouras, causa o desequilíbrio do ecossistema, proporcionando proliferação de insetos prejudiciais à saúde humana, como o borrachudo. (Água limpa: um bem para todos, 03)

O material ainda aborda que o desmatamento em áreas de preservação para o cultivo de lavouras diminui a capacidade de infiltração de água no solo e, consequentemente, diminui a quantidade de água no lençol freático, nas nascentes, assores e rios.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

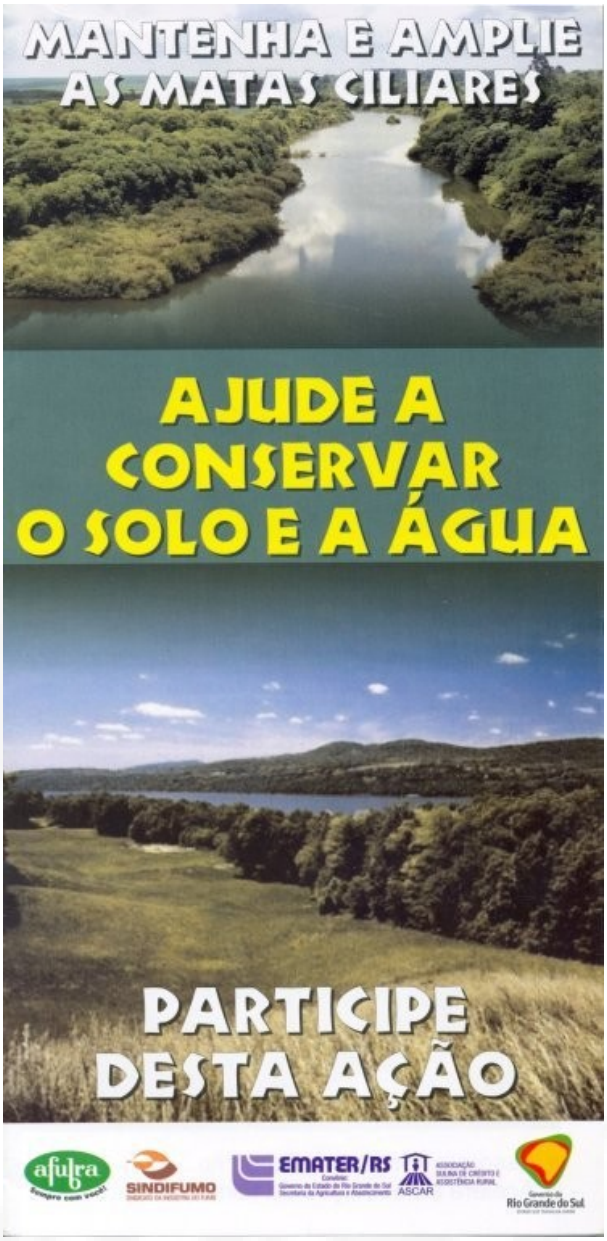


FIGURA 6 - Mantenha e amplie as matas ciliares, ajude a conservar o solo e a água, participe desta ação

Este material impresso apresenta alguns dos principais problemas e conseqüências da retirada das matas ciliares para o meio ambiente, como o assoreamento e mudança do leito de rios, aceleramento da destruição da flora e fauna, aumento da temperatura da água, diminuição da fonte de alimentos dos peixes, entre outros.

Além disso, são abordados os problemas e conseqüências do cultivo de arroz irrigado próximo à margem de rios, e apresenta uma relação de espécies que devem ser utilizadas para o reflorestamento de margens, evitando o eucalipto e outras espécies exóticas.

4.2.5. Material impresso pela empresa CTA – Continental Tobaccos Alliance SA



FIGURA 7 - Manejo integrado de pragas: Só aplicar o agrotóxico mais indicado quando o inseto-praga atingir nível de dano

Neste material produzido pela empresa CTA – Continental, que é distribuído aos seus produtores integrados, são apresentadas as principais pragas da cultura do tabaco, entre elas a Lagarta rosca, Larva arame, Pulgões, Broca-de-fumo e, também, os principais insetos benéficos à cultura.

O impresso orienta como deve ser feita a verificação de ataques de pragas nas lavouras, e a partir de qual momento deve ser aplicado ou não o agrotóxico

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

indicado de combate, alertando que o mesmo só deve ser utilizado quando o inseto ou praga atingir nível de dano.

Este material é distribuído aos fumicultores através dos Orientadores Agrícolas da empresa, que auxiliam os produtores no preenchimento das tabelas de controle das pragas sendo, do ponto de vista da empresa, uma atividade que, além de buscar a qualidade do tabaco, também visa reduzir o uso de agrotóxicos, reduzindo os custos da cultura e as agressões ao meio ambiente.

> A presença de insetos benéficos é muito importante pois eles podem manter as pragas sob controle e sem necessidade de aplicação de inseticidas. Aplicações preventivas de inseticidas só são recomendadas em pragas como: Broca-de-fumo, Traça-da-batata e Pulga-de-fumo em lavouras com histórico de forte ocorrência nas últimas safras. (Manejo Integrado de Pragas, p. 04)

4.2.6. Materiais impressos pela EMATER

Em visita à Emater de Venâncio Aires encontramos alguns materiais impressos (folders) abordando os mais diversos temas ligados à preservação ambiental, os quais são distribuídos e apresentados aos agricultores de modo geral, não sendo específico para os produtores de tabaco. Como estes também tem acesso a estas informações ambientais vamos descrevê-los sucintamente.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)



FIGURA 8 - Higiene da casa: use uma fossa séptica

"Higiene da casa": ensina o que é uma fosse séptica, como construir e como é o seu funcionamento, destacando a importância de se evitar a contaminação do solo e da água subterrânea.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

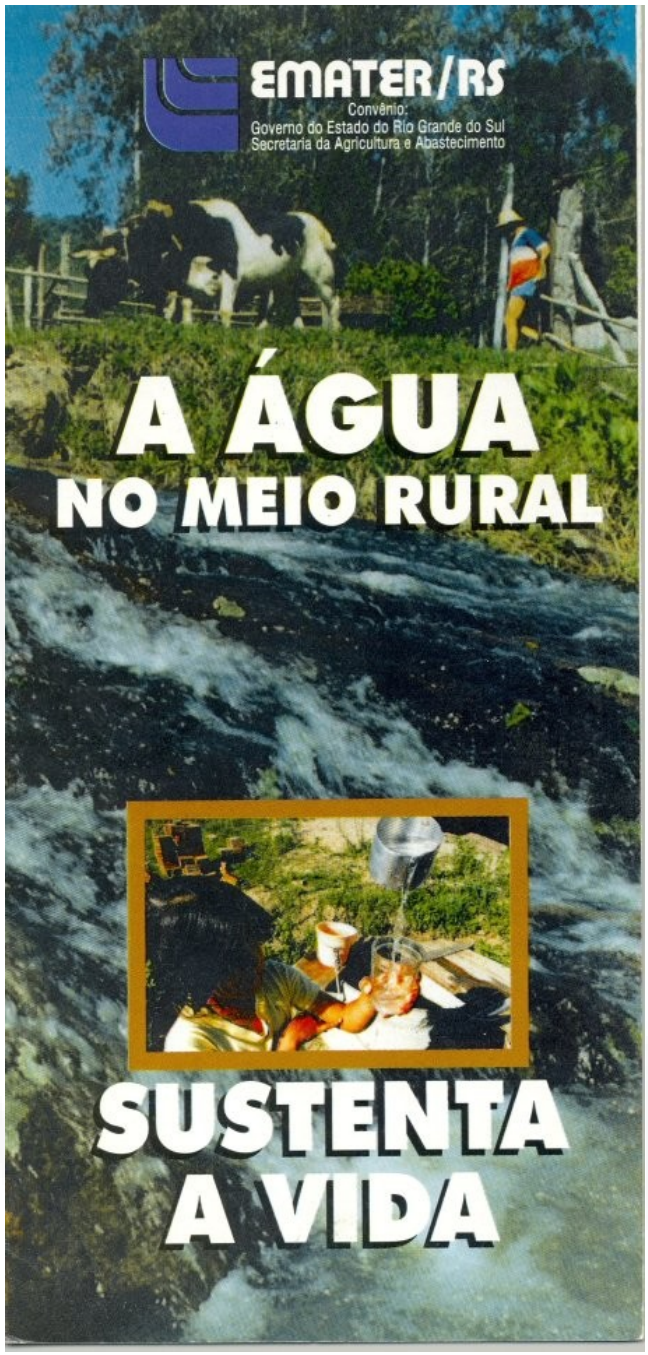


FIGURA 9 - A água no meio rural

"A água no meio rural": aborda a importância da proteção de fontes naturais; a disposição correta dos esgotos cloacais; orienta sobre o reaproveitamento, seleção, reciclagem e disposição adequada do lixo, de forma a evitar a contaminação dos recursos hídricos; ensina práticas de sistematização do solo nas culturas irrigadas; e

informa sobre a necessidade de eliminação do uso de agrotóxicos e do correto descarte das embalagens.



FIGURA 10 - Lixo no lugar certo é saúde

"Lixo no lugar certo é saúde": neste folder são apresentados os problemas relacionados ao lixo, como desperdício, doenças e poluição; e esclarece o que é lixo seco, orgânico e tóxico.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)



FIGURA 11 -Sugestões técnicas para os plantios

"Sugestões técnicas para os plantios": neste informativo é destacada a importância do agricultor conhecer a fertilidade do solo, encaminhando amostras para análise, como forma de economizar em corretivos e fertilizantes; a necessidade do uso de sementes de boa qualidade e do zoneamento agrícola, que determina a época e a variedade mais adequada para o plantio.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

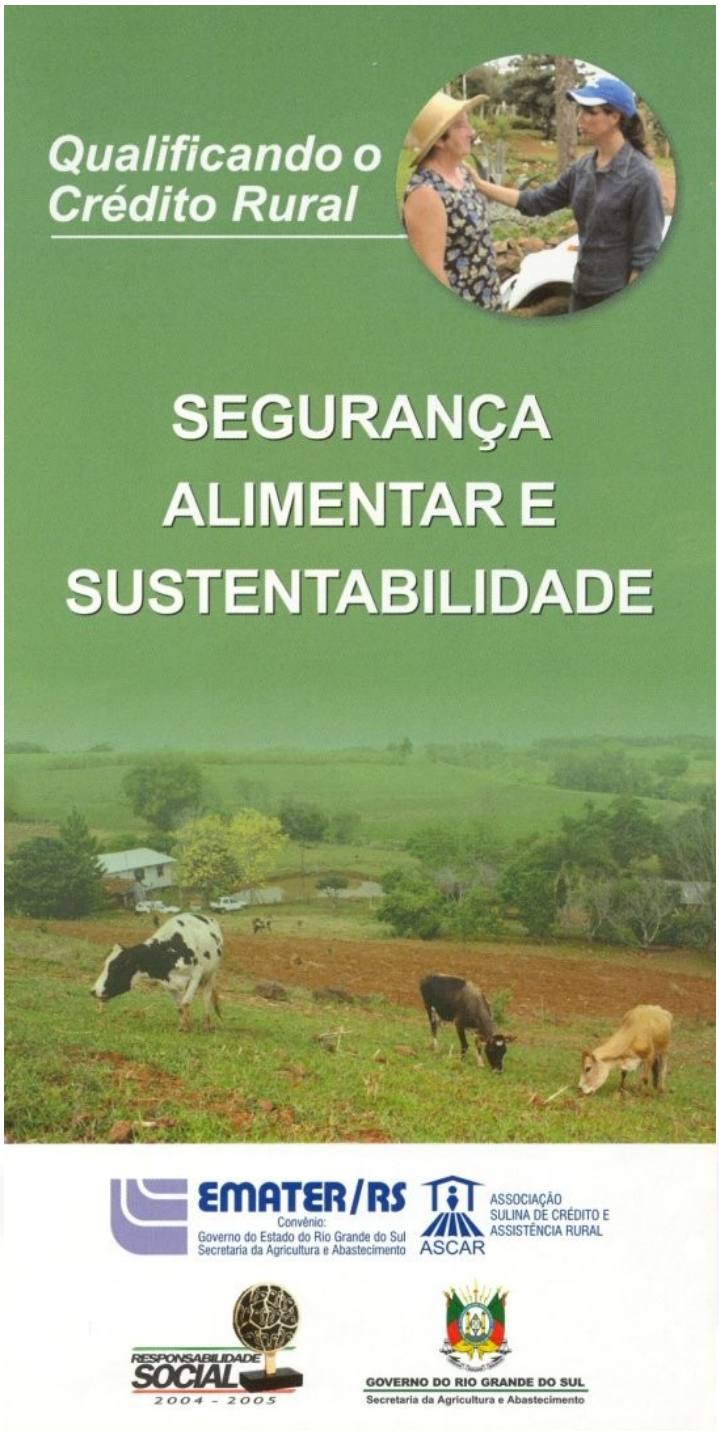


FIGURA 12 - Segurança alimentar e sustentabilidade

"Segurança alimentar e sustentabilidade": o material incentiva o agricultor a diversificar o plantio e as criações na propriedade, como forma de manter a saúde, o conforto, aumentar a renda familiar, destacando que a diversificação podes garantir uma mesa farta e agregar valor à produção.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

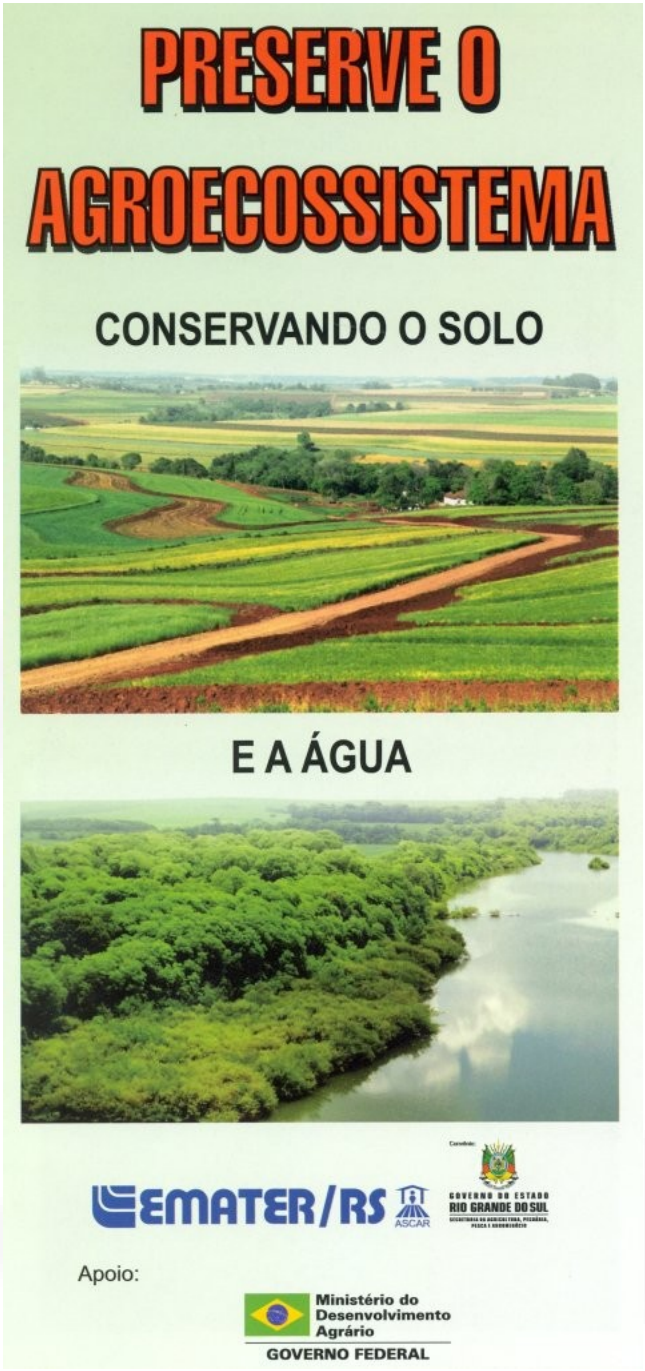


FIGURA 13 - Preserve o agroecossistema conservando o solo e a água

"Preserve o agroecossistema conservando o solo e a água": o informativo apresenta, resumidamente, os principais problemas da conservação do solo no Rio Grande do Sul e oferece recomendações para reduzir a degradação do solo através do planejamento de seu uso.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

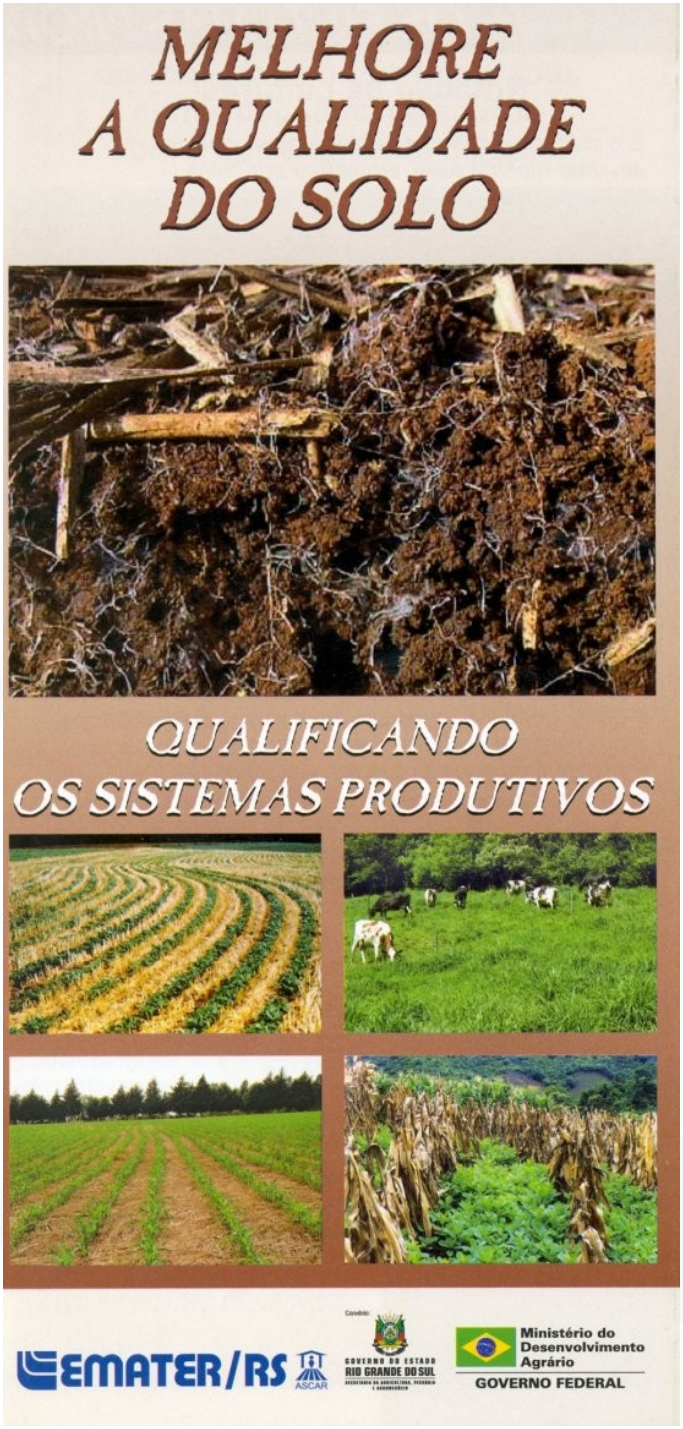


FIGURA 14 - Melhore a qualidade do solo

"Melhore a qualidade do solo": incentiva a rotação de culturas, destacando os principais benefícios desta prática, bem como a consorciação de culturas em áreas de tração animal, a colheita e semeadura simultânea, e saliente a importância de incluir nos sistemas produtivos culturas recuperadoras de solo.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Observamos que as organizações associam-se de diversas formas na produção de materiais com informação ambiental. A análise dos materiais impressos descritos indicam que a informação ambiental ofertada pela Afubra, SintiTabaco e CTA focam as atividades da fumicultura e suas conseqüências e possíveis problemas decorrentes: destino correto de embalagens de agrotóxicos, uso de insumos de forma recomendada, manejo de pragas da cultura do tabaco, formas de recuperação do solo e dicas de reflorestamento onde salientam-se suas vantagens como forma de ter lenha na propriedade.

Já a Emater, por focar a diversidade de produtores, mesmo quando associa-se na emissão de informação ambiental com SindiTabaco e Afubra (não há nenhum material onde Emater e indústria CTA se associam), os temas de cunho ambiental são mais amplos: conservação de recursos hídricos, solo, matas ciliares; higiene e saneamento (lixo), além de técnicas de plantio.

Contraditoriamente, observamos que quando SindiTabaco e Afubra produzem material informativo com o governo, incentivam o reflorestamento com espécies exóticas. Já quando associam-se à Emater na produção de informação ambiental afirmam para evitar o uso de plantas exóticas na propriedade.

4.3. Ações e projetos ambientais

Além dos materiais impressos pelos diversos atores sociais que compõem o cenário produtivo do tabaco, existem ações e programas ambientais que são divulgados e implantados nas visitas técnicas feitas pelos Orientadores Agrícolas, em eventos, palestras ou treinamentos. Abordaremos a seguir os dois projetos de maior destaque implantados, iniciando pela diversificação do sistema de plantio do tabaco, e passando a apresentar Projeto Verde é Vida, de autoria da Afubra.

4.3.1. Manejo e conservação do solo através dos sistemas de plantio do tabaco

O sistema de plantio utilizado na fumicultura passou por algumas transformações nas últimas décadas. Até os anos 80 predominava o uso intensivo do solo e o preparo da terra envolvia a utilização de produtos químicos em larga escala. No entanto, a partir da década de 90, por uma iniciativa das indústrias do setor fumageiro, observou-se muitas transformações. Frey (2006) destaca que:

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> No início da década de 90 começou a ser introduzido aos poucos o Cultivo Mínimo, evoluindo para o Sistema de Plantio Direto (SPD). O Cultivo Mínimo é uma fase intermediária entre o preparo convencional e SPD. O Sistema de Plantio Direto vem sendo incentivado pela indústria, dada as suas vantagens econômicas e ambientais em comparação com o cultivo convencional (Frey, 2006, p. 110).

O sistema convencional, ainda utilizado por uma boa parte dos fumicultores da CTA, conforme entrevista com Técnico em Pesquisa da área de Produção Agrícola da empresa, consiste no preparo intensivo do solo, tantas vezes quanto forem necessárias, sendo lavrados e preparados os camalhões (canteiros) para receberem as mudas de fumo, sem nenhuma cobertura verde ou qualquer outro tipo de proteção.

Já no Sistema de Plantio Direto (SPD) o agricultor realiza uma única vez o preparo do solo e dos camalhões. Anualmente, entre os meses de fevereiro e março, semeiam-se gramíneas, como aveia e centeio, e após realiza-se a dessecação através da aplicação de herbicida em toda a massa verde de gramíneas, geralmente entre nos meses de junho e julho.

Assim, a palha seca das gramíneas forma uma cobertura para a terra, servindo para melhorar as suas condições microbiológicas e proporcionar uma maior capacidade de retenção de água e aeração do solo. Através deste Sistema o solo é revolvido somente uma vez, quando são feitos os canteiros que já ficam preparados para receber a semeadura.

Existe ainda o chamado sistema de Cultivo Mínimo (CM), considerado um tipo intermediário entre o convencional e o SPD. Nesta forma de cultivo, o solo recebe o mesmo tratamento que no SPD, mas após o plantio das mudas, passa a receber o mesmo tratamento do modo convencional, ou seja, as fileiras entre os camalhões recebem a aplicação de agroquímicos. Nas fotos a seguir pode-se visualizar os canteiros de SPD, convencional e CM:

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)



Fonte: da autora

FIGURA 15 - Sistema de plantio convencional



Fonte: da autora

FIGURA 16 -Cultivo mínimo

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)



Fonte: da autora

FIGURA 17 -Sistema de plantio direto

Frey (2006) cita entre as vantagens econômicas do CM e SPD, a redução de valor despendido com agrotóxicos em função da necessidade de uma quantidade menor, o que possibilita que o custo de produção do tabaco para o agricultor seja menor, o que se reflete no valor pago pela indústria e nos preços do tabaco no mercado mundial. Sob a ótica ambiental, conforme Frey (2006):

> O SPD auxilia no controle da erosão dos solos, melhora ano após ano a fertilidade e a estrutura dos solos, melhora a qualidade da água e melhora o equilíbrio biológico do solo, favorecendo o desenvolvimento de inimigos naturais de pragas e doenças (Frey, 2006, p. 111).

Segundo o Gerente de Pesquisas da empresa CTA, anualmente cresce o número de produtores que optam pelo SPD ou Cultivo Mínimo. No entanto alguns fumicultores ainda optam por cultivar o milho e não as gramíneas após a colheita do fumo, o que acaba impossibilitando o preparo do solo para CM ou SPD, por falta de tempo para o desenvolvimento adequado das culturas.

Neste sentido, apesar de não serem práticas puramente ecológicas, são práticas mais sustentáveis do ponto de vista da proteção dos recursos naturais, podendo ser considerada por isso, de alguma forma, uma prática ambiental.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Observa-se que a indústria dá uma margem de liberdade de escolha para o produtor optar entre os três sistemas.

4.3.2. Projeto Verde é Vida – Afubra

O Projeto Verde é Vida foi criado em 1991 pela Afubra, com o objetivo de levar às comunidades, por meio das escolas, informações, conceitos e práticas de preservação ambiental, atuando principalmente na zona rural, através da distribuição de mudas de árvores, palestras e criação do boneco Afubrinha, mascote do projeto, que desenvolve a consciência ambiental em crianças da educação infantil e séries iniciais, através de brincadeiras e atividades lúdicas, apresentação de vídeos, recreação educativa e distribuição de material escolar (Afubra, em 20.11.08). "Projeto Verde é Vida foi um dos agentes que contribuiu para a formação de uma nova consciência nas relações dos fumicultores com o meio ambiente". (Afubra, 20.11.08)

Em 1997 o Projeto Verde é Vida lança uma coletânea de cinco livros abordando questões vitais de sobrevivência do planeta terra, desenvolvidos em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria/RS, e servindo como um subsídio didático para o trabalho dos professores da rede escolar participantes do Projeto.

> Com o sucesso dos livros da Série Ecologia, a AFUBRA colocou à disposição, também, o seu corpo de técnicos - Engenheiro Florestal, Biólogo, Agrônomos e Técnicos Agrícolas - para debates nas comunidades. Na pauta, temas de interesse geral, como tratamento biológico de águas servidas, recuperação de áreas degradadas, produção de alimentos sem agroquímicos, efeito estufa, camada de ozônio, reciclagem e outros (Afubra, em 20.11.08).

A partir de 2002 o Projeto Verde é Vida evolui com o lançamento do Programa de Ação Socioambiental, tendo como público-alvo a comunidade, mas focando nas escolas, professores e alunos, os quais eram incentivados na identificação e na busca de soluções para os problemas ambientais que existem nas regiões em que vivem. Conforme entrevista com o Coordenador Pedagógico do Projeto, José Leon Macedo Fernandes, nesta fase do programa o corpo técnico da Afubra convida escolas e comunidades para participarem de discussões sobre os mais variados temas ligados á preservação ambiental.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

O Projeto Verde é Vida divide suas atividades em dois programas. O Programa de Sensibilização Ambiental (PSA), baseia-se em palestras e distribuição de mudas de árvores e materiais impressos. Já o Programa de Ação Socioambiental (PASA), incentiva a análise e discussão dos problemas e possibilidades de melhoria nas comunidades. Conforme José Leon Macedo Fernandes a educação ambiental só acontece a longo prazo, e é preciso sensibilizar as pessoas para que as mudanças aconteçam e, neste sentido, a Afubra acredita que escola é o meio mais rápido para alcançar este objetivo.

Todas estas ações dos programas PSA e PASA se refletem também no Programa "O Futuro é Agora", numa parceria da Afubra, SindiTabaco e suas associadas. O objetivo deste programa é proporcionar atividades ambientalmente educativas em programas de jornada ampliada (turno oposto) com crianças das mais diversas localidades.

Dentro das atividades desenvolvidas pelo PASA, destacamos a publicação e distribuição, para escolas e comunidade em geral, de uma série de 15 cartilhas, desenvolvidas por uma equipe de profissionais da própria Afubra, abordando os principais problemas ambientais, além de alguns manuais. A seguir descrevemos sucintamente estes materiais.

A primeira cartilha abordou o tema "Lixo – problemas e soluções", apresentando questões sobre a reciclagem, a separação de lixo seco e orgânico, a possibilidade de compostagem e a questão de embalagens vazias de agrotóxicos.

A segunda cartilha, "Água – economizar para preservar", propõe às comunidades ações para o uso racional deste recurso ameaçado pela ação do homem.

A terceira cartilha, sob título "Grupos ambientais – resgatando a cidadania", incentiva a formação de grupos de alunos interessados em participar de palestras e oficinas, "objetivando o crescimento do educando e promovendo atividades que desenvolvam a cidadania, o senso crítico, a união e o espírito científico" (Afubra, 2003, p. 1). Estes grupos ambientais, além de desenvolverem a auto-consciência em relação ao meio ambiente, poderão auxiliar os demais colegas escolares, sua família e amigos, divulgando os conhecimentos adquiridos.

Na quarta cartilha são abordados temas que envolvem o "Patrimônio natural e cultural", apresentando conceitos de patrimônio histórico, herança cultural, jardim

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

histórico e unidade de conservação, destacando a importância da preservação de obras arquitetônicas, costumes e valores das comunidades.

"Florestas – da preservação ao caminho da recuperação" é o título da quinta cartilha, onde são apresentadas estatísticas, benefícios e curiosidades sobre as florestas, além de orientações para a produção de mudas, plantio e poda de árvores, conservação de mata ciliar, arborização, etc.

A sexta cartilha tem como tema "Horta – ações na escola e comunidade", e ensina todos os passos para criação e manutenção de hortas, incentivando o uso de composto orgânico, através do sistema de compostagem.

O tema "Jornada ampliada – complemento ao processo ensino–aprendizagem" é abordado na sétima cartilha, que ressalta alguns textos do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como esclarece as funções e responsabilidades de alguns atores sociais, como a escola, a Secretaria de Educação, o Conselho Tutelar e a Promotoria, em relação à defesa da educação e da infância.

A pesquisa científica é incentivada na oitava cartilha, como forma de desenvolver o conhecimento de alunos das séries iniciais na busca de soluções que melhorem os problemas socioambientais.

"Agrotóxicos – uso racional e descarte correto" é o título da nona cartilha, que oferece noções de classificação e avaliação toxicológica, cuidados de armazenamento, efeitos no meio ambiente e na saúde humana, o descarte das embalagens, etc.

Na seqüência foi publicada a cartilha de número 10, sobre "Ervas medicinais", onde destaca-se a importância destas ervas na história da humanidade, sua forma de produção, colheita, secagem e melhor uso.

A cartilha de número 11 intitulada "Área Rural, um sistema vivo – a valorização da propriedade rural" apresenta um breve histórico da agricultura, aborda a questão do êxodo rural e da necessidade de se avaliar políticas pedagógicas que incentivem a permanência de crianças e jovens na zona rural.

"Ações socioambientais", tema da cartilha de número 12, incentiva a reflexão "sobre a questão da cidadania, da ética, da moral e, principalmente, da preservação da vida do Planeta Terra, promovendo, com isso, uma boa qualidade de vida para esta e para as futuras gerações" (Afubra, 2006, p.1).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

O “Aquecimento Global” é abordado na cartilha 13, que contempla informações sobre o aquecimento do planeta, o efeito estufa, o Protocolo de Kyoto, além de sugestões de ações para evitar ou amenizar o aquecimento global.

A décima quarta cartilha trata da “Propriedade rural – da diversificação à sustentabilidade” e apresenta a necessidade de planejamento da propriedade e o incentivo a diversificação das culturas, como forma de melhorar a qualidade de vida das famílias produtoras e contribuir para a sustentabilidade do planeta.

A cartilha de nº 15, sob o título “Paisagismo e jardinagem – a paisagem do ambiente natural”, apresenta os diferentes tipos de jardins, o papel da flora e fauna, e como projetar e construir um jardim. “A construção de um jardim resulta da aliança de elementos naturais e culturais, tornando inegável a influência benéfica das áreas verdes na vida de qualquer comunidade” (Afubra, 2008, p. 5).

Todas estas ações dos programas PSA e PASA se refletem também no Programa “O Futuro é Agora”, realizado a partir da parceria entre Afubra, SindiTabaco e suas associadas. O principal objetivo do “Futuro è Agora” é proporcionar atividades ambientalmente educativas em programas de jornada ampliada (turno oposto) com crianças das escolas das mais diversas localidades, com o intuito também, de erradicar o trabalho infantil em lavouras de tabaco.

Além das cartilhas, que tem como público principal as escolas, também foram publicados, por meio do Projeto Verde é Vida, a partir de 2005, alguns manuais voltados para os agricultores associados e suas famílias.

O primeiro deles, denominado “Plantas medicinais”, foi desenvolvido em parceria com professores da Universidade Federal de Santa Maria com o objetivo de disponibilizar informações sobre o cultivo e o uso das plantas medicinais.

O segundo manual, “Bolsa de sementes”, apresenta orientações sobre a estrutura, germinação, colheita e maturação das mais diversas sementes, sendo que o PASA tem como objetivo:

> [...] coletar sementes de árvores nativas nas diferentes formações florestais nativas dos três Estados do Sul do Brasil, beneficiar, armazenar e distribuir, gratuitamente, para as entidades e pessoas interessadas em produzir mudas a partir das sementes coletadas” (Afubra, 2006, P.1).

O terceiro manual, “Áreas degradadas: manual de recuperação”, publicado em 2007, trata da recuperação de áreas degradadas, apresentando conceitos e

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

informações sobre a preservação de matas ciliares, encostas e topos de morros, solo, áreas mineradas, arborização e orientações detalhadas de cada uma das etapas para a recuperação de áreas degradadas.

"Agenda 21 Verde é Vida" é o quarto manual. Publicado em 2008, apresenta um breve histórico da criação da Agenda 21 Global e Brasileira, e propõe a elaboração da Agenda 21 Verde é Vida e Agenda 21 Escolar, tendo como objetivo promover o desenvolvimento sustentável nas escolas e comunidades onde atua.

> O processo de construção da Agenda 21 Verde é Vida será realizado através de ações socioambientais desenvolvidas pela escola, em parceria com a comunidade local. Terá como base a sensibilização e a mobilização da comunidade no processo de articulação e elaboração de um plano para transformar a realidade local no cenário desejado por todos (Afubra, 2008, p. 7).

Neste manual são apresentadas as diretrizes do Verde é Vida para o desenvolvimento de sua Agenda 21, como preservação e recuperação ambiental, educação rural e desenvolvimento sustentável, além de um passo-a-passo para a elaboração da Agenda 21 Escolar.

Todos estes materiais e projetos são reflexos de investimentos em conscientização para preservação dos recursos naturais. Percebemos, nesta coleta de dados, que os materiais e a forma textual utilizada é de fácil entendimento, com exemplos e sugestões de práticas que ocorrem no cotidiano dos produtores de tabaco, tanto em suas atividades profissionais, quanto domésticas. O que vem facilitar o entendimento e assimilação do conteúdo.

A iniciativa da Afubra, através dos projetos pedagógicos e das cartilhas, e também conforme mencionado nas entrevistas, é despertar nas crianças, filhos de produtores de tabaco a conscientização ambiental, pois acreditam que através dos filhos a conscientização dos produtores acontece de forma mais rápida, pois as crianças cobram o exemplo dos pais.

Observamos que enquanto os materiais informativos impressos pela Afubra construídos em parceria com o SindiTabaco focavam aspectos específicos da produção de tabaco, as cartilhas e os manuais focam a problemática ambiental de forma mais ampla, relacionando os temas e salientando aspectos relativos à cidadania (formação de grupos ambientais, necessidade de preservação dos

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

patrimônios natural e cultural, pesquisa ambiental na escola, agenda 21, valorização do trabalho rural).

Enfim, acreditamos que estes impressos contribuem para despertar o senso de responsabilidade e preservação ambiental nos produtores de tabaco, bem como demonstram que boas práticas ambientais podem ser realizadas nas propriedades rurais.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

5. INTERAÇÕES ENTRE OS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS NA PRODUÇÃO DO TABACO

Como se observou, a partir das discussões anteriores, muitas informações voltadas para educação ambiental são produzidas coletivamente pelos atores. Como identificamos que Afubra, SindiTabaco, CTA e Emater são os principais mediadores de informação sobre práticas de trabalho e os aspectos ambientais que as permeiam, é importante compreender como estas organizações relacionam-se entre si e com os produtores de tabaco.

Em alguns projetos percebe-se que há a união de diversos atores, convergindo para um mesmo objetivo e fortalecendo a estrutura do setor fumageiro. Isso fica evidente nos materiais impressos distribuídos aos produtores, nas pesquisas para desenvolvimento de novas tecnologias, nos projetos sociais e ambientais.

As entrevistas com representantes destas quatro organizações demonstraram também que existe uma divisão de tarefas e responsabilidades que é seguida por todos, e guiada pelo Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT), onde cada ator sabe dos seus limites de atuação e procura não interferir nos limites dos outros, como discutiremos a seguir. Percebemos ainda que as interações não ocorrem entre todos os agentes, pois alguns não têm uma comunicação direta ou expressiva.

Assim, compreendemos que Afubra e CTA mantém uma relação comercial. Ocorre que, quando um produtor que fez o seguro de sua lavoura com a Afubra e tem sua plantação atingida por granizo, a Afubra repassa parte do valor da indenização diretamente para a CTA, como forma de pagamento da dívida do fumicultor, que faz o financiamento dos insumos com a empresa. Essa transferência de valores, da Afubra para a CTA, torna-se uma garantia de que a empresa irá receber, mesmo havendo perda total da lavoura por granizo, o valor repassado ao produtor em insumos, prática que faz parte do SIPT. Pela natureza comercial da

relação não encontramos materiais de informação ambiental produzidos conjuntamente pela Afubra e CTA.

Com o SindiTabaco, a Afubra mantém uma relação de parceria em projetos sociais relacionados à erradicação do trabalho infantil e programas relacionados à preservação ambiental. No entanto, durante o período anual de negociação para fixação do preço do tabaco, SindiTabaco e Afubra defendem lados diferentes. A Afubra, representando os produtores, busca aumento do valor da arroba de tabaco, e o SindiTabaco, representando as empresas associadas, busca reduzir o percentual de aumento solicitado. E, embora as negociações, que envolvem também outras empresas e entidades, nem sempre sejam tranqüilas, percebemos que os projetos e parcerias com foco na responsabilidade socioambiental não são abalados.

Em relação aos fumicultores a Afubra presta serviços de orientação técnica sobre o cultivo de outras culturas, que não seja o tabaco. Pois em relação ao cultivo do tabaco, somente a empresa para qual o produtor planta é que fornece orientações sobre a lavoura, através de seu quadro de orientadores agrícolas. Um ponto forte da relação da Afubra com os fumicultores é o chamado seguro mútuo, onde o produtor associado à Afubra pode fazer um seguro de sua lavoura para cobrir prejuízos causados por granizo e vendaval, e também pode fazer um seguro contra incêndio para suas estufas de cura do tabaco. A Afubra ainda mantém uma relação comercial com os fumicultores associados, que recebem descontos na compra de mercadorias em sua rede de lojas, presente nos três Estados do sul. Como forma de manter uma aproximação ainda maior com os fumicultores e abordar questões relacionadas à preservação ambiental, a Afubra realiza eventos, palestras e feiras voltadas para os produtores rurais;

Em relação à Emater percebemos que, tanto a Afubra quanto a empresa CTA, mantém uma relação esporádica com este órgão do governo, já tendo desenvolvidas algumas parcerias em pesquisas na busca por melhorias no sistema produtivo e de preservação ambiental.

Com os fumicultores a CTA apresenta uma relação direta de orientação e acompanhamento da lavoura, bem como de financiamento dos insumos e negociações de compra do tabaco. O momento da orientação técnica, realizada através dos seus Orientadores Agrícolas, é também o momento em que são

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

abordadas as questões ambientais e seus reflexos nas práticas produtivas do fumicultor.

A empresa CTA, associado ao SindiTabaco, alimenta uma relação de parceria com tal entidade, em projetos sociais e ambientais, bem como de cooperação na busca por soluções que impulsionem o agronegócio. Hoje existe uma união das diversas empresas associadas e o SindiTabaco para resolver questões práticas e de análise que envolvam o setor fumageiro.

Percebemos que o SindiTabaco representa um elo de união entre as empresas do ramo fumageiro, somando esforços e recursos de suas empresas associadas, como forma de fortalecer a imagem e as iniciativas do setor. E, neste mercado de grande concorrência entre as empresas, o SindiTabaco constitui-se num ambiente neutro onde busca-se a convergência de interesses.

Com a Emater o SindiTabaco não têm uma relação direta, mas sim uma relação intermediada por suas empresas associadas. Da mesma forma acontece a relação com o fumicultores, que conhecem o SindiTabaco superficialmente, mas mantém contato direto com suas empresas associadas.

A Emater atua junto aos produtores prestando serviços de assistência técnica a diversas culturas, mas não ao tabaco, pois esta incumbência fica somente a cargo das empresas, as quais podem determinar o tipo de fumo que desejam adquirir e como tal produto deve ser cultivado. Além dos serviços de assistência técnica, a Emater também atua na conscientização ambiental das propriedades rurais, ensinando boas práticas de manutenção dos recursos naturais.

Percebemos, numa análise geral, que as interações sociais que ocorrem entre os atores, são baseadas em princípios e papéis pré-estabelecidos no SIPT, onde cada agente respeita os limites de atuação determinados. Um exemplo disso é a relação entre o fumicultor, a Afubra e CTA onde, a CTA realiza todo o trabalho de orientação e acompanhamento da lavoura, e o corpo técnico da Afubra, mesmo se solicitado, não interfere nas orientações repassadas. Se ocorrer a incidência de granizo na propriedade a Afubra é comunicada o mais breve possível pelo próprio fumicultor ou pelo Orientador da empresa, mas somente o Técnico agrícola da Afubra é que faz o levantamento das perdas, sendo que o Orientador da empresa não pode opinar. Esta divisão de tarefas e responsabilidades garante a harmonia na relação entre os atores, e organiza o fluxo de trabalho dos agentes envolvidos.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

As entrevistas com os produtores de tabaco deixaram transparecer que dentre os atores sociais pesquisados, os Orientadores Agrícolas das empresas ganham destaque, existindo uma relação bastante próxima com os produtores de tabaco. Fica evidente que o convívio mensal, e em alguns momentos quinzenal, proporciona uma relação de confiança e de legitimidade do discurso proferido pelos Orientadores, caracterizando-os como principal fonte de informações técnicas, ambientais e sociais.

Porém, embora os Orientadores sejam representantes da empresa, percebemos que a confiança depositada no Orientador não é a mesma deposita na empresa que este representa. E, mesmo não tendo identificado uma grande distância entre produtor e empresa, fica evidente nas entrevistas, que a relação com a empresa é estritamente comercial, onde ocorrem algumas divergências na negociação do preço do tabaco.

Com a Afubra os fumicultores não têm a mesma relação, e todos mencionaram nas entrevistas que esperavam mais da Associação, no sentido de defender os reajustes no preço do tabaco. Um dos produtores entrevistado disse ter participado de uma palestra sobre questões ambientais no início de 2008, promovida pela Afubra numa comunidade próxima à sua residência, mas disse também não lembrar do que foi falado. Por outro lado, um dos coordenadores do Projeto Verde é Vida, da Afubra, diz que é preciso mais conscientização pessoal por parte dos fumicultores, e que acredita que o agricultor sabe o que é “certo”, muitas vezes faz “errado”, mas quando questionado diz que faz o “certo”.

Este mesmo sentimento, de que o agricultor sabe o que é “certo” mas algumas vezes faz o “errado”, e diz que faz certo, também é mencionado pelos Orientadores Agrícolas da CTA. Os Orientadores dizem que é difícil generalizar, pois existem todos os tipos de produtores. Alguns estão realmente conscientes de seu papel na preservação ambiental, e isso se reflete também nas suas práticas produtivas e no resultado de seu trabalho, garantindo um fumo de alta qualidade. Outros não apresentam o mesmo grau de comprometimento, demonstrando maior interesse nos resultados econômicos, e considerando as práticas ambientais trabalhosas e sem retorno financeiro.

Um dos gerentes de campo da CTA chegou a mencionar que a empresa não tem “poder de polícia”, ou seja, não pode obrigar os fumicultores a adotarem os

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

procedimentos recomendados pelos Orientadores, como o correto armazenamento dos agrotóxicos, por exemplo. Mas que, constantemente, investem tempo e material na divulgação das ações ambientais e produtivas, pois a empresa acredita que as mudanças acontecem com o tempo, e que é preciso vencer a barreira que normalmente as pessoas criam perante o novo.

A entrevista com o Engenheiro Agrônomo da Emater também vêm reforçar este entendimento, pois para ele as ações ambientais somente terão um bom resultado através da insistência no assunto “e esta insistência deve vir de todos os lados envolvidos”, diz o técnico.

A partir dos discursos dos entrevistados observamos que os conflitos mais expressivos se dão entre Afubra e SindiTabaco, devido a disputas de preços do tabaco. E Afubra e fumicultores que se sentem devidamente representados pela Associação nesta disputa pelo melhor preço do tabaco pago ao produtor. Entre produtores e empresa CTA, devido ás resistências dos produtores em relação ás novas práticas produtivas de cunho ambiental e também devido à diferenças em relação ao preço do tabaco.

Neste sentido, percebemos que é consenso entre Afubra, CTA e Emater, a dificuldade da conscientização ambiental dos produtores por meio das informações ambientais ofertadas, conforme discutidas no capítulo anterior. Isto se deve, principalmente, pelo fato desta conscientização resultar em mudanças nas suas práticas produtivas e na sua rotina de vida. Observamos que muitas vezes estas novas orientações demonstram-se contrárias às práticas que o produtor aprendeu com seus antepassados e que utilizou durante muitos anos de sua vida, gerando um conflito entre diferentes formas de conhecimento, de certezas e de crenças. Conflitos estes que precisam ser administrados e superados, para que as práticas produtivas dos fumicultores sejam mais sustentáveis do ponto de vista ecológico.

No próximo capítulo investigamos as formas de apropriações das informações ambientais pelos produtores e as causas dos conflitos entre os ofertadores de informações ambientais e os receptores (os produtores de tabaco).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

6. APROPRIAÇÕES DOS PRODUTORES DE TABACO SOBRE OFERTA DE INFORMAÇÃO AMBIENTAL

As entrevistas realizadas com os produtores de tabaco deixaram transparecer quais apropriações foram feitas sobre as orientações ambientais ofertadas pelos diversos atores sociais envolvidos, e como estas apropriações refletem-se, ou não, em suas práticas produtivas. Quando falamos em orientações ambientais ofertadas, nos referimos aos materiais impressos, às informações verbalizadas pelos Orientadores e Técnicos Agrícolas da empresa CTA, da Afubra e da Emater, bem como aos diversos eventos e programas desenvolvidos pelos atores sociais já citados no corpo deste estudo.

Neste campo de interações, onde temos de um lado a emissão da informação e de outro a recepção, existe uma série de fatores sociais, culturais, históricos e pessoais que podem influenciar a apropriação de sentidos.

Assim, cada emissor e cada receptor, com suas características próprias, constrói e reconstrói, o seu mundo cotidiano, baseado nos seus princípios e valores, apresentando entendimentos individuais que tanto aproximam-se quanto distanciam-se dos demais. Após analisar as informações ofertadas aos produtores e as interações entre os atores que as colocam em circulação, vamos centrar as análises, a partir de agora, no processo de apropriação destas informações por três produtores de tabaco, focando pontos de convergência e divergência entre eles.

Escolhemos como temas foco desta análise: recebimento de embalagens, armazenamento de agroquímicos, uso de insumos, uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), reflorestamento, conservação do solo e diversificação.

Analisaremos individualmente os discursos de cada produtor entrevistado a fim de traçar um entendimento acerca das apropriações por ele realizadas em

relação aos materiais impressos distribuídos pelos atores sociais que compõem o cenário produtivo e as orientações técnicas recebidas.

O produtor Pedro, quando questionado sobre o programa de recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos, respondeu que “o orientador avisa quando vai ser o recolhimento das embalagens, e aí eu levo no caminhão, porque sempre tem que ter recibo comprovando que a gente entregou”.

Sobre o incentivo ao reflorestamento através de folders, conversas ou palestras, o fumicultor menciona que nunca recebeu nenhum material impresso abordando a questão do reflorestamento, e que também nenhum Orientador falou com ele sobre isso, mas pensa que deveria ter mais mata em sua propriedade. Para ele “o difícil é ter tempo pra plantar. A gente ta sempre com muito trabalho e pouca terra”. Em relação à preservação da mata ciliar, Pedro diz que há muito tempo sabe que é importante preservar, e que não precisa que ninguém lhe ensine isso, mas que em sua propriedade não tem água corrente ou fontes de água.

Quando questionado sobre o armazenamento dos agroquímicos, percebemos uma certa resistência em aceitar a orientação da empresa CTA. “As firma (sic) inventam que a gente tem que ter esse armário fechado só pra dar mais gasto pra gente. Isso é uma bobagem pois a gente lida com os insumo sempre na lavoura e nunca deu nada”, afirma.

Este sentimento de discordância fica evidente também em relação ao uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), quando o produtor diz que não usa luvas e máscara porque não gosta, e porque não acha necessário, mencionando que sempre trabalhou sem usar os EPIs . Segundo ele “agora inventaram isso, não sei por que, antes a gente nunca usou, por que vai usar agora?” questiona. Ainda sobre os insumos, Pedro diz que sempre usou os produtos recomendados pelo Orientador. O fumicultor entende que estes prejudicam o meio ambiente, mas que sem eles o tabaco não cresce. Pedro diz estar insatisfeito em relação ao preço cobrado pela empresa.

Sobre o manejo e a conservação do solo, o produtor diz que o Orientador fala muito sobre isso e que sempre incentiva a adotar o plantio direto ou cultivo mínimo. Para ele “o plantio direto é melhor, dá menos serviço e conserva mais a terra. No ano que vem quero fazer tudo no direto”, diz Pedro.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Em relação à diversificação das culturas o produtor diz que não tem tempo para plantar e cuidar de outras coisas, e que uma vez plantou arroz mas só teve prejuízo. Ele acredita que o fumo é o negócio mais garantido para quem tem pouca terra. Segundo Pedro nenhum Orientador falou com ele sobre esse assunto. “Através das notícias a gente sabe que o fumo é sempre mal falado e, por isso, dizem que a gente tem que diversificar, eu acho isso muito errado, pois quem precisa sobreviver somos nós”, defende-se.

Percebemos, nas entrevistas com este produtor, que a questão econômica é o que mais lhe interessa e preocupa. Os aspectos ambientais nas suas práticas produtivas são vistos mais como um empecilho, uma coisa a mais para dar trabalho diante de tantos afazeres que ele já tem com o tabaco. Assim, se ele recebe alguma orientação em relação á preservação ambiental ele descarta, pois não lhe interessa, pois representa mais trabalho, e algumas vezes menos lucro. A mudança para o sistema de plantio direto, conforme as entrevistas, só foi aceita porque ocupava menos mão-de-obra, o que acaba reduzindo o custo da lavoura.

Passaremos agora a apresentar as apropriações feitas pelo segundo produtor entrevistado, que chamaremos de “Silvio”, e que quando questionado sobre o programa de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos, responde que toma conhecimento do calendário de entrega das embalagens através do Orientador Agrícola e também do programa da Emater na rádio, mas que acha difícil levar todas as embalagens até o caminhão de recebimento, pois fica longe de sua casa. Ele confessa que “às vezes a gente queima umas embalagem, pois fica ruim leva tudo até no caminhão que fica a uns dois quilômetros aqui de casa (sic)”.

Em relação ao incentivo ao reflorestamento, o produtor Silvio relatou que o Orientador falou muitas vezes sobre o assunto, e demonstrou, através de seu discurso e em visita à sua propriedade, estar consciente da importância da preservação da mata. Segundo ele:

> “[...] antigamente a terra do pai tinha muito mato, era bonito de se ver, mas a gente pensava que tinha que limpar a terra e derrubar o matagal. Há 15 anos atrás, quando comprei essa terra aqui não tinha nada de mato em cima. Hoje já tem mata nativa, que se criou com o tempo, e diversas outras árvores que nós fomos plantando”.

Da mesma forma, em relação à mata ciliar, o produtor diz que o Orientador “já entregou um papel e falou que devemos ter sempre o mato na beira dos rio (sic) pra

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

terra não ir embora, e isso é verdade". Ele afirma que sabe que "é importante não deixar o adubo correr pra água, porque contamina o rio".

Em relação ao armazenamento e manuseio dos agrotóxicos, o fumicultor Silvio demonstrou que segue as orientações, não porque ache necessário, mas por ser uma imposição da empresa e porque o Orientador faz visitas de vistoria para ver se os produtos estão corretamente armazenados. Mas Silvio acha "um exagero isso, não precisava guardar tudo fechado, porque a gente usa isso pra trabalhar".

Este produtor também disse que não consegue usar os EPIs recomendados pela empresa, e que mesmo já tendo se intoxicado uma vez com o agrotóxico prefere não usar luvas e máscara. Em relação ao uso somente dos insumos recomendados pela empresa, o produtor diz: "uma vez usei o herbadox, que não é recomendado [...] mas não deu certo, não fez efeito. O fumo não veio bonito, e eu acabei gastando mais ainda tendo que comprar de novo os insumos".

Sobre o incentivo á diversificação das culturas, o agricultor Silvio conta que planta milho, feijão, aipim, batata, tem horta e cria alguns animais. Mas ele diz que "o fumo é a única coisa que dá pra sobreviver pra quem tem pouca terra que nem nós e, também, é o único que tem garantia de que alguém vai comprar tudo".

Quando falamos sobre a conservação do solo, este fumicultor afirma que já conversou bastante sobre isso com o Orientador, que entregou um material para ele ler. Segundo Silvio antigamente, na época que seu pai era vivo, se pensava que quanto mais se trabalhasse a terra, melhor seria. Mas que hoje já sabe que não é assim, que isso não é o correto, e por isso as empresas inventaram o plantio direto e o cultivo mínimo. Quando questionado sobre a capacidade de renovação do solo, ele responde: "não é que o solo se renova, nem fica fraco, o que fica mais fraco todo o ano é o adubo".

Percebemos que este produtor tende a aceitar as informações ofertadas, mesmo que leve algum tempo para se convencer de que a orientação recebida seja a mais correta. Ele abandona suas antigas convicções sobre as práticas produtivas do tabaco quando consegue comprovar que a orientação da empresa deve ser seguida. Isso fica evidente quando ele testa um insumo não recomendado e percebe que não têm o mesmo resultado, validando a informação passada pelo Orientador.

Embora ele discorde em alguns pontos, principalmente sobre o armazenamento e manuseio dos insumos, acreditamos que isso se deve ao fato

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

dele não conseguir perceber o agrotóxico como um produto nocivo, mas sim como uma ferramenta de trabalho utilizada por toda uma vida.

Chamaremos de “Vilson” o terceiro produtor entrevistado, e iniciaremos abordando a questão dos agroquímicos. Sobre a armazenagem dos produtos em armários chaveados, o fumicultor diz entender a preocupação da empresa, no sentido de evitar que alguma criança possa de intoxicar com os produtos, e pensando nos netos ele diz deixar o armário sempre fechado.

Em relação ao uso dos EPIs, Vilson diz que recebeu os equipamentos da empresa, que o Orientador entregou na sua casa e mostrou como usar, mas que se sente sufocado com a máscara e não consegue usar quando está muito quente. “Ás vezes a gente usa luva, mas não sempre, é que eu já me intoxiquei com os insumo, mas sempre não dá pra usar (sic)” explica. Sobre o consumo dos agrotóxicos o produtor diz que ao longo dos anos diminuiu bastante a quantidade utilizada na propriedade, mas em compensação “o preço está sempre subindo”.

Das embalagens, o produtor diz que sempre entrega no posto de recolhimento e que sempre guarda os recibos para comprovar. Ele explica que, durante o ano, quando acumula muito plástico, como de garrafas de refrigerante e potes, leva estes resíduos (não tóxicos) até a usina de reciclagem que fica a poucos quilômetros de sua propriedade. O que demonstra que é uma pessoa sensibilizada para esta questão ambiental. Ele conta que já encontrou lixo nas margens do arroio na terra do vizinho e que falou para o vizinho não fazer mais isso, “esse lixo vai acabar encalhado em algum mato e levar muitos anos para apodrecer” afirma Vilson.

Sobre o incentivo ao reflorestamento, o fumicultor conta que o Orientador já fala sobre isso há muito tempo, e Vilson tem dois hectares de mata nativa e diz que sabe da importância de mantê-la. Ele também planta eucalipto para usar na cura do tabaco. “Uma parte da lenha que nós usamos nos forno eu tiro aqui da minha terra, dos eucalipto, e uma parte nós compramo, mas ta cada vez mais difícil comprar lenha boa, porque a fábrica de papel ta comprando tudo (sic)”.

Sobre a preservação da mata ciliar, o fumicultor defende que “quem quer segurar a terra tem que deixar o mato na beira do arroio, se não dá uma enxurrada e leva tudo embora”. Segundo Vilson o Orientador já falou muitas vezes sobre isso,

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

mas “nem precisava falar”, pois para o fumicultor é só observar o que acontece com a terra quando ocorrem muitas chuvas, e isso seu pai já aconselhava.

Em relação ao manejo e conservação do solo, Vilson explica que há cinco anos utiliza o sistema de cultivo mínimo (CM) e que antes utilizava o tradicional, mas mudou porque percebeu que o CM causa menos erosão ao solo. “Mas na época que ajudava o pai só existia o tradicional e a terra era lavrada muitas vezes e acabava indo embora com a chuva, além de dar bem mais trabalho pra gente”, relembra.

Quanto ao incentivo à diversificação de culturas este produtor informa que vai todos os anos na Expoagro Afubra, feira de agronegócios aberta ao público. Ele percebe que a Afubra é a principal incentivadora da diversificação das lavouras, mas que ainda não encontraram uma outra cultura que proporcione a mesma renda que o tabaco para ser cultivada em pequenas propriedades. Vilson cita que a Expoagro Afubra é um espaço de discussão sobre o tema.

Percebemos que este produtor, em comparação com os outros entrevistados, demonstra maior conscientização e interesse pelas questões ambientais, tendo incorporado novos valores e práticas nas suas rotinas domésticas e de trabalho. Ele evidencia que percebe as conseqüências de suas atividades no meio onde vive, buscando novos conhecimentos para reduzir os impactos ambientais e melhorar suas técnicas de trabalho.

Em termos gerais, em relação ao programa de recebimento de embalagens de agrotóxicos, parece ser consenso que todos os produtores entrevistados tomam conhecimento do calendário e dos objetivos do programa através do Orientador Agrícola da empresa, e também através da rádio. Todos mencionam que entregam as embalagens vazias, tríplice lavadas, pois é obrigatório, por lei, ter o recibo comprovando a entrega. No entanto há práticas de resistência, já que um dos produtores informou que “ás vezes queima” algumas embalagens, porque “acha difícil” levar até o ponto de entrega. Porém o programa existe, os produtores tendem a aderir a ele e as propriedades rurais ficam livres destas embalagens.

Outro sentimento comum entre os produtores entrevistados, se refere ao uso dos agrotóxicos, onde fica evidente a disparidade de opiniões entre Orientadores e fumicultores. Os Orientadores e os materiais impressos informam sobre os perigos do agrotóxico para a saúde humana e para o meio ambiente, principalmente quando usado de forma excessiva ou incorreta. Mas os fumicultores percebem o agrotóxico

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

mais como uma ferramenta de trabalho, que por ter seu uso corriqueiro, acaba por cair na banalidade, não tendo com ele os cuidados necessários. Mesmo os dois produtores que mencionaram já terem sofrido intoxicação por uso de agrotóxico, preferem não usar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) oferecidos pela empresa e sua prática de resistência é, em parte, explicada pelo fato que, tradicionalmente, não usava; e em parte pelo desconforto que o uso dos EPIs causam.

Percebemos que existe uma discrepância de sentidos, pois os fumicultores, quando questionados, respondem que o agrotóxico é uma das únicas agressões feitas ao ambiente no meio rural, mas ao mesmo tempo afirmam que este mesmo agrotóxico não lhes prejudica a saúde, preferindo interpretar a intoxicação sofrida como uma ocorrência sem grande valor.

Em relação ao armazenamento dos agroquímicos apenas um dos produtores "segue a cartilha" da indústria. Os outros dois resistem à informação sobre a prática adequada, ou não fazendo ou adotando o armazenamento, ainda que contrariado.

Partindo para um olhar geral sobre a questão do reflorestamento e preservação da mata ciliar, percebemos que todos sabem da importância destas práticas, seja através dos Orientadores, seja através da própria percepção dos movimentos da natureza. Quanto ao reflorestamento todos mencionam o fato de terem pouca terra, sendo que as propriedades têm em média 15 hectares, divididos em residência, galpão, horta, lavoura, criação de animais, etc.

No entanto os produtores sentem-se dependentes da lenha para cura do tabaco e uso doméstico, ainda muito forte em suas residências.

Em relação aos sistemas de plantio existentes, percebemos que a escolha por um deles leva em consideração uma série de fatores, e não só a questão da conservação do solo. Dois pontos importantes citados pelos fumicultores para a escolha do sistema de plantio referem-se à mão de obra e a utilização da terra na entressafra. Assim, o sistema tradicional necessita de mais mão de obra, o solo é revolvido mais vezes mas, em compensação, permite que seja cultivado o milho logo após a colheita do tabaco. Os sistemas de cultivo mínimo e plantio direto necessitam menos mão de obra, o solo é pouco trabalhado e fica protegido durante o período de entressafra em função do cultivo de gramíneas, o que impossibilita o cultivo do milho, que serve como fonte de alimento para a família e para os animais.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Assim, percebemos nas entrevistas, que os fumicultores sabem que o sistema de plantio direto ou cultivo mínimo são os mais indicados, pois percebem que representam uma série de vantagens para o solo e na redução do serviço mas, por outro lado, impossibilita o cultivo do milho, o que acaba afetando economicamente a manutenção da propriedade. Apesar das desvantagens tendem a adotar a orientação da indústria.

Em relação á diversificação da propriedade fumicultora, os produtores resistem à esta informação afirmando que o fumo tem a vantagem de dar melhor resultado econômico para o produtor, no que ainda não foi substituído por outra cultura. Além disso, eles tem a garantia de compra do tabaco pela indústria, o que com outros tipos de produção consideram mais difícil.

Além das apropriações já apresentadas, as entrevistas nos possibilitaram conhecer mais alguns sentidos dados pelos produtores de tabaco a questões que evolvem o meio ambiente, construídas através das mais diversas interações sociais cotidianas.

6.1. Apropriações e construções de sentidos e conceitos relacionados ao meio ambiente

Em linhas gerais buscamos compreender como as informações ambientais ofertadas contribuíram para construção de sentidos e conceitos mais amplos relacionados ao meio ambiente, frutos da assimilação feita pelos próprios fumicultores.

Assim, quando questionado sobre o que é preservação ambiental, o produtor Pedro menciona que é ter mata nativa ou reflorestada nas propriedades. E que antigamente se pensava que a terra tinha que estar limpa e que o mato não servia para nada, mas que hoje todos falam que é importante ter mato para preservar o meio ambiente. E que não sabe bem o que isso quer dizer, mas acredita que seja para melhorar o ar que todos respiram. Assim, também não soube dizer ao certo o que é meio ambiente, mas pensa que são as árvores, os rios, o ar que respiramos, não se incluindo como parte.

O fumicultor Silvio, a princípio não soube dizer o que faz para preservar o ambiente, mas acabou citando a importância de cuidar das margens dos arroios e evitar a contaminação das fontes de água. Disse também que acha importante ter

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

árvores plantadas para evitar que a chuva leve a terra embora, e para proteger a casa do sol e do vento. Sobre o que é o meio ambiente, propriamente dito, Silvio diz que não sabe ao certo, mas que acha é tudo o que existe na natureza.

Já o fumicultor Vilson, acha que preservação ambiental é o que todos devem fazer. E todos devem colaborar não jogando lixo nas ruas e nos arroios, tendo mata em suas terras, “cada um cuidando como pode”. Lembra que há dez anos atrás já se falava que o clima iria esquentar um grau por ano e que “isso se percebe na folha do fumo que não agüenta mais tanto calor que tem na lavoura, e acaba se queimando com o sol”.

Para ele o meio ambiente é a natureza, não se incluindo como parte dela. E diz acreditar que no interior as únicas coisas que agridem o ambiente são o lixo seco, pois não há um sistema de recolhimento por parte da prefeitura, e o uso de agrotóxicos.

Em relação ao que é desenvolvimento sustentável, Pedro responde que não sabe bem, mas que deve estar relacionado com as empresas e o futuro do tabaco. Silvio, também diz que não sabe exatamente, mas que acredita que é conseguir manter o desenvolvimento. Vilson diz ter participado de um encontro promovido por uma indústria fumageira, que não foi a CTA, e que numa das palestras explicaram que desenvolvimento sustentável é fazer as coisas de forma a não acabar com os recursos da natureza, mas preservar o que existe hoje para os próximos que virão.

Quando questionados se já tiveram algum contato com a Carta de terra ou Agenda 21 Global, através de materiais impressos, conversas ou palestras, os três produtores entrevistados responderam que não, que não sabem do que se trata.

Percebemos que estes conceitos não fazem parte da rotina destes produtores, e que eles ainda não haviam pensado sobre isso, ainda não haviam formulado opiniões sobre os temas, sendo que esse exercício de entrevista serviu como um despertar para estas questões tão em voga no momento.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

7. INTERPRETAÇÃO/REINTERPRETAÇÃO DOS DADOS: APONTAMENTOS CONCLUSIVOS

Passamos agora a um exercício de interpretação/reinterpretação dos dados, conforme determina a Hermenêutica de Profundidade, buscando responder às questões levantadas na problematização deste estudo.

Assim, ao analisarmos se o produtor de tabaco reproduz nas suas práticas produtivas, as orientações ambientais que lhe são ofertadas pelas organizações sociais, percebemos que as mesmas são postas em prática quando não encontramos embalagens vazias de agrotóxicos espalhadas ou mal armazenadas na propriedade e quando o produtor apresenta o recibo de entrega das embalagens. Percebemos que as orientações são seguidas quando, ao caminhar pela área avistamos nichos de mata e mudas reflorestadas, que encontram suporte no discurso do fumicultor. E quando, nas entrevistas, os produtores souberam falar sobre o conteúdo dos impressos que receberam das organizações.

Em relação às formas de comunicação que o fumicultor está sendo informado sobre as práticas ambientais ideais para a produção de tabaco, observamos que prevalece a interação face a face com Orientadores Agrícolas, que mantém um contato freqüente e regular com o fumicultor, levando orientação técnica, informações sobre a importância da preservação ambiental, do correto uso dos produtos químicos e dos recursos naturais. Secundariamente, podemos citar a Afubra como fonte de informação e orientação ambiental, tanto na parceria da confecção e distribuição de materiais impressos, como nos atendimentos de sua equipe técnica e na realização de feiras e eventos comunitários.

Em relação aos projetos pedagógicos desenvolvidos pela Afubra com crianças filhos de produtores de tabaco, os fumicultores entrevistados, todos com filhos em idade escolar, informaram que seus filhos nunca tiveram acesso aos

materiais distribuídos ou, se receberam algum material ou participaram de alguma atividade desenvolvida pela Afubra nas escolas, não tomaram conhecimento.

Outro critério utilizado na escolha dos produtores informantes, refere-se à localidade de suas residências. Sob este aspecto constatamos que, embora os três produtores residam em diferentes localidades do município de Venâncio Aires, e são atendidos por diferentes Orientadores Agrícolas da empresa CTA, as informações ofertadas são as mesmas e as relações com os Orientadores são semelhantes. Bem como percebemos que a comunidade onde estão inseridos não representa uma fonte de informação ambiental e não influencia no desenvolvimento de suas práticas produtivas e ambientais.

Os produtores de tabaco deixam transparecer nas suas práticas produtivas e nos seus discursos, resistências em relação à informação ambiental ofertada pelas organizações quando afirmam que não se sentem confortáveis com o uso dos Equipamentos de Proteção Individual, recomendados para a aplicação de agroquímicos nas lavouras, demonstrando que não estão convencidos da nocividade dos agroquímicos. E, embora os Orientadores Agrícolas alertem seguidamente sobre os cuidados necessários ao se manusear os produtos químicos, bem como sobre a importância de mantê-los em local apropriado e fechado, percebemos que, para os fumicultores o agrotóxico é um produto tão tradicional nas suas atividades produtivas que, na visão deles, não representa um grande risco ao ambiente e à eles próprios.

Em relação ao empenho das organizações sociais em torno das questões ambientais na produção de tabaco, as análises apontam que, no caso da empresa CTA, o empenho deve-se à necessidade de cumprimento das exigências legais e das exigências internacionais solicitadas por clientes, o que acabam por refletir no investimento em pesquisas na busca por processos mais sustentáveis e rentáveis.

O empenho do SindiTabaco se deve em parte às exigências dos clientes de suas associadas, em parte à preservação da imagem do setor fumageiro e ainda, conforme entrevista, na busca por cumprir com seu papel social e de responsabilidade ambiental para com a sociedade em que está inserida. Para tanto, conta com uma Comissão Permanente do Meio Ambiente, formada por um representante de cada empresa associada e um vice-presidente de Meio Ambiente do SindiTabaco. Estes profissionais são responsáveis por elaborar e confeccionar os

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

materiais impressos distribuídos aos fumicultores, bem como tratar de todos os assuntos voltados às questões ambientais no âmbito global deste ramo de agronegócio.

Nas entrevistas com a Afubra percebemos que existe uma preocupação com a questão ambiental no sentido de investir na conscientização de crianças e adolescentes, através de projetos pedagógicos em escolas e comunidades. Para tanto, o relatório anual das atividades desenvolvidas em 2007, aponta uma relação de municípios e escolas envolvidas e as atividades realizadas. Em comum, percebemos que estas organizações buscam defender a imagem do setor fumageiro, a qual é muito criticada na mídia.

Se levarmos em conta os princípios da Carta da Terra, especificamente quando afirma que "*com o direito de possuir, administrar e usar os recursos naturais vem o dever de impedir o dano causado ao meio ambiente e de proteger os direitos das pessoas"* (Princípio Segundo), entendemos que os produtores e as organizações vivem um impasse histórico. Este impasse se expressa na fala de um representante da empresa CTA, quando afirma que "onde houver desenvolvimento humano vai haver dano ambiental". O pensamento é reforçado pelo discurso de um dos produtores entrevistados, quando menciona que "sem o adubo a terra não tem força e o fumo não fica bom, e se o fumo não fica bom a gente não ganha pro sustento da família".

Ou seja, no momento de cumprir o dever de impedir o dano ambiental, que pode afetar a todos, tanto o produtor e seus representantes como a indústria e seus representantes optam pela sobrevivência econômica, buscando minimizar os impactos ambientais. O produtor minimiza na medida em que é obrigado pela indústria, e esta na medida em que é obrigada pelo mercado.

O princípio 3b da Carta da Terra fala de justiça econômica e social, que proporcione uma subsistência segura e ecologicamente responsável no meio rural. Pensando na realidade dos produtores de tabaco e levando em consideração que as propriedades rurais locais têm, em sua grande maioria, menos de 20 hectares, percebemos no discurso dos entrevistados, empresa e produtores, que o tabaco ainda é a cultura mais rentável para quem possui pequenas áreas de terra, proporcionando uma subsistência razoável e buscando tornar-se cada vez mais ambientalmente responsável. Os fumicultores entrevistados, embora um pouco

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

descontentes com os lucros de seu trabalho, informam que é a produção de tabaco que mais compensa e proporciona o sustento da família. Se percorrermos alguns quilômetros pelo interior do município de Venâncio Aires, encontraremos nas propriedades produtoras de tabaco, boas casas, carros na garagem e padrões de vida confortáveis.

No entanto, trata-se de uma cultura agrícola ainda altamente dependente do uso de agroquímicos e, mesmo com tecnologias como o float, esta característica não tende a se exaurir a curto e médio prazo, apesar de já se falar em "fumo ecológico".

Em seu Princípio 7, a Carta da Terra fala da adoção de *"padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário"*. Neste sentido podemos citar o uso da lenha como combustível nas estufas de cura do tabaco, colocando o Brasil, e em especial a região Sul, como pioneiro e, possivelmente o único país a utilizar um recurso renovável neste processo pois, conforme informações da empresa CTA, os outros países, como África e Estados Unidos utilizam carvão vegetal ou óleo como combustível para suas estufas.

Mais se pensarmos mais complexamente, a lenha de reflorestamento também causa seus impactos ambientais, como o alto consumo de recursos hídricos. A questão seria então consumir menos tabaco e daí outro problema: diminuiria a necessidade de produção, afetando a vida de fumicultores como os nossos informantes. De qualquer forma, quando questionados sobre a Carta da Terra nenhum deles demonstrou conhecer o documento.

Outro documento importante para a sustentabilidade no meio rural é a Agenda 21 Global, onde em seu capítulo 14 relaciona atividades e posturas necessárias para a promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável, mencionando a importância da participação popular na conservação e reabilitação da terra, da água, dos recursos energéticos, entre outros.

Neste sentido não podemos afirmar que existe o incentivo à participação popular na construção de programas com foco na sustentabilidade rural, pois o que ficou evidente na entrevistas foi a imposição, ou a tentativa de imposição, partindo da empresa para os fumicultores, de novas práticas e orientações, mesmo no caso

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

daquelas de cunho ambiental. Não existindo uma construção conjunta de soluções para minimizar os impactos ambientais da fumicultura.

Em seu capítulo 19, a Agenda 21 Global salienta a importância do manejo ecologicamente saudável das substâncias químicas tóxicas, incluindo a prevenção do tráfego internacional ilegal dos produtos tóxicos e perigosos. Neste sentido as organizações sociais do setor fumageiro trabalham na conscientização dos produtores, para que estes não utilizem agrotóxicos clandestinos e não recomendados para a cultura do tabaco, destacando a importância de usar somente produtos registrados e autorizados pelo governo.

Já o capítulo 32, da Agenda 21 Global trata do fortalecimento do papel dos agricultores, salientando a importância dada ao homem do campo e também o apoio para aumentar a capacidade participativa da mulher, prevendo o estímulo de práticas e tecnologias de agricultura sustentável, políticas de auto-suficiência na busca de baixos consumos de insumos e energia, com incentivo a participação de agricultores de ambos os sexos na elaboração e implementação de políticas sustentáveis, fortalecimento de organizações locais que deleguem poder e responsabilidade aos usuários primários dos recursos naturais.

Neste sentido, percebemos que a evolução tecnológica se oferece como uma prática mais ecológica, mas não nos compete esta análise por requerer conhecimentos técnicos. Destacamos a necessidade de estudos isentos a fim de comprovar que o sistema float agride menos o ambiente.

Analisando a articulação dos atores que compõem o cenário produtivo do tabaco, e considerando as entrevistas com os fumicultores, percebemos que não existe uma união por parte dos produtores rurais. Embora a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), represente os produtores nas negociações de preço do fumo, por exemplo, os próprios fumicultores percebem que a Associação deveria ter uma maior representação, uma força maior de articulação. Para isso deveria contar com a participação mais ativa de seus associados, o que na prática, não ocorre.

Em relação ao papel da mulher, embora não tenhamos detectado nenhum incentivo específico à sua capacidade participativa, percebemos que ela atua diretamente no cultivo do tabaco, realizando praticamente as mesmas atividades dos homens e estando envolvida em todas as fases do cultivo.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Quanto aos produtores, quando questionados sobre o que entendiam por preservação ambiental, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, algumas falas deixam entrever que consideram tratar-se de questões de responsabilidade coletiva, portanto dependente da participação de todos.

O produtor Pedro mencionou que preservação ambiental é ter mata nativa ou reflorestada nas propriedades. E que antigamente se pensava que a terra tinha que estar limpa e que o mato não servia para nada. Hoje, segundo ele, todos falam que é importante ter mato para preservar o meio ambiente. Ele acredita que o mato seja bom melhorar o "ar que todos respiram". Para ele, meio ambiente são as árvores, os rios, o ar que respiramos. Sua fala deixa entrever que não se sente parte do meio ambiente.

O fumicultor Silvio diz não saber o que faz para preservar o ambiente, mas afirma a importância de cuidar das margens dos arroios e evitar a contaminação das fontes de água. Ele acha importante ter árvores plantadas para evitar que a chuva leve a terra embora, e para proteger a casa do sol e do vento. Sobre o que é o meio ambiente, propriamente dito, Silvio entende ser tudo o que existe na natureza.

Já para o fumicultor Vilson, preservação ambiental é o que todos devem fazer. Para ele, todos devem colaborar não jogando lixo nas ruas e nos arroios, tendo mata em suas terras, "cada um cuidando como pode". Ele lembra que há dez anos atrás já se falava que o clima iria esquentar um grau por ano e que "isso se percebe na folha do fumo que não agüenta mais tanto calor que tem na lavoura, e acaba se queimando com o sol". Para ele o meio ambiente é a natureza e, da mesma forma que os outros produtores, não se inclui como parte dela. Ele acredita que, no interior, as únicas coisas que agridem o ambiente são o lixo seco, pois não há um sistema de recolhimento por parte da prefeitura, e o uso de agrotóxicos.

Em relação ao que é desenvolvimento sustentável, Pedro responde que não sabe bem, mas que deve estar relacionado com as empresas e o futuro do tabaco. Silvio, também diz que não sabe exatamente, mas que acredita que é conseguir manter o desenvolvimento. Vilson diz ter participado de um encontro promovido por uma indústria fumageira, e que numa das palestras explicaram que desenvolvimento sustentável é fazer as coisas de forma a não acabar com os recursos da natureza, mas preservar o que existe hoje para os próximos que virão.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

As falas dos produtores apontam que eles têm noção sobre algumas posturas necessárias para a sustentabilidade no meio rural, mas é o produtor que demonstrou ser mais participativo dos momentos de oferta de informação ambiental (citando que freqüenta palestras, por exemplo), que demonstra perceber-se mais como agente de mudança do meio em que vive. Isto apesar de nenhum deles considerar-se parte do meio ambiente.

Resgatando questões históricas apresentadas no capítulo 2, somadas às informações colhidas nas entrevistas, percebemos que os produtores estão um pouco descrentes em relação ao futuro da zona rural. Eles aprenderam o cultivar o tabaco com seus pais e irmãos e nunca pensaram em morar na cidade, em trabalhar em indústrias. Sempre pensaram que seu futuro seria no campo, hoje percebem que isso está mudando.

Os filhos, que já não são mais tão numerosos como antigamente, acham o trabalho braçal muito pesado e partem em busca de um emprego na cidade. Os que ficam aprendem com o pai o cultivo do tabaco, mantendo a tradição da família. Portanto as transformações na estrutura familiar e o movimento de migração para as cidades tende a diminuir a permanência das futuras gerações na zona rural.

Pode-se, assim, lançar a hipótese que o tabaco tende a deixar de ser cultivado em tão larga escala no mundo, apresentando uma gradual redução no seu consumo, devendo a área hoje cultivada com tabaco ser substituída por outra cultura.

Da mesma forma que as práticas se transformaram desde o início da produção de tabaco no Brasil, as práticas ambientais atreladas a este setor produtivo evoluíram. Observamos que os produtores de tabaco aprenderam com seus pais as técnicas de cultivo da terra e, hoje, muitas delas não se aplicam mais. Como exemplo podemos citar o desmatamento realizado pelos imigrantes alemães, quando acreditavam que a terra deveria estar “limpa” para o plantio, devendo também ser revolvida muitas vezes com o objetivo de preparar melhor o solo para o cultivo. Hoje os fumicultores, filhos destes imigrantes, embora tenham feito da mesma forma que seus pais durante muitos anos, aprenderam e utilizam novas técnicas de plantio que agridem menos o solo e se preocupam com o reflorestamento.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Percebemos o sentimento de pertencimento, que aborda Mourão (2005), quando fumicultores falam da vida no campo, da liberdade que sentem em viver junto à natureza, aos animais, do silêncio proporcionado pelo isolamento urbano, da alegria de ver sua terra florescer e render frutos. E quando mostram, orgulhosos, as estufas de fumo, os fardos de tabaco nos galpões, prontos para serem entregues à indústria, passando a mão em suas folhas douradas, sentido a textura, a espessura de cada de uma e falando de sua qualidade.

Apesar de não verbalizarem que sentem-se parte da natureza, observamos que por meio da lida rural e da produção de tabaco, os produtores sentem-se responsáveis pelo agroecossistema em que vivem, pelas plantas que cultivam, pelos animais que criam.

Lançando um olhar sobre a necessidade de sustentabilidade nos processos de desenvolvimento, lembramos Sachs (2000), quando afirma que um dos caminhos para promover estratégias para alcançar o desenvolvimento sustentável é saber o que as populações sabem e como se relacionam com seu meio e, a partir daí, buscar soluções que possam ser construídas e assimiladas como algo natural pela sociedade envolvida.

Por meio do estudo empírico, percebemos que os programas e as ações de conscientização ambiental desenvolvidos pelos atores emitentes de informação, foram construídos sem o envolvimento do público-alvo, ou seja, dos fumicultores. E desta forma, algumas ações acabaram não sendo legitimadas pelos produtores. Isso fica evidente quando analisamos a questão dos agrotóxicos, onde temos de um lado a empresa indicando o uso dos Equipamentos de Proteção de Individual (EPI), e do outro lado o fumicultor percebendo como natural o não uso do EPI.

Sabemos que, embora os programas e os materiais impressos tenham sido elaborados por uma equipe que convive diretamente com os produtores rurais, o efeito no momento de colocar em prática não é o mesmo. Assim, concordamos quando Sachs (2000) diz que é preciso conhecer o saber do outro, é preciso envolver o outro na construção de novas práticas, pois só assim ele passará a assimilar naturalmente a mudança. Esta dissertação coloca-se como uma contribuição neste sentido, pois os dados apontaram que a produção de tabaco desempenha um importante papel na economia do Rio Grande do Sul e do Brasil,

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

contribuindo para o desenvolvimento urbano e rural dos municípios que têm sua economia baseada neste ramo do agronegócio.

Atualmente, observamos que iniciativas das diversas organizações sociais envolvidas na produção de tabaco demonstram empenho na busca pela sustentabilidade e boas práticas ambientais na produção do tabaco, investindo em parcerias e pesquisas para o melhoramento dos processos, com o intuito de preservação dos recursos naturais.

Como outras culturas agrícolas, a produção de tabaco mantém a necessidade de evoluir e melhorar no aspecto ambiental, mas a análise do cenário contemporâneo aponta que estão sendo colocadas em prática diversas ações e projetos de cunho ambiental por parte das organizações sociais que cercam o produtor de tabaco no Sul do Brasil, levando-se em conta o estudo da realidade vivida em Venâncio Aires, RS. Isto nos leva a constatar que, se historicamente, em seu entorno o tabaco envolveu aspectos culturais, sociais e econômicos, pode-se afirmar que a partir da última década, especialmente, o aspecto ambiental também está sendo contemplado.

As apropriações que os produtores fazem da informação ambiental que lhes é ofertada expõe conflitos e resistências em relação aos temas ambientais e práticas produtivas, mas também mudanças em algumas rotinas, como foi exposto.

O estudo empírico junto aos produtores aponta que os Orientadores são um canal privilegiado de comunicação para novas práticas de produção mais sustentáveis; já que entre produtor e orientador estabelece-se uma relação de confiança. Investir nesta relação, valorizando a fala do produtor de tabaco é algo, ainda, a ser feito.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

8. REFERÊNCIAS

ÁGUA LIMPA: um bem para todos. Emater, Sindifumo e Afubra.

ANUÁRIO Brasileiro do Fumo 2006 e 2007. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2006 e 2007. Anual.

ANUÁRIO Brasileiro do Tabaco 2008. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2008. Anual.

A CULTURA do Fumo no Sul do Brasil 2007 e 2008. Santa Cruz do Sul: Sindifumo, 2007 e 2008. Anual.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BOTELHO, Vera L.; FUKS, Mário; HERCULANO, Selene C.; ROVERE, Emílio L.; SADER, Emir; VIOLA, Eduardo. **Ecologia, ciência e política.** Rio de Janeiro: Revan, 1992.

BRACATINGA Características e Manejo Sustentável. Afubra, EPAGRI, FAESC, FATMA, FETAESC, IBAMA, **Política Ambiental** Prefeituras Municipais, Secretaria da Agricultura, Secretaria do Meio Ambiente, Sindifumo.

CARVALHO, Isabel C. de M. **A invenção ecológica: Narrativas e trajetórias da educação ambiental do Brasil.** 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

CHEMIN, Beatris Francisca. **Guia prático da UNIVATES para trabalhos acadêmicos.** Lajeado: UNIVATES, 2005.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais.** 2. ed. Bauru: Edusc, 2002.

DRUMMOND, José A. **A primazia dos cientistas naturais na construção da agenda ambiental contemporânea**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2006. v. 21.

ETGES, Virginia Elisabeta. **Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo.** Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, 1991.

HERMES, Nadir. Resíduos de pesticidas nos alimentos produzidos na área de plantio de tabaco. In: ETGES, Virginia E., FERREIRA, Marcos A.F. (Orgs). **A produção do tabaco: impacto no ecossistema e na saúde humana da região de Santa Cruz do Sul/RS.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

FERNANDEZ, Fernando. **Aprendendo a lição de Chaco Canyon:** do "Desenvolvimento Sustentável" a uma Vida Sustentável. São Paulo: Instituto Ethos, 2005. nº 15.

FREY, Márcia R., WITTMANN, Milton L. **Gestão ambiental e desenvolvimento regional: uma análise da indústria fumageira.** EURE (Santiago) – Revista Latino Americana de Estudios Urbano Regionales, Santiago do Chile, v. XXXII, n. -, p. 99 a 115, 2006.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. **O Rio Grande do Sul – A terra e o homem.** Porto Alegre: Editora Livraria do Globo, 1941.

INSUMOS Recomendados. Santa Cruz do Sul: Sindifumo e empresas associadas.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental.** Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

LIMA, Gustavo F. da C. CRISE AMBIENTAL, EDUCAÇÃO E CIDADANIA: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, Carlos F. B., LAYRARGUES, Philippe P., CASTRO, Ronaldo de S. (Orgs). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MANEJO integrado de pragas: só aplicar o agrotóxico mais indicado quando o inseto-praga atingir nível de dano. CTA – Continental Tobaccos Alliance S/A.

MANUAL de reflorestamento. Preservar o meio ambiente é compromisso de todos. 2. ed. Santa Cruz do Sul: Sindifumo e Afubra, 2006.

MANTENHA e amplie as matas ciliares. Afubra, Sindifumo, Emater. Março de 2004. Produzido e impresso na EMATER/RS.

MARTIN, Hardy Elmiro. **Santa Cruz do Sul: de Colônia a Freguesia 1849 – 1859.** Santa Cruz do Sul: Associação Pró Ensino em Santa Cruz do Sul, 1979.

MELUCCI, Alberto. **O jogo do eu.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

MORAES, Roque. Mergulhos discursivos análise textual qualitativa entendida como processo integrado de aprender, comunicar e interferir em discursos. In: FREITAS, José V. de, GALIAZZI, Maria do C. (Orgs). **Metodologias emergentes de pesquisa em educação ambiental.** 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

MORIN, Edgar; KERN, Anne B. **Terra Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MOURÃO, Lais. **Pertencimento.** II Congresso Internacional da Transdisciplinaridade. Vitória: 2005.

NARDI, Jean-Baptiste. **A História do Fumo Brasileiro.** Abifumo – Associação Brasileira da Indústria do Fumo, 1985.

RICHARDSON, Jarry Roberto. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul - volumes I e II .** Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Sociedade, cultura e meio ambiente.** Mundo & Vida, 2000. v. 2 (1).

SOFFIATI, Athur. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da educação. In: LOUREIRO, Carlos F. B., LAYRARGUES, Philippe P., CASTRO, Ronaldo de S. (Orgs). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

***Sites* na Internet:**

AFUBRA - Associação dos Fumicultores do Brasil. Disponível em: http://www.afubra.com.br Diversos acessos.

BRASIL, Agenda 21 Global. Disponível em http://www.mma.gov.br Acesso em 08 dez. 2007.

CARTA da Terra. Disponível em: http://www.mma.gov.br Acesso em: 08 dez. 2007.

EMATER. Disponível em: http://www.emater.tche.br/ Acesso em 04 fev. 2008.

MINISTÉRIO da Agricultura e Meio Ambiente. Disponível http://www.mma.gov.br. Acesso em 20 nov. 2007.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

SECRETARIA Municipal da Agricultura e Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Disponível em: http://www.pmva.com.br/. Acesso em: 12 abril .

SINDICATO da Indústria do Tabaco (SindiTabaco). Disponível em: http://www.sinditabaco.com.br/. Diversos acessos.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

ANEXOS

Anexo 1 - Perguntas a serem feitas à Indústria fumageira CTA – Continental – Orientador Agrícola e Direção:

1. Com que freqüência cada produtor é visitado? E qual o tempo médio de duração de cada visita?Essas visitas são previamente agendadas? Existe um calendário anual ou por safra de acompanhamento de cada produtor?
2. Quais assuntos são tratados nestas visitas/orientações? O que é vistoriado?
3. Cada produtor é visitado por um único Orientador ou por vários orientadores da mesma empresa?
4. Como o Orientador é recebido pelos produtores em geral? Acontece de serem mal recebidos? Por quê?
5. Quais as principais dificuldades sentidas nesta relação com os produtores?
6. Como se dá o primeiro contato com um novo produtor? Na empresa ou na propriedade?
7. Existe algum procedimento especial para novos produtores, como um treinamento básico ou apresentação das normas e valores da empresa?
8. Existe algum tipo de evento ou treinamento que envolva todos os produtores? Se sim, como isso acontece?
9. Como se dá a entrega dos folders e materiais impressos junto aos produtores? Durante as visitas? Existem orientações teóricas e práticas apresentando o que consta nos impressos?
10. Quais orientações/ informações são passadas aos produtores com o intuito de preservar o meio ambiente?
11. Nestas orientações existe também o foco econômico? Explique melhor.

12. Como é a feita e entrega dos materiais impressos? Existe um evento, uma explanação, um treinamento com foco ambiental para os produtores?
13. Quem define as orientações que devem ser passadas? Por quê?
14. Em relação ao meio ambiente, quais práticas dos produtores devem ser preservadas? E o que deve ser mudado?
15. A empresa entende que está sendo fonte de orientação ambiental quando fornece folders com informações sobre matas ciliares, cultivo mínimo, uso correto de agroquímicos, etc.? O que mais poderia estar fazendo?
16. Se sim, até que ponto a questão ambiental interessa para a empresa? E por quê? Exigência do mercado interno ou externo?
17. Existe uma política formal, estruturada, de preservação ambiental na zona rural, desenvolvida pela empresa? Com planos de ação e metas para o futuro?
18. Em caso negativo, até que ponto a indústria se sente responsável pela preservação da zona rural? E mais especificamente pelo desmatamento de árvores para lenha das estufas, e do solo para as plantações? E o que está fazendo para reverter isso?
19. Como são tratados os agricultores que não cumprem as solicitações da empresa em relação às orientações ambientais?
20. Existem práticas e/ou orientações da empresa para os fumicultores que visem alcançar a sustentabilidade ambiental em seus processos, utilizando os recursos naturais de maneira racional e de forma compatível com o tempo de regeneração e recuperação dos que recursos utilizados? Mesmo que não sejam compatíveis com a necessidade de reprodução do capital?
21. A empresa tem conhecimento da Carta da Terra e Agenda 21 Global? Usa os princípios destes documentos para guiar suas práticas de desenvolvimento na zona rural? Sentindo-se co-responsável pelos possíveis danos causados ao ambiente e buscando, em conjunto com os produtores e comunidade, caminhos para um desenvolvimento sustentável?
22. Na busca por melhorar processos, a empresa tem investido em pesquisas, em informação, construção de indicadores e disseminação de informações? De que forma?

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

23. Em relação a valorização e a importância dos recursos humanos no campo, a empresa considera que o retorno financeiro aos produtores está sendo adequado? Se compararmos o retorno financeiro e o dispêndio de mão-de-obra da fumicultura com outras culturas, está sendo satisfatório para o produtor?

Anexo 2 - Entrevistado: Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra)

1. Como é a relação da Afubra com os produtores de tabaco?
2. Além do atendimento direto nas lojas, vendendo agroquímicos e fazendo seguro das lavouras fumageiras, existe um trabalho de orientação direta aos produtores, realizado em suas propriedades?
3. Se sim, essas visitas são previamente agendadas? Existe um calendário anual ou por safra de acompanhamento de cada produtor?
4. Quais assuntos são tratados nestas visitas/orientações? O que é vistoriado?
5. Como o Orientador da Afubra é recebido pelos produtores em geral? Acontece de serem mal recebidos? Por quê?
6. Quais as principais dificuldades sentidas nesta relação com os produtores?
7. Existe algum procedimento especial para novos produtores, como um treinamento básico ou apresentação das normas e valores da empresa?
8. Existe algum tipo de evento ou treinamento que envolva todos os produtores? Se sim, como isso acontece?
9. Como se dá a entrega dos folders e materiais impressos junto aos produtores? Durante as visitas? Existem orientações teóricas e práticas apresentando o que consta nos impressos?
10. Em relação ao seguro mútuo, em média, qual o percentual de produtores que adquirem?
11. A existência do seguro aproxima os produtores da Afubra?
12. E nos casos de incidência de granizo, a relação com o produtor fica abalada ou fortalecida?

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

13. Como se dá a entrega dos folders e materiais impressos junto aos produtores? Durante as visitas? Existem orientações teóricas e práticas apresentando o que consta nos impressos?
14. Como associação, existe uma cobrança de mensalidade dos produtores? Se sim, quais benefícios são oferecidos aos produtores?
15. Quais programas voltados à preservação ambiental na zona rural existem atualmente? Como são postos em prática? Existe um acompanhamento, uma análise dos resultados dos programas?
16. Se existe um acompanhamento dos resultados, quais pontos precisam ser reforçados e quais são considerados atingidos? Como é feita essa análise? Quem coleta os dados e de que forma?
17. Quem define e estrutura as informações ambientais passadas aos produtores? Isso é feito com base na análise de dados? A Afubra tem conhecimento e busca pôr em prática os princípios da Carta da Terra e Agenda 21 Global? Cite exemplos.
18. Neste contexto, existem programas voltados para o incentivo da participação das mulheres no desenvolvimento da zona rural?
19. O programa Verde Vida busca atingir um público infantil, neste programa existem princípios da Carta da Terra e Agenda 21 Global? Como estes princípios são trabalhados?
20. Sabe-se que a Afubra incentiva, através de feiras como Expoagro, a diversificação de culturas cultivadas na propriedade rural. Por que considera isso tão importante para o produtor de tabaco, por questões econômicas, pela sustentabilidade? E nas ações de incentivo, existe alguma divulgação que mencione a Carta da Terra ou Agenda 21 Global?
21. Existem ações que envolvam os produtores na construção de projetos e programas voltados para uso consciente dos recursos naturais e que busquem preservar os conhecimentos tradicionais de todas as culturas que contribuam para proteção ambiental?
22. Existem programas de promoção do desenvolvimento sustentável com facilidades de crédito para melhorias em infra-estrutura?

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Anexo 3 - Entrevistado: Sindicato da Indústria do Tabaco (SindiTabaco)

1. Existe uma relação direta entre produtores e SindiTabaco? Se sim, como isso acontece?
2. Em caso negativo, pode-se afirmar que existe uma relação indireta? Mediada por indústrias, Afubra, ou outros?
3. Como parte da cadeia produtiva e informativa, quais os pontos mais difíceis (delicados) da relação com os produtores?
4. Como se dá a entrega de folders e materiais impressos junto aos produtores? Através de quais atores sociais são feitas as entregas? Existem orientações teóricas e práticas apresentando o que consta nos impressos?
5. Existe algum levantamento das agressões ambientais nas propriedades produtoras de tabaco?
6. Existem projetos de preservação ambiental na zona rural envolvendo diretamente fumicultores?
7. A entidade tem conhecimento e busca pôr em prática os princípios da Carta da Terra e Agenda 21 Global? Cite exemplos de ações que contemplem as orientações destes documentos.
8. Mais especificamente sobre sustentabilidade na propriedade rural e na fumicultura, quais ações foram realizadas nos últimos anos? E qual foi o resultado e a participação dos agricultores nestas ações?
9. Foram ou estão sendo realizadas pesquisas em relação à novas tecnologias que auxiliem no processo produtivo do agricultor, e visem também a redução do uso de agroquímicos e recursos naturais? Se sim, quem patrocina as pesquisas e quais os resultados?

Anexo 4 - Entrevistado: Emater

1. Como este órgão atua junto aos produtores em relação à preservação ambiental? Existem materiais impressos, eventos ou visitas técnicas que abordem o tema? Como isso acontece?
2. Em caso negativo, por que isso não acontece? O órgão entende que não é necessário? Por quê?

3. Existe algum levantamento das agressões ambientais nas propriedades produtoras de tabaco?
4. Existem projetos de preservação ambiental na zona rural envolvendo diretamente fumicultores?
5. Por serem órgãos subsidiados pelo governo, já foram chamados para participar de discussões que envolvessem a Carta da Terra ou Agenda 21 Global? Ou já promoveram algum tipo de evento que tivesse como tema a análise destes documentos? Se sim, como isso aconteceu e quais foram os resultados? Em caso negativo, acreditam que a iniciativa seria válida?
6. O que o Governo Municipal/Emater têm feito para contribuir na busca da sustentabilidade na zona rural de Venâncio Aires? Existem projetos o futuro?
7. Existe uma relação direta com os produtores de tabaco?
8. Como essa relação acontece?
9. Existem eventos ou treinamentos promovidos por esta entidade? Quais assuntos são abordados? Como é a receptividade e a participação dos agricultores?
10. Existe a distribuição de materiais impressos com informações direcionadas aos produtores? Como se dá essa entrega?

Anexo 5 - Entrevistado: Produtor de tabaco em relação à indústria fumageira
CTA – Continental – Orientador Agrícola

1. Como são realizadas as visitas do Orientador Agrícola? Qual a finalidade dessas visitas? Qual a periodicidade e tempo de duração de cada visita de orientação?
2. Como é a postura, o comportamento do Orientador nas visitas técnicas?
3. Os materiais impressos distribuídos são bem explicados e utilizados?
4. Esse trabalho de acompanhamento do Orientador, é bom ou ruim, necessário ou não? Por quê?
5. Existe algum tipo de pressão, de cobrança por parte da indústria, exercida através do Orientador Agrícola? Se sim, em qual sentido?

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

6. Há pontos de discordância na relação com o Orientador? Por quais motivos e como isso se resolve?

Anexo 6 - Entrevistado: Produtor de tabaco em relação à Afubra

1. Como se dá a relação com a Afubra? Existe um acompanhamento técnico da lavoura ou a relação é apenas comercial, realizada principalmente dentro das lojas?
2. O produtor vê a Afubra como um parceiro, que lhe apóia na busca de melhores condições de trabalho e preço do tabaco?
3. O material impresso e os eventos realizados pela Afubra vão ao encontro das suas necessidades? Por quê?
4. Existem lacunas a serem preenchidas nesta relação com a Afubra? O que mais a Afubra poderia estar fazendo em prol dos fumicultores? E o que faz hoje, que deveria deixar de fazer?

Anexo 7 - Entrevistado: Produtor de tabaco em relação à Secretaria Municipal da Agricultura (SMA), Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) e Emater:

1. Existe algum contato, constante ou esporádico, com SMA, SMMA e Emater?
2. Você costuma buscar apoio ou informação em algum destes órgãos? Se sim, como é recebido e que tipo de informação busca?
3. O que estes órgãos poderiam fazer em prol da agricultura municipal?

Anexo 8 - Entrevistado: Produtor de tabaco em relação ao SindiTabaco:

1. Existe algum contato, constante ou esporádico, com o SindiTabaco? Como isso acontece?
2. Como você vê o SindiTabaco, que papel ele desempenha na cadeia produtiva do tabaco?
3. O que agrega e o que prejudica o fato das empresas terem uma representação formal, como o SindiTabaco?

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Anexo 9 -Entrevistado: Produtor de tabaco:

1. Você costuma receber orientações, materiais impressos ou participar de treinamentos que abordem a preservação ambiental?
2. Se sim, quais assuntos são tratados, quais orientações são passadas? E por quem?
3. Por exemplo, os Orientadores da indústria falam sobre meio ambiente, sobre matas ciliares, sobre os cuidados com o solo, não focando somente os resultados da lavoura, mas também, e de forma clara, os cuidados com a natureza?
4. A Afubra costuma trabalhar este assunto? De que forma, através de quem?
5. Você acredita que as entidades, em geral, estão preocupadas com a questão ambiental? Consegue identificar quais entidades estão mais empenhadas em campanhas, no meio rural, de conscientização ambiental? Quais são e por que percebe que se destacam?
6. Existem outras fontes de orientação ambiental que não estejam relacionadas com o processo produtivo, como associações ou comunidades locais, escolas, clubes de mães, etc.? Em caso positivo, que tipo de orientações são passadas?
7. Como você percebe a atuação da empresa em ações que visem a preservação ambiental na zona rural? Quais informações você recebe neste sentido? Ou você percebe que a empresa não está preocupada com este assunto?
8. O que você acha das orientações que a empresa repassa sobre cultivo mínimo, matas ciliares, aplicação correta de defensivos, etc.? Do seu ponto de vista essas orientações estão corretas e devem ser seguidas? Por quê?
9. Se seguidas as orientações o ambiente estará sendo preservado? E você acha importante preservar os recursos naturais? Por quê?
10. E o que você faz, por iniciativa própria, para preservar o ambiente e os recursos naturais, que não é orientado pela empresa ou por outras instituições como Afubra, Sindicados?

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

11. A Afubra contribui com orientações para preservação ambiental da propriedade? Se sim, você acredita que estas orientações estão corretas e devem ser seguidas? Por quê?
12. Que outras instituições contribuem com orientações na área ambiental?
13. Como você segue as orientações recebidas da empresa, da Afubra e outras instituições? Como você as coloca em prática no seu dia –a – dia e quais benefícios isso trás para o seu trabalho e sua propriedade? Ou essas orientações dificultam as suas atividades cotidianas? Por quê?
14. Para você, qual a influência do homem sobre o ambiente? Você acredita que as atividades humanas poderão gerar uma escassez de recursos ou você acredita que a terra é uma fonte infindável, que o ambiente irá se recuperar e se renovar sempre, independente das agressões sofridas?
15. Das práticas atuais de cultivo do fumo comparando com cinco anos atrás ou mais, quais foram as principais mudanças? Por que elas aconteceram? Hoje está melhor para você produtor? Hoje está melhor para o ambiente?
16. O que mais poderia ser feito para melhorar o processo de plantio, colheita e secagem do fumo, em relação ao trabalho e em relação ao melhor uso dos recursos naturais?
17. Você já foi chamado para participar de eventos ou discussões que envolvesse o tema “desenvolvimento sustentável”? Em caso positivo, quem estava promovendo a treinamento/debate? E o que foi falado?
18. Em caso negativo, o que você entende por “desenvolvimento sustentável”? Você ouviu falar ou já teve acesso à Carta da Terra ou Agenda 21 Global?
19. Como você coloca em prática, no seu dia-a-dia, os valores da sustentabilidade, que são o respeito às espécies vivas, plantas e animais, os cuidados com a água e com o solo, o uso consciente dos recursos naturais?
20. Em relação aos agroquímicos, você sabe por que existe o programa de recolhimento das embalagens vazias? E o mau uso deste produto pode ser prejudicial?
21. E pensando na preservação da natureza, na diversidade de plantas e animais, no equilíbrio do ambiente, o que você faz hoje, que não deveria mais

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

ser feito? Ou que poderia ser feito de uma forma diferente? E por que não o faz?

22. Existem conhecimentos e práticas culturais herdadas dos antepassados que até hoje são seguidas? Quais são? E o que você considera correto mas deixou de fazer em função as orientações recebidas?
23. Em relação a atuação do Governo Municipal, Estadual e Federal, existe uma parceria ou um incentivo que promova a renovação de tecnologias, como maquinários e estufas, que visem otimizar o resultado do trabalho e também a redução do consumo de energia e lenha? Existe este incentivo por parte de alguma outra entidade?
24. Em relação à mulher, qual o papel dela na estrutura familiar? E na estrutura produtiva? Ela entende de classes e qualidade de fumo tanto quanto o homem? Ela participa de todo o processo produtivo, do plantio à venda do produto?

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)